obra política de Raul Proença

Volume II

páginas de politica (2)

SEARA NOVA

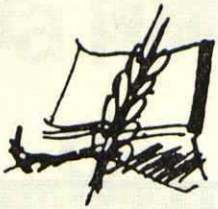
Slhj

4 vols
vide 10

Slhi

Revisão de
José de Azevedo

Capa de
Acácio Santos
©Herdeiros de Raul Proença
e Empresa de Publicidade Seara Nova, S. A. R. L.
Rua Bernardo Lima, 23, 1.º Esq. | Lisboa-1



EDIÇÕES DO CINQUENTENÁRIO

1921 / 1971

Grupo Seara Nova: da esquerda para a direita, em pé: *Teixeira de Vasconcelos, Raul Proença* e *Câmara Reys;* sentados: *Jaime Cortesão, Aquilino Ribeiro* e *Raul Brandão.* (Xilogravura de M. S. Cabanas)

obra política de Raul Proença

Volume II

páginas de política (2)

SEARA NOVA
1972

Nota do editor:

O presente volume foi objecto de uma 1.ª edição pela *Seara Nova* em 1939. Esta 2.ª edição foi inteiramente revista e corrigida em cotejo com o texto dos artigos publicados na revista.

Índice

Pág.

9 *Algumas palavras de proémio*

1921

71 *Apresentação da «Seara Nova»*
78 *Dísticos da «Seara Nova»*
79 *A «Seara Nova» e certos republicanos*
80 *O Problema da Educação (A propósito dum plano de Ezequiel de Campos)*
82 *Metendo a foice...*
87 *A semana portuguesa e o nacionalismo antipatriótico*
89 *Indemnizações*
93 *O que é necessário*
93 *Mais um equívoco revolucionário*
96 *A questão do funcionalismo*
111 *No n.º 2 da «Seara Nova»*
113 *Da esquerda*
116 *Os últimos acontecimentos (O 19 de Outubro de 1921)*
120 *Porque não somos um partido político*
124 *Um livro de claridades e de sombras*
135 *Ainda o problema da Educação (A propósito de umas palavras de Ezequiel de Campos)*
136 *Revoluções a que se desobedece*
136 *O manifesto da Cruzada Nuno Álvares*
146 *Problemas políticos e educativos (Sobre um artigo de Emílio Costa)*
147 *A inocência do partido liberal*
148 *A doença do sr. Guerra Junqueiro*
148 *A «Seara Nova» e as eleições (A propósito de duas cartas de assinantes da Seara Nova acerca de eleições)*
151 *As afirmações da quinzena*
153 *A propósito da Cruzada Nuno Álvares*

1922

159 *A ordem*
160 *O poder das leis*
161 *Bombistas*
161 *Os acontecimentos e a atitude da «Seara Nova»*
165 *Uma resposta ao sr. Alfredo Pimenta*

S|hi

Pág.

171 *Prisões de oficiais do 19 de Outubro*
173 *Seria a «Seara Nova» um partido político sem o saber?*
178 *As delícias de Cápua dos aviadores*
181 *Ainda os aviadores*
183 *A missão ao Brasil e o Dr. Jaime Cortesão*

1923

189 *O civismo e o regabofe nacional*
190 *O plebiscito*
191 *Fora de portas (A Inglaterra e a Itália)*
193 *A salvação nacional e os movimentos revolucionários*
196 *L'État, c'est moi*
198 *«Seara Nova» — Remodelação*
202 *A União Cívica e a «Seara Nova»*
228 *Guerra Junqueiro*
236 *Ainda Guerra Junqueiro*
247 *Afonso Costa*

Slhi

ALGUMAS PALAVRAS DE PROÉMIO

Pode-se dizer: o homem põe...

Eu pus também. Mas as circunstâncias dispuseram de outra maneira.

Eu fizera o projecto de não publicar mais nada, de não ser mais *escritor,* — preferindo, dizia, *être plutôt un homme qu'un écrivain.* Queria tratar da minha saúde, tinha todo o direito a isso. Precisava de não perder tempo. De não me ocupar com tarefas somenos, exteriores, por assim dizer, à obra que se me impunha e eu me impunha, sem nenhuma relação com ela. Sobretudo de não fazer da minha actividade uma tarefa dirigida pelos outros, desviando-me da minha trajectória ao sabor da vontade alheia. Já antes desta nova fase da minha vida, eu detestava a dispersão sem objectivo. No fundo, eu tinha uma profunda aversão por tudo quanto era anedótico e não visava ao essencial.

Eis, porém, que se intensificaram as diligências que em volta de mim se vinham fazendo para que eu não continuasse a dar cumprimento a esse voto de silêncio. Era da minha saúde de espírito que se tratava. Precisamente por isso mesmo. Não a pretendiam comprometer ou abalar; ao contrário. Para ser sincero, devo declarar que não compreendi bem, mas, muito instado, acabei por aceder. E uma das poucas coisas a que acedi, nessa matéria, foi justamente a de coligir duas novas séries de artigos daquela *Seara Nova* que em 1921 vinha trazer, ao que parece, à harmonia ou à desarmonia portuguesa, um novo

acento quase desconhecido até então. Assim se completa aquela série iniciada em Maio de 1938, e sobre cuja publicação nem sequer fora ouvido.

Durou dez anos. Exactamente. O primeiro número da *Seara Nova* é de 15 de Outubro de 1921. Datam de 18 de Outubro de 1931 os meus últimos artigos. Uma campanha intensa, dirigida por um certo número de ideias fundamentais.

Repassando hoje pelos olhos a produção desse tempo, noto nela, acima de tudo, duas coisas: em primeiro lugar, uma lógica quase sempre inflexível, a partir dum certo número de postulados iniciais, que eram os postulados da democracia liberal e socialista; em segundo lugar, uma quase perfeita, se não perfeita unidade mental, através de toda essa fase. Já vinha, aliás, de trás, da colaboração em um ou outro jornal de Lisboa ou da província, desde o primeiro «linguado» que enchi para o *Círculo das Caldas,* aí por 1900 ou 1901, lamentando o agravo da Inglaterra aos Boers, mas prevendo o triunfo da Inglaterra. Essa corrente ideativa é patente a toda a pessoa que leia esses artigos. São sempre as mesmas convicções essenciais que lhes constituem o substracto e o arcaboiço. É uma unidade evidente, e cada vez mais una. O meu espírito não era uma bússola doida à procura dum pólo magnético, um móvel em busca dum equilíbrio. Houve evolução, mas com continuidade nas ideias: uma evolução a partir dos mesmos princípios e da mesma génese inicial.

Essa evolução foi determinada por uma sistematização que tem a sua razão de ser primordial na lógica íntima do espírito, sistematização que se foi aliás fazendo e suscitando em face dos factos sociais que eram objecto de experiência. Mas essa evolução não foi tergiversante e oscilante; não se fez aos ziguezagues. Através de toda ela se observa a constância dos mesmos pontos de vista

SIhi

fundamentais. É uma evolução contínua que se define sempre no mesmo sentido, pelo desencadeamento natural e espontâneo das mesmas premissas, por uma intensificação e acentuação das mesmas tendências originais. Em caso nenhum se poderão nela notar influências espúrias, ou um servil espírito de imitação, menos ainda um acomodatismo ou um interesseiro conformismo com os poderes ou as influências dominantes, a Moda, a Finança, os Partidos, como quem não quer formar com os adoradores do Bezerro de Ouro ou do Sol Nascente.

Se digo isto, não é porque esteja convencido que a coerência nas ideias (na simultaneidade e na duração) seja um facto invariàvelmente meritório, sem nenhuma espécie de restrição ou de reserva (porque, quando andamos afastados da verdade, uma quebra de unidade ou um desfalecimento de lógica, embora o processo não seja o bom, pode aproximar-nos dela), mas porque a ausência de unidade e de lógica no pensamento, de unidade na sucessão, de lógica na coexistência, é sinal evidente dum grave estado doentio, dum espírito falso, versátil e instável. Só a este título (e porque ninguém ignora que me encontro hoje em tratamento numa casa de saúde) eu me permito tocar no assunto. Não era por falta de sistema que eu adoecia; a verdade é que eu tinha um sistema, — sistema perfeitamente concatenado e harmónico, quase invariàvelmente harmónico em todas as suas partes.

Uma doença é sempre caracterizada por um certo número de sinais, e uma doença distingue-se de outra precisamente por esses sinais. E poder-se-ia levar a diagnose daquela que me assaltou, até ao ponto de se me atribuir incoerência ou descoordenação nas ideias, versatilidade nos pontos de vista e paralógica na lógica. Ora eu julgo que não há em nenhum dos artigos que hoje publico nenhum paralogismo. Na leitura que tive de

fazer dessa anterior produção, — nos escritos relativos ao integralismo, à Cruzada, ao revolucionismo, à doutrina da tradição, às ideias nacionalistas e reaccionárias, às formas de governo autocráticas e de ditadura, à literatura e ao jornalismo nacionais, — em tudo e por toda a parte só encontrei consequência mental, perfeita concatenação dum pensamento que pôde evoluir, que certamente evoluiu, mas que evoluiu afirmando cada vez mais as suas tendências, sendo cada vez mais fiel a si mesmo, respeitando cada vez mais os seus pontos de partida e cada vez mais se inserindo no sulco e desenhando a linha axial das mesmas ideias iniciais.

Portanto, unidade e lógica íntima — ou, numa só palavra, unidade na coexistência e na duração. Mas isso assim, tal-qualmente, foi apenas até 1931. Ora eu mentiria se dissesse que, de então para cá, as minhas ideias não tinham sofrido nenhuma evolução de outra espécie. Sofreram. Mas essa evolução foi ainda natural, porque necessária. Uma evolução que não podia deixar de se produzir, que toda a gente devia esperar que se produzisse. O que aqui suscitou ainda a transformação não foi uma tendência de servil acomodação ou de interesseiro compromisso, antes bem sinceras, profundas e sólidas razões, cujo direito ninguém me poderá decerto contestar. Se algum direito ainda subsiste neste crepúsculo das democracias, é o de cada um se curar dos seus erros, e entre eles daquela doença política que teve em alguns dos homens que de mais prestígio gozaram por muito tempo neste país, não os seus censores e detractores, mas os seus corifeus e apologistas. Erros que se corrigiram naturalmente, necessàriamente, porque a realidade, tocada como de súbita luz, se tornou patente a nossos olhos. Vimo-la como nunca a tínhamos visto, porque tudo para tal se proporcionou e dispôs, como nessa espécie de *connexio rerum* de que falavam os

Slhi

Estóicos. Assim estivéssemos sempre nos casos de nos curarmos com presteza e segurança.

Todavia, aceitando a ideia de republicar os ecos dessa campanha, de mim para mim fiz o voto de não proceder como por vezes fazem os autores ao reunir as suas crónicas ou reeditar os seus volumes, tratando-os como uma matéria plástica indefinidamente apta a ser sujeita à correcção, a ser refundida, reesculpida e purificada, tanto na ideia como na forma. Antes preferi deixá-los quase intactos, tais como me saíram das mãos, como o produto dum pensamento homogéneo e sempre igual a si mesmo, testemunho duma crença sincera e obra duma íntima harmonia. Portanto o que hoje se publica é, essencialmente, o que então escrevi. Modifiquei apenas o texto num ou noutro ponto, suprimindo ou alterando uma ou outra palavra ou frase (1). E isto, tendo sempre em vista, não o que penso hoje, mas o que então pensava, de modo a não fazer modificações que importassem alteração de doutrina. Quando julguei o texto impreciso ou que pudesse prestar-se a confusões, ou encontrei uma afirmação que pudesse parecer contraditória com outra afirmação, permiti-me esclarecer o caso em nota. Raras vezes, porém, essa nota acusa uma divergência de momento; a maior parte das vezes contitui tão-sòmente um esclarecimento complementar. Como não sou sofista, nem nunca me comprazeram os argumentos de advogado, não quis em parte alguma torcer o sentido das frases, como se tivessem sido escritas num momento de nervosismo ou irreflexão ou as quisesse agora acomodar a ideias ulteriores. Quando, uma ou outra vez, ainda que bem rara, noto qualquer asserção que não condiga inteiramente com aquilo que geralmente escrevi, uma

---

(1) Assim teria procedido também na 1.ª série desta publicação, se a colectânea tivesse sido por mim organizada ou tivesse lido as provas.

Slhj

expressão que me pareça atraiçoar o meu pensamento, ou uma concessão a modos de dizer que a ele se não adaptem com rigor, não hesitei em o declarar e em precisar o sentido da expressão. No mais, tudo vai na íntegra, e não só as ideias, mas a forma, o tom, o movimento geral da prosa em que as traduzi. Para reduzir, porém, a extensão destes volumes, tive de suprimir alguns trechos dos artigos publicados, que são apenas, em todo o caso, uma parte restrita da minha colaboração na *Seara Nova*. Com o fim de distinguir de algum modo estas notas das anteriormente insertas no texto, fi-las preceder deste sinal: [.

Se pretendo agora encontrar, em *raccourci,* aquelas ideias permanentes, aquelas *constantes,* como se diz em linguagem matemática, que se afirmaram no decurso dessa «campanha», julgo poder resumi-las da seguinte forma.

Antes de mais nada, a minha atitude perante a vida em geral, e a social em particular, era uma atitude realista dum lado, e idealista do outro. Contradição? Justaposição de dois termos antitéticos, que brigam um com o outro, que se excluiriam num pensamento lógico e coerente? Por forma nenhuma.

A conjunção das duas palavras *idealismo* e *realismo,* que podiam parecer aqui contraditórias, se não posso, de memória, citar agora precisamente qualquer texto dum «idealista» político que a tivesse já empregado (como Fouillée ou Parodi), no domínio da moral e da política, encontra-se, pelo menos, como síntese operada entre duas atitudes estéticas no *Le Rire,* de Bergson, e, na metafísica e na teoria do conhecimento, se não em Boutroux, em Hamelin (1). Creio mesmo existir uma

(1) «Un tel *idéalisme* est d'ailleurs ce qu'on peut imaginer de plus *réaliste*». (Hamelin, *Essai sur les élem. princ. de la représentation,* 2.ª ed., 1925, p. 19).

Slhi

doutrina ontológica que se poderá designar indiferentemente por essas duas denominações, porque é, ao mesmo tempo, essencialmente idealista, num sentido, e realista, no outro; refiro-me à de Platão, com a sua teoria das Ideias-arquétipos, realidades supremas e modelos transcendentes, de que os fenómenos e os seres individuais mais não seriam que a imperfeita cópia temporal.

Mas aqui não se trata de estética, nem de teoria do conhecimento ou de metafísica: trata-se de ética e de política.

Chamei *realismo,* através de todo o decurso da minha doutrinação, a todas as doutrinas que partem ou pretendem partir do conhecimento integral das realidades, e não admitem que se ponham fins, objectivos, planos, programas, ideais, métodos, modos de agir, fora desse conhecimento realista e objectivo. Por as não julgar realistas desta maneira, muitas doutrinas tidas na conta de avançadas, como o anarquismo, o comunismo puro, o pacifismo à Romain Rolland, o absoluto universalismo e cosmopolitismo, foram julgados como inviáveis, por não se prenderem às raízes mesmas da realidade e da vida, por não contarem com a verdadeira natureza do homem e dos factos sociais.

Portanto o meu idealismo não era dessa espécie. Mas, se não se identificava com eles, ainda menos se identificava com essa espécie de realismo a que chamei «realismo materialista» ou «realismo do inferior», e a que poderia dar também o nome de «realismo determinista» ou «intransformista», que considera certos modos de ser e certas formas da vida social como dados uma vez por todas, como resíduos e limites infrangíveis de todas as transformações sociais. Refiro-me à doutrina da *política do facto,* o realismo da *Action française* e

Slhi

seus sequazes, aderentes e simpatizantes, entre os quais é de justiça colocar os integralistas portugueses.

Provàvelmente esses homens surpreender-se-iam ou protestariam por se verem assim rotulados de deterministas e materialistas, eles católicos praticantes, inimigos declarados de todas as heresias. Devo esclarecer que dou aqui à palavra *materialismo* o sentido que ela tem na linguagem de Comte (1), e que, ao que leio em Boisse, Ravaisson teria designado por *empirismo,* embora tanto um como outro termo me pareçam só recomendáveis à falta de melhor, — quer dizer, no sentido de explicação ou redução do superior ao inferior, de explicação do físico pelo mecânico, do fisiológico pelo físico, do psíquico pelo fisiológico, do social pelo biológico, do espírito pela matéria, de Deus pelo homem: Huxley, Maudsley, Vogt, Bain, Fechner, Büchner, Moleschott, Haeckel, Le Dantec, os biologistas e os psicólogos do epifenomenismo e do associacionismo, da psicofísica e da antropologia criminal e os filósofos da ala esquerda hegeliana. Ora esta redução do superior ao inferior é essencial à ideologia integralista. Do seu determinismo há provas concludentes: os integralistas são os fatalistas da hereditaridade, da história, das tradições, das *necessidades inelutáveis* (*v.* artigos sobre o Integralismo, na 1.ª série). Foi o seu materialismo e o seu naturalismo que os fez acolher no aparelho probatório da sua doutrina as mais materialistas explicações mecanicistas e transformistas, a doutrina da selecção e o darwinismo. Eles são, como Nietzsche, darwinistas sociais.

Esses vêem na sociedade actual — que digo? Na sociedade de Luís XIII ou de Luís XV, de D. João II ou

---

(1) Alguns filósofos, como Leibniz, opõem ao termo *idealista* o de *materialista,* e outros também o de *naturalista* (Fouillée). Talvez fosse esta ainda a melhor palavra.

Slhi

D. Manuel, — um modo de ser elementar e irredutível, um conjunto de instituições em que se não pode tocar sem tocar no substrato, no núcleo resistente e intransformável de todo o organismo social perdurável. Numa palavra, eles não criam no progresso. O progresso era uma ilusão, uma perigosa utopia, mais: a origem de todas as outras, porque «origem de todas as abstracções revolucionárias», como escreve um deles: a doutrina de Satán revoltando-se contra Deus. Para eles, a história era uma fatalidade (1).

Ora, para mim, o progresso era a realidade mesma. O facto, e o ideal proponível; muitas vezes mesmo, um impreterível dever. Se não era, entre as realidades, a mais alta e a mais indiscutível, era uma das mais altas e indiscutíveis. Eu não via nele Satan, via Deus: Deus não nos podia impor que nos detivéssemos ou retrogradássemos, em obediência a uma estulta constância ou a uma condenável fidelidade. Deus queria seguramente que marchássemos para a frente.

E não vejo hoje nenhum motivo para modificar, nesse ponto, as minhas convicções. Pois quê! Pois seria hoje, que se exigem às pessoas as mais consideráveis modificações que ainda tiveram de ser feitas, e pessoalmente, a mim, sem que Satan tenha nada para o caso, mas desajudado de qualquer directo auxílio estranho (que claramente se manifeste), de qualquer ensinamento, instrução ou conselho para mim compreensível (2), um progresso de importância incomparável, a cura radical duma doença antiga e renitente, e que parece ter sido como que «lisonjeada» e cultivada, explorada, intensificada, exacerbada, como sistemàti-

---

(1) V. sobre o assunto, 1.ª série, *passim*, nomeadamente p. 21-22 e o cap. V da série do Integralismo, p. 79-100.

(2) Quero ressalvar sempre a hipótese de não ter ainda... entendido.

Slhi

camente, em função da qual certa sociedade revestiu certas formas, adoptou certas modas e certos modos de proceder, como se tivesse entre si celebrado um pacto, — seria agora que tão ingente tarefa se me impõe, que uma questão vital, iniludível, mo exige, — seria agora que eu repudiaria essas ideias, que deixaria de crer no progresso? O quê? Um progresso que me é imposto pelas próprias condições *sine qua non* da vida? O mesmo seria que duvidar da salvação.

E todavia era em nome da salvação, das tais «condições inelutáveis» da existência, que os partidários da doutrina do Facto erguiam diante de mim o seu realismo materialista e naturalista, o seu mecanicismo social, o seu realismo da «fatalidade», como se a única atitude humanamente razoável, diante da desventura, fosse considerá-la como insanável. Eu não falo, não preciso falar neste momento, da forma especial que tal realismo revestiu na doutrinação dos Maurras, dos Rougier, dos integralistas. Falo no *espírito,* nas *tendências gerais,* na filosofia primeira, nos *first principles,* que a substratavam e lhe pareciam impor tais deduções. Falo no argumento que era para eles o *punctum saliens* e decisivo na crítica da democracia, na apologia da monarquia, da reacção, do fascismo e das outras formas totalitárias. Mas se o *espírito* aí fosse válido, se fosse válido o tal realismo materialista e fatalista, válido seria também, *mutatis mutandis,* para toda a transformação brusca, vasta e profunda, — ele seria válido para certas circunstâncias pessoais que parecem da mais extrema complexidade. Quer dizer: era por outros motivos, e não por aquele realismo, que eles podiam justificar a monarquia, a reacção, o fascismo. Ou então deviam explicar-se melhor sobre o seu realismo, não manifestar a tendência de ver em tudo realidades indestrutíveis, um sistema de instituições e de formas *ne varietur,* e no progresso do indi-

Slhi

víduo e da sociedade, como diziam, «o maior dos absurdos teóricos».

Para opor a esse *realismo materialista,* julgava eu que a expressão mais própria, a que mais idòneamente podia significar e definir a minha atitude filosófico-política, era a de *idealismo realista,* tal como ele é caracterizado nas páginas que seguem e nas que já foram publicadas (1). Em suma, eu tinha muito respeito pelo *Facto,* mas o facto não era para mim um *ne varietur,* essa qualidade irredutível, essa muralha da China intransponível, essas colunas de Hércules gritando ao homem *Non plus ultra,* que nele pareciam ver os reaccionários lusos e gauleses. A *doutrina do facto* pareceu-me assim uma doutrina anti-humana e, no fundo, irrealista. Eu não via o homem jungido a nenhuma espécie de necessitarismo. O *Factum* não era para mim o *Fatum.* O mal não era irremediável. O progresso não nos era vedado. Deus não nos obrigava a marcar passo, como os galuchos, ou a andar para trás, como os caranguejos, sob o pretexto de fidelidade à tradição. Não tínhamos de curvar a cabeça, como ante um eterno *non possumus.* Eu não via no *Facto,* em muitos factos, esses «dados elementares e irredutíveis», essas tais «condições inelutáveis» a que se referiam os Bourget e quejandos mestres do pensamento reaccionário. Um *facto,* para mim, era um *facto* que, em geral, podia dar lugar, pelo *facto* de uma transformação possível, a outro *facto.*

E por isso chamei ao meu realismo um realismo *idealista.* A palavra tem hoje para mim um certo tom pejorativo, porque foi muitas vezes empregada para exprimir uma ideologia afastada das realidades, uma

(1) 1.ª série, *passim,* e especialmente p. 66-67, 217, 230 e 255-271.

Slhi

política de sonho, à Lamartine, à Passos Manuel, à Enjolras; e como em algumas coisas me enganei, com a mais realista das intenções, também com ela designei muito do meu engano. Por isso a afastei. Era uma das poucas designações de escola, um dos poucos *ismos* que eu julgava poderem convir à minha doutrina. Nem empirismo, nem sensualismo, nem fenomenismo, nem intelectualismo, nem racionalismo, nem naturalismo, nem panteísmo, nem materialismo, nem também espiritualismo, tinham nada que ver com o meu caso. Mas a ideia persiste para além da palavra com que a exprimi: porque a intenção era boa. Trata-se dum realismo que não nos proíbe a esperança, — uma esperança de melhoria, de cura, de salvação. Porque o espírito concebe, com a triste realidade do presente, a transformabilidade do presente, e, portanto, a possibilidade e a necessidade do progresso. Ele recusa-se, afincadamente, a reconhecer que se não pode mudar; não aceita, por forma nenhuma, esse imperativo, essa imposição, seja quem for e em nome de que princípios lha quiserem fazer.

Mas porquê *idealista?* Porquê precisamente esse adjectivo, e não outro? Porquê não *meliorista,* por exemplo, o meliorismo do «il faut cultiver notre jardin» do autor de *Candide?* Porque era em função das *ideias,* dos objectivos que o espírito via como proponíveis e realizáveis que esse realismo se organizava e tomava corpo. A realidade como base, o idealismo como aperfeiçoamento e remate, para uma realidade superior e melhor, tal era o conceito de filosofia ética e social que eu designava com o nome de *realismo idealista.* Escolhi, pois, essa expressão, porque era aquela que mais ligava o real ao ideal e os factos às ideias, porque era a que me parecia então exprimir melhor o poder do homem sobre a natureza, sobre as realidades naturais e sociais, «o poder de

Slhi

as afeiçoar mais ou menos, conformemente às suas *ideias* e em virtude mesmo dessas ideias» (1).

Repito: hoje, mais do que nunca, as minhas circunstâncias pessoais forçam-me a contar com faculdades insuspeitadas e extraordinárias de evolução progressiva, que se riem, que não podem deixar de se rir, que têm necessàriamente de se rir, de todas as pretensas fronteiras, barreiras, balisas, muralhas, cordões de arame farpado, de todos os necessitarismos fisiológicos e psicológicos, de todos os decretos improgressivistas erguidos diante da vontade e da intenção do homem, de todos os *non possumus* à Du Bois-Reymond, de todas as colunas de Hércules, de todos os determinismos psicológicos, históricos e sociais dos Nietzsches e dos Gobineau, dos Garofalos e dos Lombrosos, dos Bourget e dos Barrès, dos Maurras e dos Rougier. Eles falavam em condições imperiosas da vida. Pois bem, é em nome da vida que o progresso se impõe; «parar é morrer», segundo a fórmula de Cazelles; é a vida mesmo que exige outra espécie de realismo, aquele que vê no homem um realizador. Era o realismo que estava no meu espírito como intenção, como tendência consciente, e que eu queria exprimir nestas páginas. É o realismo que impõe o progresso como uma necessidade.

Tal atitude realista, no bom sentido da palavra, não podia deixar, se eu não era inteiramente cego, de levar a

---

(1) As palavras são de Boutroux, em *De la contingence des lois de la nature*, p. 150. Diga-se de passagem que o espírito que se revela em toda essa obra é nìtidamente possibilista e progressista. O indivíduo é, para Boutroux, o autor do seu próprio carácter; ele pode intervir eficazmente no curso dos acontecimentos da sua vida e mudar-lhe a direcção; ele pode, a cada instante, confirmar-se nas suas tendências adquiridas de trabalhar para as modificar; nas suas relações com o mundo, não é um espectador reduzido a querer as coisas tais como elas se passam necessàriamente.

Slhi

certas previsões políticas, como idêntica atitude de espírito já me valera, ao escrever o meu primeiro artigo para a imprensa, o prever (o que foi, claro, ainda a minha mais fácil profecia) o triunfo da Inglaterra na campanha contra os Boers. Assim julguei também que o exame desapaixonado e objectivo das realidades políticas e sociais me habilitavam a prever na Espanha o triunfo da República, na Inglaterra o do trabalhismo, e na Alemanha a consolidação da República (não democracia) com a eleição de Hindemburgo. Permitira-me tal atitude futurar muita coisa, mas não me permitira futurar o triunfo do nazismo, ou o dos homens da esquerda na política francesa. Em Portugal julguei-me ainda autorizado a prever que nunca os republicanos nacionalistas se encontrariam em circunstâncias de formar um governo estável que pudesse servir de contrapeso à força demasiadamente absorvente do partido democrático. Também essa espécie de realismo a que quis manter-me fiel, não me fazendo futurar apenas o que me servisse e o que lisonjeasse os meus gostos ou pontos de vista particulares, me autorizou a prever a eclosão da ditadura alguns anos antes dela vir por aí abaixo, de Braga até ao Porto e do Porto, pela Avenida da República, até ao Terreiro do Paço e os ministérios de Lisboa. Assim como o prosseguimento dela para além de aqueles termos que de vez em quando, como uma esperança com que me acenavam, eu via marcar ante mim, em Paris, para uma data mais ou menos próxima.

Sendo realista, a minha filosofia política era relativista e progressivista, porque relativismo político e evolucionismo político me pareciam termos correlativos. Como não esperava nem exigia de nenhum regime o absoluto, não era partidário, em política, das mutações bruscas e dos saltos milagrosos, como por processos de mágica. Eu não esperava da democracia a realização do

Slhi

paraíso terrestre, a criação do absoluto no tempo, nas coisas do temporal.

Mas, definidas as doutrinas da reacção como fórmulas nacionalistas, tradicionalistas, antidemocráticas e autoritárias, preciso naturalmente de marcar a minha atitude de então da maneira mais nítida, quanto às ideias de pátria, de tradição, de democracia e de autoridade. E como essas escolas viam um dos maiores males dos tempos que correm no predomínio das oligarquias financeiras, também quero dizer alguma coisa sobre o assunto.

Quanto ao primeiro ponto, eu não era antipatriota, nem universalista (entendido o termo com a significação de doutrina que visa à constituição duma única pátria humana, duma Cosmopolis, duma República universal sem a realidade das fronteiras nacionais), mas também me pronunciava contra a estreiteza e o exclusivismo dos nacionalismos belicistas, à Barrès, e contra o mais vulgar, o retrospectivo e sensibilistas, vivendo dos mortos e da memória dos mortos, como uma espécie de necrolatria, que nos levava à constante memoração e comemoração das glórias passadas.

Tal ideia coloca-nos em pleno no meu segundo ponto, a questão do tradicionalismo. Sendo pelo progresso, querendo o progresso, não podendo deixar de crer no progresso, veria eu necessàriamente só mal na tradição? Ou, se havia tradições que aprovasse, não era *a título nenhum* por serem tradições? Nem a uma nem a outra pergunta eu poderia responder pela afirmativa. Eu não era adversário declarado e absoluto da tradição, mas não via na tradição um critério suficiente. Em parte, porque reconhecia a possibilidade de boas tradições e de más tradições (as más, por exemplo: o sistema do empenho, o compadrio, o regime dos caciques, o tiroteio revolucionário, etc.), e daí a necessidade de aferir do seu bem ou do seu mal por critérios externos ao próprio facto

Slhi

da tradição. Nada se impunha ao meu espírito simplesmente por *ter sido,* pelo prestígio da sua venerável velhice. Como se devêssemos manter e proteger os nossos erros, só porque são históricos. De outra parte, porque para mim a tradição não era simplesmente a história, o facto histórico, o passado. Eu não tinha da tradição esse conceito imobilista, *figé,* como que petrificado e fossilizado, que me parecia ser o dos reaccionários e críticos da democracia. O sentido próprio da palavra parecia-me ser (e com tal interpretação estava de acordo a etimologia do vocábulo: *trahire* é deslocar-se, é passar do passado para o futuro) o que, *sendo passado, é presente também,* quer dizer, aquilo que, vindo do passado, tendo as suas raízes no passado, persevera no presente, não é simples costume, usança, lei ou instituição antiga, simplesmente porque antiga. São essas as *tradições vivas,* porque foram as que resistiram à luta da vida, ao embate dos séculos, revelando condições de sobrevivência. Quanto às outras, não são senão *tradições mortas,* que foram superadas na luta pela existência. E restaurá-las hoje já não seria obra de continuidade histórica, mas de reforma e de revolução: tudo ou quase tudo se passa como se não fossem tradições. Assim teríamos que destrinçar, pràticamente, o que é tradição morta, sem existência actual ou nada que actualmente a indique ou justifique, e o que é tradição viva, existindo, manifestando-se em costumes, usanças dos dias de hoje, e que, além disso (porque era preciso *julgar* a tradição, para a conservar ou superar), o que corresponde às necessidades de hoje. Daquelas tínhamos de desembaraçar o nosso terreno, cortá-las cerce, limpar delas a árvore da vida, como se cortam as raízes adventícias, o escalracho e a grama. Tradição assim entendida não é invenção, mas é qualquer coisa de análogo à criação continuada.

Slhi

Em suma, as tradições pareciam-me ser para as sociedades o que os hábitos eram para os indivíduos. Como para estes, o moralista, o legislador, o psicólogo, o médico, o político têm de averiguar se elas são para conservar, para favorecer ou para revolver. Nenhuma tradição, como nenhum hábito, tem a sua razão de ser suficiente em si mesma. Mas quando uma coisa era boa, julgava que ainda acrescentava à sua benemerência a qualidade de ser tradicional. Se era má, é claro, era precisamente o contrário, porque ela se afigurava então mais difícil de desarreigar e suprimir. *O facto de uma virtude ou de um vício ser tradicional aumentava ao seu bem e ao seu mal.*

Isto parecem-me hoje lugares-comuns, na medida em que os povos são susceptíveis de ter hábitos e tradições. Mas não era essa a doutrina do realismo tradicionalista, porque ele queria simplesmente que regressássemos, sem mais forma de processo. E era exactamente em nome do «regresso» (e não pròpriamente do «progresso», que malsinavam), por espírito de historicidade, por *passéisme,* que eles nos queriam impor o autoritarismo e a monarquia (1).

O terceiro ponto da minha questão com os integralistas era o relativo à democracia. Ora eu entendia que se podiam conciliar com as condições da realidade, e que a realidade no-las mostrava mesmo ante os nossos olhos,

---

(1) Sobre a questão da tradição, *v.* 1.ª série, p. 56-57, 62, 83, e 3.ª série, artigo n.º IX do *Para um evangelho duma acção idealista no mundo real,* publicado no n.º 192 da *Seara Nova* (Dezembro de 1929) e por inadvertência não incluído na 1.ª série. A destacar, deste artigo, as frases: «[As boas tradições] são boas porque são boas, e ainda porque são tradições. ...As más tradições são más porque são más, e ainda porque são tradições. Quer dizer: o facto duma virtude ou dum vício nacional ser uma tradição encarece o valor dessa virtude ou agrava o dano desse vício» (p. 378).

Slhj

a possibilidade e a legitimidade duma democracia liberal e socialista, que me parecia ver gradualmente realizada nas sociedades mais evoluídas, na Inglaterra, nos países escandinavos, na Austrália. E enquanto, ao lado dos homens da *Seara Nova,* eu doutrinava assim em Portugal, outros na França, na Grã-Bretanha, noutros países, faziam uma doutrinação igual ou semelhante. Sem falar em Renouvier e Fouillée, hoje desaparecidos, Bouglé e Parodi, Benda e Alain, Wells, Nitti, Rosseli, faziam pouco mais ou menos a mesma obra de defesa do liberalismo e da democracia, reclamavam para tais ideias e tal regime o apoio da experiência e da razão. Homens que militavam mesmo em campo diferente, como Rougier e Lassarre, falavam por vezes uma linguagem idêntica: também eles pareciam querer fundar as instituições «republicanas» em experiência e razão.

Assim me separava eu, como um Taine (nas *Origens da França contemporânea),* um Mill (em *O Governo representativo* e *On liberty*), um Parodi, um Benda, um Alain, dessa democracia maioritária, desse despotismo do número, desse *totalitarismo democrático,* para empregar a locução hoje consagrada, dessa forma de democracia em que o soberano é multiplicado e dotado de milhões de cabeças, de que eu via os predecessores nos *sans-culottes* de 93, no clube dos Jacobinos, na Montanha, sobretudo na ala esquerda robespierreana, e, para além deles, no seu teórico e mentor doutrinário, o velho Rousseau, cujo espírito intolerante e autoritário me parecia ser o antípoda do espírito de Voltaire.

Efectivamente, se procurarmos hoje, para além do século XIX, um pensador que represente num estado, por assim dizer ideal, de pureza, as ideias que hoje dominam numa parte da Europa sob o nome de *totalitarismo,* não encontramos talvez quem melhor o possa fazer do que o autor da *Confissão de fé dum vigário saboiano.* Mais do

Slhi

que De Bonald, De Maistre, Comte, Taine e tantos outros, ele podia pretender a honra de ser denominado, pelos antiliberais da escola reaccionária e fascista, *mestre da contra-revolução*. (Isto, evidentemente, se se caracteriza a revolução pelo triunfo da tolerância e do individualismo.)

Com efeito, quando ele reduzia todas as cláusulas do seu famoso *contrato* a uma *única*, a saber, «*a alienação total de cada associado com todos os seus direitos a toda a comunidade*», e quando por esse contrato conferia ao *corpo político* «um poder absoluto sobre todos os seus membros», não lançava as bases do individualismo político. Quando escrevia que o ideal seria que «cada cidadão estivesse numa perfeita independência de todos os outros e numa *excessiva* (1) dependência da Cidade, ele não assentava os fundamentos do liberalismo. Quando estabelecia que o voto individual não é mais do que um juízo que cada indivíduo faz sobre a vontade geral, que à censura compete declarar o *juízo público*, não sendo o censor outra coisa senão o juiz de que a opinião pública é a lei, que há «uma *profissão de fé* puramente civil de que pertence ao soberano fixar os artigos» e que, «sem poder obrigar ninguém a crer neles, pode banir do Estado quem neles não creia», não fundava, decerto, o regime do *contrôle* e da tolerância, nem era também esse apóstolo do livre-exame que nele nos querem fazer ver os críticos da democracia. Ele não fazia mais que proclamar antecipadamente essa *declaração dos direitos absolutos do soberano*, que eram para ele inseparáveis de toda a

---

(1) *Excessivo* é o termo, como se a palavra, pelo pelo juízo pejorativo que ela envolve, contivesse já em si mesma a sua própria crítica. — Para Hegel, outro teórico do totalitarismo, e segundo escreve Fouillée, «um indivíduo não é absolutamente sagrado senão para outro indivíduo, mas não já para o Estado, de que ele é, em definitiva, o instrumento». (*Histoire de la philosophie*, 13.ª ed., p. 450).

Slhi

soberania e que viriam a ser o artigo de fé dos regimes totalitários. Ele não fazia mais do que editar a sua constituição, ditar o seu evangelho, justificar de antemão todos os seus arbítrios e violências, lançar-lhes as bases, os fundamentos, colocar-se em cheio naquele mesmo totalitarismo, que mais dum século depois se viria a cristalizar nas consabidas fórmulas do bolchevismo e do fascismo. Nenhuma forma mais sintética e mais luminosa há decerto de as exprimir do que aquela declaração do *Contrato social* de que é necessário *tout ramener à l'unité politique*.

Porque é a fórmula mesma do exclusivismo político que esses dois regimes realizam. Com efeito, o poder do Estado é para o primeiro (o bolchevismo), «um conjunto de regras obrigatórias para os governados, de modo nenhum para os governantes». E o ideal é para o segundo (o fascismo) dar a toda a juventude italiana «uma alma e uma vontade comuns», pela supressão de «*toda a influência diversa e oposta*», de «*toda a concorrência política*» e a «*realização do princípio exclusivista*».

Eis o que vinha a ser essa tão discutida e tão mal afamada doutrina do contrato, em que por tanto tempo tanta gente quis ver a mais completa expressão do mais absoluto individualismo, e a primeira pedra do direito político moderno. Numa doutrina de alienação, de abdicação, de renúncia do indivíduo ante o grupo social de que faz parte, que bem categòricamente afirma o poder absoluto do corpo político, o *unitarismo* político, quiseram ver tantos (teriam eles lido alguma vez Rousseau?) o germe, a raiz ideológica de todo o subsequente liberalismo, que veio a formular-se nas declarações de direitos e nas constituições políticas. E foi ele, de facto, que serviu de mentor a uma parte dos homens da Revolução, o grupo mais compacto e mais combativo, os «nobres» da

Slhi

Revolução, no dizer de Aulard, ao jacobinismo dos Marat, dos Robespierre, dos Danton, dos Demoulins, dos Saint-Just, aqueles para quem o facto de se ser «moderado» era um crime contra a República, e a Liberdade aquela megera que erguia cadafalsos e da qual M.me Rolland exclamava, do alto dum deles: «Ó Liberdade! Quantos crimes se cometem em teu nome!» Um *profeta do individualismo,* este *profeta do totalitarismo,* — e, como tal, coberto dos apodos mais injuriosos pelos mestres da reacção («le misérable Rousseau, pour parler net, il est fou»). Eis o que fizeram desse jacobino *avant la lettre* e desse *sans-culotte* da filosofia, os críticos da democracia, como se ele fosse o verdadeiro responsável de todo o movimento individualista, de todas as revoluções políticas, de todas as constituições parlamentaristas, como se ele fosse o pai, o Deus da democracia, ele que nem sequer fora o inventor do contrato como origem e base jurídica da sociedade, pois antes dele o tinham já expresso, pelo menos, Spinoza, Hobbes, Locke, sobretudo este último, que o precedera na via democrática, mas com um espírito de bem rasgado individualismo.

Não, não era verdade. Rousseau estava inocente. Era um deles. Precedera-os. Estava com a sua doutrina —tirante o Rei. Estava com Hitler. Estava com Mussolini. Não estava com Chamberlain ou com Mac Donald. Se era doido, padecia do mesmo género de loucura. Se era um miserável, a miséria era a mesma. Queria, como eles, que todos pensassem idênticamente, que toda a divergência fosse tida à conta de herética, todo o erro à conta de heterodoxia. Queria que todo o elemento de dissenção fosse cortado cerce. Queria a «democracia» em toda a amplitude e profundidade etimológica do termo, o poder absoluto da *Demos,* da *Cidade,* — como o fascismo, como

Slhi

o nazismo. Esses homens caluniaram um dos seus predecessores (1).

O contrato rousseauniano representa, no fundo, para o indivíduo, a mesma abdicação e alienação que o que Hobbes delineara, *more geometrico,* no seu *De Cive* e no *Leviathan.* A diferença é que em Hobbes o indivíduo, pelo contrato, sacrifica a sua liberdade em favor do monarca, enquanto que em Rousseau ele a sacrifica em benefício do corpo político. (Rousseau quer da mesma forma o soberano absoluto, mas dota-o de milhões de cabeças). A fórmula, no inglês, é: «Eu transmito o meu direito a tal ou tal soberano, contanto que tu lhe transmitas também o teu». Tanto num como noutro caso, os indivíduos têm direitos e deveres recíprocos, mas o soberano não está adstrito a nenhuma espécie de obrigação; possui ùnicamente direitos. O que ele declara verdadeiro, justo e bom, é o que é verdadeiro, justo e bom. (Compare-se com o *bem,* o *valor* que confere às coisas o *homem superior* de Nietzsche). Um e outro tornam a Cidade tirânica; substituem à moral de Cristo a moral de César: Leviathan (2).

Como explicar o sucesso? Como é que homens cultos, que fizeram de Comte, de Taine, mesmo de Renan, os seus precursores e os seus mestres, podiam fazer esse juízo de Rousseau, chamando-o à barra da história pelo delito de individualismo revolucionário, e não o reclamaram como um dos seus? Como é que o próprio Teófilo

---

(1) Para a ideia de contrato e a génese do totalitarismo em Rousseau, *v.* 1.ª série, p. 236-245. *Cf.* «Du Contrat social», liv. I, cap 3.º, 7.º e 12.º; II, 4.º; IV, 7.º e 8.º — Para Hegel, *v.* Nota a este Proémio.

(2) A ideia do contrato já vem aliás do século XVI, de Hurbert Langeat, no seu livro *Vindicta contra tyranos;* ainda não é Locke, mas está muito longe do absolutismo de Hobbes, pois o direito do príncipe é, para Langeat, limitado pelo *contrôle* popular.

Slhi

foi considerado por alguns como um mestre português da contra-revolução, e Rousseau, esse, precisamente, o não foi? Como é que Rousseau pagou as favas de profeta do individualismo? (1).

É que esses homens sabiam a história da literatura. E foi talvez porque Rousseau, com ser o sociólogo do *Contrato social,* foi, além do pedagogo do *Emílio,* o memorialista e o novelista das *Confessions* e da *Nouvelle Héloïse,* e ele lhes parecia individualista na medida em que se lhes afigurava romântico, como Chateaubriand ou Musset, Lamartine ou George Sand. Os reaccionários viram em Rousseau, René. E René foi condenado, caluniado a esse título. Um romântico que escreve sobre *O Contrato social,* inspira o clube dos Jacobinos e ainda por cima faz esse programa de pedagogia individual que é o *Émile, ou de l'Éducation,* não podia deixar de ser individualista e um dos corifeus do livre-exame. O pretenso individualista pagou, pois, as culpas do romântico, Fouquier-Tinville as de René. Mas ao transpor o individualismo romântico e até educacional em individualismo político e social, cometeu-se um erro de discriminação crítica e um erro de justiça.

Já se sabe, é lícito aos jacobinos e totalitários falarem de democracia. Com a condição de não haver equívocos, de sabermos muito bem o que se designa pela palavra, de não confundirmos *duas formas opostas de democracia,* — a democracia individualista, liberal, tal como ela se dizia realizada nas instituições da Inglaterra e da Escandinávia, tal como ela se definiu nas declarações de 1680, em Inglaterra, de 1776, na Norte-América, e de 1789, na França (esta de Sieyès), nas constituições

(1) Devemos esclarecer que Taine também destaca, entre todas, a influência de Rousseau no movimento de ideias que levou à Revolução. Mas Taine, justamente, colocava-se no ponto de vista oposto: combatia os jacobinos, mas por espírito «liberal».

Slhi

de 1791 e 93 e nas outras cartas constitucionais modernas, se apologizou nas páginas dos tratadistas e dos teóricos do direito público e da filosofia política, dos Kants e dos Renouvier, dos Mill e dos Spencers, dos Bouglé e dos Parodi, dos Fouillée e dos Alain, — e, por outro lado, a democracia que hoje poderemos chamar totalitária, a que pertencem o maximalismo russo, o fascismo italiano, o nazismo e o nacional-socialismo germânico, o republicanismo autoritário de Mustaphá-Kemal e de Pilzudski, enfim, aquela a que o chefe dos Camisas-Negras, há bem pouco tempo, também chamou a Democracia, e que Sidónio Pais, do alto da estação do Rossio, quatro anos antes da marcha sobre Roma dos *arditi* de Mussolini, aclamado por uma verdadeira multidão, definiu nos seguintes termos: — Isto é que é a democracia!

Definia, sim — porque isso equivalia a uma definição. A melhor. Uma definição *in concreto,* com exemplo à vista, uma figura, uma imagem demonstrativa, como esses livros *por imagens* hoje tanto em voga. A democracia era aquilo, — porque era uma multidão enorme pensando, vivendo em uníssono com um homem, comungando no mesmo credo, e por isso mesmo aclamado unânimemente. Para esses, não havia violência em tal forma de democracia, porque não havia coacção, porque havia unidade. Quando hoje se nos fala no regime da opressão da Itália, realmente não se nos diz toda a verdade. Sê-lo-ia se houvesse *uma só pessoa* que não pensasse pelo diapasão. Mas na Itália todos pensam *do mesmo modo.* Todos os que pensavam diferentemente, se os havia, saíram. Emigraram. Ficaram só os do Partido, pensando idênticamente, ortodoxamente, segundo a lei fixada pelo soberano, a que obedecem livremente, porque é aquela mesma que eles fariam. O Partido passou assim a ser o Todo: *tutti marchesi, tutti fascisti.* E como tudo está de acordo, não há violência. É o regime da unanimidade.

Slhi

Não há nada mais fácil do que obter esse regime, quando as vozes discordantes são reduzidas ao silêncio, ou quando se expulsam ou se cortam as cabeças dos dirigentes. Ou quando estão, como naturalmente é aqui o caso, todos de acordo. Se assim não fosse, *aquela democracia* que assim se aclama seria, pura e simplesmente, a *das Rãs que aclamam um Rei.*

Portanto, em vez de aquela monarquia tradicionalista e desta república totalitária, eu queria uma democracia evolutiva, progressiva, realista. A que se juntaria aquela transformação das instituições parlamentares a que mais adiante me referirei, uma transformação paralela do sufrágio e uma política socialista no domínio da economia e do direito, pelo refreamento e regulamentação do chamado liberalismo económico, que eu não via solidário do liberalismo político, como bastantes apologistas da liberdade (entre eles Faguet) tinham pretendido. Julgava, pelo contrário, que um mínimo de regulamentação económica, que pusesse termo ou, pelo menos, restringisse o *laissez-aller* da fórmula de Bastiat, a desorganização, o regime da anarquia individual no mundo da economia, não só não constituiria um estorvo, mas seria uma das condições da verdadeira liberdade. E quando falava em economia, não esquecia que prosperidade e economia não podem exaurir a moral política e social, que os interesses espirituais os excediam em muito. Não podiam, pois, constituir, só elas, as directivas essenciais da política (1).

Resta-me um último ponto a elucidar: a questão da autoridade. Longe de ver na autoridade qualquer coisa de contrário à liberdade, eu via também nela, a esse tempo, politicamente, a sua própria condição; e longe de

---

(1) Sobre este ponto, *v.* 1.ª série, p. 200 e seg. Para a crítica do liberalismo económico, *v.* p. 77 e 247-249.

Slhi

ver a democracia e a república como exclusivas de toda a autoridade, entendia que, mais do que nenhum outro regime, esse carecia de manter bem alto o seu prestígio. As revoluções, as insubordinações, os motins, os actos dia a dia mais numerosos de indisciplina nas ruas e nas casernas, revelavam uma verdadeira *crise da autoridade,* que ameaçava subverter o Estado ou a democracia. Reconhecia assim a necessidade desse vigoramento do princípio de autoridade de que depois, exilado em França, eu veria constituir-se paladino um dos chefes radicais-socialistas. Joseph Caillaux. Cria que era mister pôr termo, neste ponto, à tradicional *brandura* dos nossos costumes, que tinha conseguido para os delitos políticos uma espécie de impunidade e tinha quase consagrado o direito à insurreição.

Mas autoridade não quer dizer, necessàriamente, nem autoritarismo, nem intolerância. Se não pode haver transigência para com as ideias falsas, se nesse sentido não podemos ser *liberais,* continuo a julgar que devemos ser tolerantes para com os homens, enquanto não estiver provado que não têm outras ideias ou não procedem de outra maneira, porque decididamente o não querem, e se obstinam, deliberadamente, em pensar, julgar e proceder desse modo. Os doentes não se devem tratar pelo estadulho ou por sistema equivalente; os processos adoptados para o caso devem ser os das casas de correcção e os das casas de saúde. Aliás, os integralistas eram os primeiros a erguer a voz contra a tirania e a opressão, contra o despotismo das maiorias, com o seu furor de nivelamento, lesivo das individualidades de relevo, dos valores mais altos e mais prestantes. Não havia ninguém que mais do que eles erguesse a voz quando se sentiam ofendidos nos seus direitos e lesados nos seus interesses. É que a tirania é sempre odiosa para aqueles que sofrem dela.

Slhi

Num ponto me encontrava, porém, plenamente com eles: era no seu combate às plutocracias, na parte em que as potências do Dinheiro pretendiam chamar a elas o poder público, se apossavam da grande Imprensa, pervertiam o sufrágio, enfeudavam os políticos aos seus interesses mercantis, estendiam por toda a parte os numerosos tentáculos da corrupção.

Eis em que pontos a minha ideologia realista se aproximava e se afastava do integralismo: os pontos de conformidade e os pontos de divergência. Eu, apesar de tudo, era democrata, liberal, republicano e socialista, antiliberalista-económico e antiplutocrático.

Eis a ideologia que eu encontrava, nesta República, *por trás* de mim. Vamos ver a que encontrava *pela frente*.

Nesse ponto, o que eu ouvia apregoar mais ou menos em todos os campos era uma *política de soluções*. Das tais soluções orgânicas, positivas, fundadas sobre a razão política e sobre a experiência do passado: Cruzada Nun'Álvares, Acção Nacional, Homens Livres, Liga dos Interesses Económicos...

Todos traziam a sua fórmula mágica, a sua doutrina de salvação.

Viam uns a cura radical dos nossos males na substituição dos governos de políticos pelos *governos de técnicos,* homens competentes e abalisados na economia, na pedagogia, na arte militar, na marinha, nos assuntos coloniais, na finança, em todas as esferas da actividade nacional. Desconfiados dos políticos, atribuíam-lhes o maior quinhão de responsabilidade nas nossas desgraças e desatinos. Era desses, acima de tudo, a frase: O mal é dos políticos. («O que eles querem todos é comer», é «encher a barriga», «o que eles querem é governar-se»,

Slhi

eram as frases consagradas: «todos eles se estão a bugiar para o país»). Só bons técnicos, bem especializados nas suas respectivas tarefas, por um trabalho bem aturado e bem disperto *devant le mur,* podiam pôr a direito a governação. Só quando o Estado fosse gerido pelos métodos e com o espírito de *business* de qualquer casa comercial, de qualquer empresa mercantil (grande armazém, banco, companhia, roça, feitoria, xácara), com esse mesmo espírito prático e realista, o Estado português poderia passar da era dos reles politiqueiros à era dos administradores. Também conhecíamos lá de fora este tema: era o do realismo de Tardieu e dos tecnicismos de Lysis.

Outros não se contentavam, nesta via, só com isto. Nisso de técnicos, queriam mais e melhor. Queriam o sistema vigente da representação nacional substituído por uma representação exclusiva dos grémios científicos e das corporações económicas, ou em que, pelo menos, uma das câmaras fosse de simples representação corporativa. Também conhecíamos isso lá fora. Dos mesmos males se queixava a França. Lá havia os mesmos projectos de delegação e representação corporativa.

Outros visavam mais alto. Iam do Executivo e do Legislativo ao Moderador, ou antes, ao Agravador, que era assim que eles o queriam, agravador, atarrachador da democracia, e era assim que eles viam a maneira mais prática de resolver o problema da autoridade e da estabilidade ministerial. Numa palavra, queriam o Presidencialismo, mais e melhor que com o Sidonismo. Também isso não era novo nem original. Vinha da América.

Outros não faziam a coisa por menos do que por uma modificação da estrutura e da orgânica ainda mais essencial, pela transformação do regime, não só numa república presidencialista, como também numa república federalista, à maneira da Suíça, e também das Américas.

Slhi

Outros pensavam que a melhor maneira de evitar o nosso revolucionarismo crónico, o continuarmos a procurar no campo da Rotunda, com as metralhadoras, o que não conseguíamos no campo das urnas e no Parlamento, e de assegurar uma certa estabilidade governamental, era a polarização de todas as forças políticas em dois únicos partidos, que monopolizariam toda a vida partidária republicana, absorvendo os pequenos grupos do regime, e se alternariam no poder, com aquiescência prévia de ambos eles, como num jogo de rapazes bem conhecido ou os alcatruzes duma nora. *Rotativismo,* outro ensaio de rotativismo, como ele se fizera durante algumas dezenas de anos na chamada monarquia liberal, desde o pacto da Granja até às dissidências franquista e alpoinista. Sistema já conhecido, e contra o qual os republicanos tinham consumido uma parte dos seus tropos nos jornais e nos comícios. Já conhecido também lá de fora, da Inglaterra, por exemplo, de antes do vigoramento eleitoral dos trabalhistas, que os instituía num terceiro partido de governo.

Mas esses queriam a continuação do *statu quo,* atenuado, ou agravado, consoante o espírito optimista ou pessimista com que tais inovações pudessem ser apreciadas. E havia quem quisesse, pura e simplesmente, a supressão do parlamento. No parlamento é que estava o cancro; dizia-se mesmo: o cancro. O mal era dos políticos? Sim, se os políticos se confundem com o sistema parlamentar. Sem parlamento, já os políticos, os maiores políticos, os mais exclusivos dos políticos, os maiores realizadores, em política, do *princípio exclusivista,* como o chefe dos Balilas, passam a ser não-políticos. Esta trampa da política... Sim, enquanto se não suprime toda a concorrência política, toda a divergência, *toda a influência diversa e oposta.* Este caso adquirira mesmo já, em Portugal, um tom de *scie,* era uma *blague* científ-

Slhi

fico-prática quase universal, de quase todos os grupos e partidos. Todos, mais ou menos, uns declarada, outros secretamente, aspiravam à *sua* ditadura. Berravam sempre contra a ditadura, contra as revoluções — mas contra a ditadura, a revolução dos outros. Não havia quase ninguém que não tivesse, lá no mais íntimo do peito, fisgada, para momento oportuno, *a sua ditadura*. (Já se sabe, não falamos dos monárquicos constitucionais, nem dos monárquicos absolutistas ou antiparlamentares, que esses estavam *atrás de nós,* nos seus projectos de reacção).

Assim, uns após outros ou ao mesmo tempo uns dos outros, apelavam, uns e outros, para essas possibilidades de salvação. Isto sem falar, já se vê, dos grupos da esquerda ou da extrema-esquerda, dos socialistas, dos sindicalistas, dos comunistas, dos que os homens da direita e os conservadores diziam estar «a soldo de Moscou».

Foi no meio destas dificuldades e das complicações crescentes do regime parlamentar (e que, reconheço-o hoje, vinham mais da vontade dos homens do que da sua insuficiência ou da carência do sistema) e, por outro lado, do mais ou menos constante apregoamento destas *soluções,* que eu fiz toda a minha campanha da *Seara Nova*. Foi assim que foi ganhando consciência e consistência e se foi particularizando, caracterizando, acentuando cada vez mais e mais fundo, o que eu chamei a minha evolução. Não era só uma evolução espontânea das ideias, em virtude do seu desenvolvimento lógico, por obra e graça dos seus preexistentes germes ideativos. Foi uma evolução que se fez também em face da vida, também *devant le mur,* ao som dos *tum-tuns* e dos morteiros, no concreto, em face do inimigo, e das tendências, das fórmulas adversas.

Slhi

Para mim, esses *grupos de soluções* eram *grupos de ilusões:* a ilusão dos técnicos, a ilusão corporativa, a ilusão presidencialista, a ilusão federalista ou municipalista ou provincialista, a ilusão rotativista, a ilusão monárquico-constitucional, a ilusão integralista e tradicionalista, a ilusão ditatorial. Vejamos.

Já está dito: eu não queria que o político fosse o único culpado dos nossos males. Tudo inocente, tudo santo, tudo génio: só o político era o pecado, o crime, a maldade, a besta. Só ele. Fora do campo da política, todos cumpriam o seu dever. Se não fosse o Terreiro do Paço, o país seria um paraíso, o «torrão-de-açúcar» daquele corregedor de Viseu de que falava Link. Era preciso destruir o Terreiro do Paço. Alguns iam mais longe: era preciso destruir a Universidade de Coimbra, como alfobre que era dos políticos. Mas como seria isso possível se, hoje, todos nós somos doutores? — Não queria também que o técnico, em geral, desse um bom político. Excepcionalmente, sim. Não era impossível. Tinha-se visto. Mas a excepção não é a regra, e não podíamos fazer uma política realista e experimental fundada em excepções. Portanto confiar o poder político aos técnicos era para mim uma heresia política, se não dissesse melhor chamando-lhe uma heresia psicológica. Porque uma era a competência do técnico, outra a competência do político. Uma a competência dos especialistas da técnica, do economista, do financista, do contabilista, do comercialista, do engenheiro, do agrónomo, dos Adam Smith, dos Marnocos, dos Lesseps, dos Ricardos, e outra a dos Pombais, dos Mouzinhos, dos Bismarks, dos Mazarinos ou dos Cavours. Em geral, todos aqueles especialistas, *como propriedade das médias,* falhariam na administração do Estado; na realidade um Estado não se administra como uma companhia ou uma roça; neste sentido, não haveria piores políticos, piores administradores, piores órgãos de correlação

Slhj

e de coacção, quer dizer, de actividade sintética, coordenadora. Para essas tarefas, era o político o competente, o especialista, porque, mais do que ninguém, devia ter esse *espírito realista* de que tanto se falava, com as maiores qualidades desse espírito, que eram a finura, a subtileza, o requinte mental, a capacidade de apercepção das grandes massas e das vistas de conjunto, a visão íntima dos problemas concretos e complexos, com a noção, o sentimento agudo da sua interdependência e solidariedade (cada caso em política e em medicina é talvez um caso único e ao mesmo tempo uno, não se podendo abstrair duma qualidade, dum vício, dum defeito, duma dificuldade, dum carácter do real), e aquela percuciente penetração psicológica, aquele conhecimento arguto, perfeito, profundo dos homens, aquele equilíbrio, aquela cultura geral, aquele espírito arquitectónico, o espírito que poderia chamar de *organização e de construção,* que fazem, quase por definição, o grande homem de Estado, o verdadeiro político. Porque o Político é, como ninguém mais, o Homem de Acção. Acima ainda do médico e do psicólogo, do cura das almas e do cura dos espíritos, eu via no político a suprema realização do poder humano e do génio criador do homem. Quando eles eram grandes, geniais, verdadeiramente, e não se limitavam aos trabalhos de fazer a guerra. Como queriam, pois, os senhores técnicos substituir os políticos? Homens das competências especializadas (nenhum técnico da finança se sente, em geral, autorizado a intervir na agronomia ou na engenharia hidráulica, e vice-versa), com que espécie de veleidades queriam intervir nas questões que só competiam *aos técnicos mais especializados,* aos mais raros, que são aqueles que têm a *competência sintética do político,* que têm o *talento criador do político,* que têm a *cultura geral do político, os conhecimentos de conjunto do político,* as qualidades de subtil penetração psicológica do político para o conjunto da grei humana,

Slhi

enfim, que são os verdadeiros Políticos? Então a Banca, a Rega, a Luz Eléctrica, os Seguros, as Caixas Económicas, as Culturas de Sequeiro, exigiam competências técnicas especializadas (era este o princípio expresso, admitido), nenhum engenheiro hidráulico, fora casos inteiramente excepcionais, se permitiria meter o bedelho no Sequeiro, nenhum banqueiro na Luz Eléctrica, nenhum electricista nos Bancos populares ou nos Seguros, — e os técnicos da Finança, só porque são técnicos da finança, e os agrónomos, só porque são técnicos da agronomia, deviam dar bons ministros das Finanças e da Agricultura? Então não há mais nada? Então há só isso a ter em conta? E o resto? E a grandeza, a finura, a força do homem? Isto, evidentemente, se se admite o princípio de que nem todos servem para tudo, se não se tem por verdadeira aquela regra de que, em política, *n'importe qui* é bom para *n'importe quoi* e *n'importe comment,* que muito raros são os homens omniscientes e omnipotentes *(de omne re scibili),* que os génios e os talentos enciclopédicos, universais, omnímodos, são uma rara e gloriosa excepção, e portanto cada um para o que é feito, para a sua poda, *the right man in the right place.* Ainda hoje creio que, no fundo, isto é assim. Que poucos homens haverá que possam dizer, com verdade, a frase que se atribui a Leonardo da Vinci: que podia fazer tudo (desde pintura e escultura até arte de fortificação e engenharia ou poesia épica) *tão bem como qualquer outro.* Como qualquer outro. Suprema consciência do próprio valor, e também suprema modéstia! Continuo a julgar que em tudo para que se requer valor e mérito é necessário, por hipótese, competência; e que cada conjunto de tarefas e de actividades requer um conjunto preciso de qualidades e de méritos. Afinal de contas, a política é também uma técnica, a maior, a mais difícil, a mais complexa das técnicas, — uma técnica, mas diferente das outras

Slhi

técnicas. A técnica de quem tem, mais do que ninguém, que lidar com realidades concretas, complexas, particularíssimas, muitas vezes, outras vezes muito gerais, e com homens (1).

Se, no domínio do executivo, não partilhava da confiança nos governos de técnicos, tantas e tantas vezes exaltados nos editoriais da grande imprensa diária, também pelo que se refere ao legislativo não participava da confiança que outros punham na substituição do parlamento dos políticos pelo parlamento dos técnicos, a representação nacional constituída por partidos pela representação das competências, das ciências, das classes, dos ofícios, dos misteres. No fundo, pelo mesmo sistema de razões, ou por outras ainda, que não quero esmiuçar agora, para não alongar demais a extensão deste prefácio.

Quanto ao presidencialismo, dera má conta de si, na experiência que fora feita. Liquidara com o atentado, a revolta, a tentativa de restauração monárquica, e o resto: a curva, a bela curva que vai do 5 de Dezembro ao 28 de Maio. Em vez de uma fortificação do regime, como na América, deixara o seu enfraquecimento mais agravado. Além disso, o poder pessoal, entre nós, parecia-me degenerar, por vezes, em formas inferiores. E era menos democrático. Isto muito em resumo. A oposição à ideia

---

(1) Então, *politique d'abord*, como Maurras? Perguntar-me-ão. Não. *D'abord*, não. Como remate, como cúpula, *comme couronnement*. A ética está na base de toda a política. Quer dizer, o ético, para mim, sobrepõe-se e subentende o político. Tanto assim que, na 1.ª série destes artigos (p. 301), declarava que a «sobre-humana energia dos homens de acção» fora «quase sempre consumida em pura perda», por quase sempre o homem de acção não subordinar a sua acção a fins éticos superiores, ou não encontrar, para se morigerar, o *contrôle* dos governados. Devo dizer ainda que esta questão do tecnicismo na gestão dos negócios públicos está intimamente associada à questão dos partidos.

Slhi

não era irredutível, mas a simpatia pelo sistema era pequena.

O federalismo também me parecia de mau agouro. Descentralização municipal, com larga autonomia dos concelhos, independência da política municipal da política central, já me bastava. Mais do que isso parecia-me arriscado. Se os nossos Mazarinos e Bismarks tinham dado tão fraca prova de si na política geral do Estado, do Estado unitário, já se vê, ver-se-iam eles proliferar e aumentar de génio político e de *savoir faire,* se o Algarve, o Alentejo, o Minho, fossem *cantões* independentes, e viriam a surgir Canovas e Gambettas, mesmo Césares (Césares!), em Faro, em Portalegre, e em Cabeço-de-Montachique? Pode ser — quem sabe?

Quanto ao Rotativismo, não lhe poupei os meus ataques. Parecia-me a melhor solução para nada solucionar, para fechar o caminho de todas as soluções, para consagrar os nossos vícios de governação, e para assegurar o sistema de Compadrio. Então o que os republicanos tanto tinham combatido, havia de voltar? Então a falência do que de próprio tínhamos introduzido no sistema da sucessão governativa, o sistema da Zaragata, da Balbúrdia, do Tiro, levar-nos-ia a cair precisamente naquilo mesmo que tínhamos combatido como um dos vícios maiores do sistema monárquico então em vigor? Então Rotunda — ou Rotação? Era esse o dilema? Um entendimento entre dois compadres, por uma espécie de *renoval* do pacto da Granja, entre António Maria da Silva e Cunha Leal (e que foi saudado pelo Sr. Brito Camacho como a coisa mais supinamente inteligente saída do cérebro daquele primeiro estadista e que já Cabeçadas, muito antes, me dizia ser a única solução para o problema português)? Era parar a meio caminho do totalitarismo por uma espécie de tácita concessão ao seu espírito (o sistema bipartidário), em vez do unipartidário,

Slhi

realizado pelo totalitarismo), uma fórmula de compromisso, como se a democracia fizesse concessões ao seu contrário e quisesse encontrar plataformas de entendimento com os seus adversários, com ofensa para o seu espírito. Nesse ponto de vista, parecia-me que ela contemporizava, para arranjar a melhor maneira de bater em retirada. Mas o desígnio mais confessado era o intuito de pôr termo à instabilidade governativa, pela supressão das pequenas patrulhas, dos guerrilheiros da democracia, dos pequenos grupos oposicionistas, e à forma de derimir os pleitos entre os partidos pela violência ou pelo jogo do quem-mais-as-tem (as armas) é quem melhores pedras tem na mão, evitando assim o prosseguimento da era revolucionária e dos ministérios-relâmpagos. Mas teria essa vantagem, ao menos, tal sistema? Os pequenos partidos, com as suas ideologias próprias, os seus princípios particulares, a sua maneira de conceber a resolução do problema político, as suas reivindicações, os seus interesses, resignar-se-iam a ser sacrificados aos dois Molochs combinados e por assim dizer reconciliados, como para a divisão da pele leonina, a ver-se assim excluídos da governação por este sistema de partilhas, em que os dois partidos dominantes constituíam um bloco com dois subgrupos ou secções, um que tomava na comédia o papel de dizer que sim, e o outro o de dizer que não, isto alternadamente, porque estava assente, por uma espécie de novo pacto social, que cada um devia ceder as cadeiras da governança ao outro, quando soasse certa hora no hemiciclo parlamentar? Não é natural. O mais provável seria lançarem-se na batalha, e a luta dos grupos e grupelhos tornar-se mais acesa.

Chegamos agora ao remédio heróico, à solução mais preconizada, à que tinha o mérito de concitar maior número de aderentes e simpatizantes, a abolição pura e simples do parlamento, a ditadura. Parece que tudo

Slhi

convergia para essa solução, para esse desenlace; que todos procediam de maneira como se não quisessem outra coisa. Afinal, todos estavam de acordo. Só variava o modo de contribuir para ela, a maneira de apelar para ela, de a chamar, de a incitar ao começo do ser, como diria Kant. A tal ponto que já não era preciso grande esforço, aí por volta de 1924 ou 1925, para ver, por sobre a praça central da Cidade, do Agora, onde aquele «dador» da primeira constituição liberal parecia uma ironia de humorista, desenhar-se uma figura simbólica: a figura e o símbolo da Ditadura. Tanto, como ia dizendo, ela andava no ar, e na boca de toda a gente.

E era esse o outro pomo da discórdia, a outra *scie,* a outra tecla tantas e tantas vezes batida, tão insistente era a toada, tão frequentes os recursos à revolução. Da direita como da esquerda: de Nobre de Melo e Afonso Lucas a Emílio Costa.

É que o parlamento chegara, especialmente em Portugal, a um grau extremo de descrédito. Por todos os lados parecia meter água, porque de todos os lados o atacavam. Não se curava de indagar se os vícios que se lhe notavam eram inerentes à própria instituição, como constitucionais, orgânicos, e incuráveis. Sem mais forma de processo, a maioria decidira já, lá no íntimo, que não merecia a pena conservá-lo: havia que suprimi-lo. Como um médico que, em face dum doente que se queixa do encéfalo, resolvesse que a melhor forma de o curar era desembaraçá-lo da cabeça. Assim, em fins de 1925, o *remédio* da ditadura já encontrava toda a gente preparada para o engolir. Toda a gente se resignara, porque já não havia democratas. Sem conciliábulos, a coisa já estava resolvida. Nem pareciam ver sequer aqueles que da esquerda também para ela apelavam (como Emílio Costa, em artigos impressos na nossa revista), que estavam a contribuir, simplesmente, para a ditadura do

Slhj

adversário. Que andavam a deitar lenha na fogueira que os havia de queimar a todos. Nesse ponto, eu era uma excepção. É que eu não via maneira de dispensar o parlamento, sem o perigo de cair naqueles vícios mesmos, mas exacerbados, naqueles mesmos males, mas agravados, que eu lhe via atribuir e a que por esse processo inventavam pôr fim. No poder pessoal, incontrastado, dum homem, duma oligarquia, dum partido, duma seita, dum corrilho, ou não via um remédio, mas uma doença ainda maior do que aquela de que já sofríamos. Porque com os integralistas tinha esta ideia de comum: que os regimes têm virtudes e defeitos próprios, independentes das virtudes e dos defeitos dos homens. É o que se depreende de tudo o que afirmo nos artigos que se vão ler e do que já se leu nos anteriores. Nestes (1.ª série, p. 56-58) faço referência à doutrina integralista sobre a questão, embora acrescentasse que se me afigurava que os seus sequazes exageravam o valor, para eles como que incondicional, dos regimes, em relação ao valor dos homens. Para mim, era ainda o homem a maior realidade. Quando os homens nada valem, os regimes nada valem. Não há regime algum capaz de fazer de feras santos. Os integralistas exageravam. Exageravam quando diziam, com H. Raposo, que criam, que devíamos crer, «mais nos homens que nas ideias». Exageravam quando supunham que a capacidade das pessoas é mais discutível que a dos regimes, como se diz no artigo de apresentação da *Monarquia* — exageravam, e, em certo sentido, contradiziam-se. Exageravam quando atribuíam todos os vícios de que enferma o mundo actual, mais do que às deficiências da economia liberal (como pretendiam os socialistas), aos regimes políticos de democracia: «o mal não está nos homens, está nos regimes», escrevia João do Amaral. Exageravam quando asseveravam, com este, que «o primeiro preconceito que o integralismo lusitano

Slhi

encontrou pela frente foi aquele que subordina à capacidade intelectual e moral dos homens a superioridade moral dos regimes» e quando, ainda com ele, conclamavam contra aqueles que atribuíam «à virtude dos homens uma força eficiente anterior à virtude dos regimes».

Se havia, portanto, no seio da escola, conceitos sobre os quais pareciam estar todos de acordo, um deles era certamente esse. Isso parecia-me, como escrevi, um novo *idealismo* («crendo menos nos homens que nas ideias»), mas mais excessivo; um novo optimismo, mas mais absoluto. «A ideia — acrescentava — continua a vogar livremente num mundo sem matéria e sem resistências, pois que, numa sociedade de *homens,* não é o homem que é considerado como a mais positiva realidade, mas a ideia». Eis no que vinha a dar a *política do facto,* tão desprezativa da *política da ideia!*

Desse idealismo, assim tão desdenhoso do valor dos homens concretos, reais, tais como o revelava a experiência, com os seus méritos e os seus defeitos, não partilhava eu. Que os regimes tinham um valor próprio, parecia-me incontestável, não, porém, o suficiente para que puséssemos de parte a questão dos homens. Mas exactamente porque via defeitos e virtudes nos homens, e méritos e defeitos nos regimes, é que a questão do regime me não era indiferente, e eu me pronunciava pela manutenção e reforma do parlamento, contra a ditadura. Julgava eu que o absolutismo, o despotismo, o arbítrio, o cesarismo, a ditadura, quer dizer, todos os poderes mais ou menos descricionários, tinham defeitos próprios independentes dos monarcas, dos césares, dos déspotas, dos ditadores. Pois quê! Já tanto nos queixávamos nós dos políticos, tendo para nos defendermos dos seus excessos e dos seus abusos um sistema inteiro de meios de fiscalização e de contraste, e seríamos tão

Slhi

ingénuos e tão imprudentes agora que condescendêssemos em presenteá-los com o poder absoluto? Na série de artigos relativos ao livro de Benda, *La Trahison des clercs,* e sobretudo no capítulo X dessa série (por sinal numerado IX, por falta da inclusão dum dos capítulos, na colectânea organizada pela *Seara Nova*), nomeadamente na parte que, no volume, vai de p. 287 a 311, alongara-me bastante sobre o assunto. «Ninguém é digno do poder absoluto — escrevia eu. Porque não é o mau rei que torna mau o poder absoluto, mas o poder absoluto que torna mau qualquer rei. O absolutismo é um mal em si mesmo. O abuso do poder resulta naturalmente do simples exercício ilimitado do poder. A excepção dum homem não pode servir de justificação a um regime. Nenhum regime pode ter como ponto de partida a particularidade dum acidente feliz. ...A primeira verdade da psicologia política é que os regimes têm virtudes próprias e defeitos próprios, inseparáveis do valor dos seus homens.» (p. 305-310). As minhas conclusões eram as de Alain e de Faguet, de Locke e de Stuart Mill, de Hume e de La Bruyère. Eu via no Príncipe, ao contrário da doutrina maurraisiana, não uma *virtude de posição,* como lugar geométrico de interesse nacional, mas um *vício de posição.* Julgava que, desde que há homens que governam e outros que são governados, é duma necessidade quase inevitável que os primeiros criem interesses não só diferentes, como opostos aos dos segundos. Julgava que a situação do governante absoluto é tal que a sua perspectiva não pode deixar de ser falseada, e, pelo simples facto de exercer o poder, de abusar do poder. Julgava, com Alain, que todas as vezes que damos carta branca aos poderes, volvemos à tirania e à tortura, que é «a flor da civilização oligárquica». Julgava mesmo que isso podia suceder com os próprios governos democráticos, se não tínhamos o cuidado de exigir na prática e nos costumes

Slhi

os princípios consignados nas leis. Julgava enfim que «não há governos democráticos, há regimes democráticos, o que é diferente. Todo o poder é autocrático tanto quanto pode sê-lo.»

Assim, em 1926, eu não estava ainda convencido da inutilidade do parlamento, e tinha muito receio do que pudessem fazer os políticos se nenhum processo de *contrôle* organizado os morigerasse e fiscalizasse. Nesta ordem de ideias, eu não deixava de ver ainda alguma vantagem no «bavardage parlementaire» (1). Por isso combati os projectos de ditadura. E sobretudo a ditadura do desconhecido, do primeiro que surgisse à volta duma esquina, e ainda mais a de todos os candidatos e pretendentes à ditadura que havia à vista, daqueles que arrogando-se tais pretensões apareciam na cena política, dos únicos, afinal, que tinham força, elementos, condições, armas, os homens do dinheiro e das metralhadoras, os grupos da direita social e das oligarquias financeiras, os reaccionários e os militaristas. E exprobava aos republicanos, aos socialistas, aos comunistas, o facto extraordinário de estarem a fazer com as suas campanhas antiparlamentares, pró-ditadura, a atmosfera da *única ditadura possível,* da única revolução ditatorial que tinha condições de êxito, que era o contrário, precisamente, daquela ditadura que eles sonhavam. Assim ateavam a labareda que os devia devorar.

Afinal todos ficaram «comidos», como era lógico, e como era justo. Lógico, porque, quando se trata de apelar para a força, e apenas para ela, não é natural que quem a detenha se sirva dela em proveito dum *tertius gaudet.* Justo, porque grupos que se diziam e se queriam democráticos não deviam visar nem apregoar ditaduras

---

(1) A afirmação é de Claude Farrère; mas em toda a parte se dizia a mesma coisa.

Slhi

sistemáticas, e sobretudo servir de instrumento aos que detinham a força. E assim o que veio foi uma ditadura militar. O Exército quis exalçar os votos da nação. A ditadura tinha de ser militar, por uma espécie de necessidade lógica.

O que eu previra durante meses consecutivos consumara-se. Eu escrevera que mais dia, menos dia, um general no-la traria, num dia de nevoeiro. Esse general foi Gomes da Costa, esse dia foi o 28 de Maio. Só não sei se houve nevoeiro.

Sendo assim, eu tinha o direito de perguntar hoje aos que se diziam republicanos e tinham feito a campanha da ditadura, se eles estavam satisfeitos com a sua obra: — Então quem tinha razão?

...Se eu não soubesse que, mais ou menos, eram *tutti marchesi,* que aquela ditadura era afinal a ditadura que todos tinham sonhado.

A minha solução era outra. Eu não apelava para o César, para o Rei, para o Messias (1). Eu não apelava mesmo para um capitão de artilharia. E, em vez de fazer esse ataque inconsiderado e imoderado ao Parlamento que notava em volta de mim — e que não era a este ou àquele parlamento, mas à própria instituição, como se ela fosse intransformável e a causa única ou maior de todos os males de que sofríamos —, preconizava uma solução que me parecia simultâneamente mais prudente, mais razoável e mais orgânica.

Permita-se-me, porém, nesta altura, um parêntese. Poder-se-ia realmente perguntar-se, com as minhas cam-

---

(1) No que estava de acordo, ao que parece, se não com Hobbes ou com Hegel, com a Sabedoria das Nações. Das Rãs que pedem um Rei já se fala nas fábulas de Fedro, se não nas de Esopo. E na própria Bíblia, no livro intitulado mesmo dos *Reis:* «Pois eu invocarei o Senhor, e enviará trovões e chuvas: e sabereis, e vereis que fizestes um grande mal para vós diante do Senhor, pedindo um rei, sobre vós.» (*Reis,* XII 17).

Slhi

panhas contra certos daqueles políticos e aquele parlamento, não estava também a combater de facto o parlamentarismo, também a fazer ambiente para aquela ditadura, a ditadura de abaixo-de-Braga, que num dia de florido Maio viria a irromper em Lisboa, não, certamente, porque advogasse a ditadura ou combatesse o parlamentarismo, mas porque, combatendo o único parlamento que tínhamos à vista, eu contribuía também, mais ou menos, para o descrédito da própria instituição. Como se não tivesse sido ele que houvesse dado origem àquela ditadura! Mas foram os meus artigos contra aquele parlamento, ou foi aquele parlamento que fez a ditadura?

Mas reatemos as nossas considerações. A solução para mim, dizia eu, era outra. A solução inteligente, orgânica, positiva. Numa democracia, eu cria na sociedade dos partidos, o que não excluía a necessidade de movimentos fora dos partidos, como o iniciado pela *Seara Nova*. E assim também a necessidade, por vezes, duma conjunção de várias forças partidárias, dum bloco constituído pelos elementos mais sãos e mais honestos de vários partidos para purificar o ambiente político, meter na ordem os que andavam fora dela, impossibilitar o prosseguimento do domínio das oligarquias e impor as reformas necessárias. A *Seara Nova* dera para isso os primeiros passos: com alvaristas, e alguns elementos dos partidos democráticos, esquerdista, radical e até nacionalista.

Assim também eu queria a Revolução, mas por outros processos. Também eu queria reformas, mas outras. Sem o tum-tum, o sistema da balbúrdia, a indisciplina nas casernas, a dissolução da vida pública, as manifestações subversivas, o obstrucionismo parlamentar e o pau de bater bifes. Julgava que se podia meter aquilo nos eixos sem necessidade de bombardear os prédios da Betesga. Sem necessidade de metralha. Nem de apelar

Slhi

para o Messias. Sem processos revulsivos, sem agitação revolucionária, sem coaxido de rãs a aclamar e a pedir um Rei. A formação dum governo estável e actuante, mas sem aquelas vias de acesso: o assalto aos ministérios, pela calada da noite. Abrir as portas do Terreiro do Paço, sem usar duma gazua. Pôr nas cadeiras do poder gente honesta e competente, sem escaladas de surpresa, à Geraldo-sem-Pavor. A possibilidade de atingir o Terreiro do Paço sem passar pela Rotunda. Parecia-me que se podia lançar as bases duma nova política sem recorrer à guerra civil.

Supunha que a reformação era possível, embora nem fácil nem expedita. Que se podia carrilar a vida pública sem processos catastróficos. O tiroteio, a intervenção do quartel não os cria indispensáveis. Os defeitos que se assacavam ao parlamento, não os julgava inseparáveis do sistema, como se as câmaras não pudessem ser constituídas de outro modo, recrutadas por outros processos e funcionar de outra maneira. Não julgava o parlamentarismo irremissível, por ter atingido uma forma *ne variatur*. Creio que ele admitia a possibilidade duma evolução, em função das novas necessidades duma vida cada vez mais complexa e mais dura, em função dos ensinamentos fornecidos pela experiência. As instituições parlamentares eram susceptíveis de aperfeiçoamento. Pôr a democracia mais de acordo com o seu espírito e com as realidades e as necessidades prementes da vida, eis o que me parecia então a mais essencial tarefa.

Se não me pronunciava, porém, pela constituição de parlamentos corporativos, também estava longe de julgar, como o disse logo nos primeiros números da revista, que se devesse continuar a manter o regime de duas câmaras eleitas pela mesma forma de sufrágio, pela mesma massa de eleitores, que era o sistema bicamaral que possuíamos e em que o Senado aparecia como uma

Slhi

espécie de duplicação, de redundância, fazendo *double emploi* com a outra casa do parlamento. Entendia que a segunda câmara se podia substituir com vantagem por uma assembleia técnica, em parte profissional, em parte científica, uma câmara de «competências», mais do que representativa de interesses de classes e de egoísmos corporativos, e a que se reconheceria, não poder deliberativo, mas consultivo e informador, dotada ainda dum direito de iniciativa limitado na proposição das leis e que a outra câmara obrigatòriamente consultaria antes de pronunciar os seus votos, tomar as suas decisões e editar as suas leis. Por esta forma, a vontade nacional só se encontraria representada por uma única câmara, eleita por um sufrágio democrático, pelo voto geral da nação, enquanto a outra, eleita por sufrágio especializado, reuniria as competências profissionais e científicas, proporia medidas legislativas e regulamentares à outra casa do parlamento, estudaria os projectos e propostas dela emanados, submetê-los-ia a uma análise suficiente, proporia as modificações essenciais, pronunciar-se-ia, pela sua secção de jurisprudência, sobre a sua redacção. Nos seus juízos, nas suas informações, nos seus esclarecimentos, os técnicos não se limitariam a dar o seu parecer, devidamente justificado, sobre os métodos, os meios, as minúcias, os pormenores de efectivação de qualquer princípio reformador; pronunciar-se-iam também sobre os próprios *fins* (que também para isso lhes reconhecia competência), marcando-lhes os limites e as condições de realização (1). Assim, sistema de sufrágio, composição, carácter, atribuições, prerrogativas, autoridade ou poder

(1) A propósito dum assunto inteiramente estranho a coisas políticas, escreve Borel: «Le premier point qui est de toute évidence, c'est que la majorité ne peut pas posséder des lumières qui font complètement défaut à chacune des individualités qui la composent: un jury d'aveugles ne saurait juger des couleurs.» (*Le Hasard*, p. 254).

Slhi

de decisão, forma de funcionamento, natureza da obra a realizar, em tudo difeririam esses dois organismos, complementares, mas não redundantes, um deles essencial, o outro subsidiário, mas, ao que me parecia, indispensável para um bom exercício do sistema.

Por uma curiosa coincidência, eu fechara as minhas duas séries de artigos doutrinários, que formam o recheio do que depois devia ser reunido em volume como 1.ª série das *Páginas políticas,* com o espírito suspenso sobre o mesmo problema: a organização da democracia, a reforma do sufrágio, a reforma constitucional do regime. Exactamente nos artigos subsequentes, eu iria esmiuçar a questão, e propunha-me chegar àquela pormenorização exigida pelo assunto em que até então eu não tinha tocado (1). E não cheguei a escrever nem um nem outro artigo. Como se isso fosse também um sinal do *Finis Democratiæ.*

Desprezou-se tudo. Não se atendeu a nada disto. Queria-se ir direito ao fim, pelos processos mais sumários, os processos expeditivos da ditadura da força. Quis-se cortar o nó górdio com a espada de Alexandre. E Alexandre veio.

Para acabar a minha prefacção ao que se vai ler, e caracterizar inteiramente a sua índole, resta ocupar-me, por último, da parte das minhas pugnas jornalísticas que

---

(1) O cap. VII da série do Integralismo deverá intitular-se, como foi anunciado (por ex.º, no n.º 15, p. 42), *O Sufrágio e a competência na democracia.* O último da série sobre *La Trahison des clercs,* depois de demonstrar a necessidade do *contrôle,* encerrava-se por estas palavras: «Mas quem exercerá o *contrôle?* Como se exercerá o *contrôle?* Quais são as condições de todo o *contrôle* eficaz? É este o problema.» Resolveu-o a ditadura: suprimindo-o.

Slhi

se referem à imprensa e à literatura então dominante. No que toca à imprensa, eu via a necessidade de a subtrair ao domínio da plutocracia; grande parte dos seus combates à grande imprensa foi orientada por essa ideia. Quanto à literatura de então, no seu conjunto, e à literatura jornalística em especial, ela afigurava-se-me como uma manifestação inferior da nossa capacidade de organização e de inteligência, como madâmica, retórica, psitácica ou clownesca: chá-das-cinco, rendas, *guipures,* bordados, trabalhos de agulha e de missanga, laçarotes, serpentinas, *fiorituri,* pomadas, *cold-cream,* enfim, uma secção, um *rayon* de loja-de-modas; ou então amplificações e *boursouflures* do Verbo, palavreado, no fundo, sem nexo ideativo, malabarismos e arlequinismo de jograis e de truões, com gestos de clow, futurismos, coisas à Pirandelo, jogos de palavras com muitos dichotes às *minhotas que não são minhas.* Uma literatura que se dirigia exclusivamente à sensibilidade, de maneira a provocar a cócega, o prurido, uma espécie de titilação espiritual e anímica, e não à inteligência. Uma literatura ao mesmo tempo anémica e campanuda, que em parte substituía a severa ordem discursiva da concatenação e seriação lógica pelos acasos da associação das ideias e das aliterações e assonâncias, e pedia o segredo da sucessão das palavras, não aos tratados de arte de pensar (no que talvez não ganhasse muito, aliás), mas ao dicionário das rimas. Eu pergunto ao leitor se não era isso o que nos faziam ler, nos fundos, nos ecos e nos roda-pés da grande imprensa, os que então se entregavam à missão de nos dar todos os dias sensatas e fecundas ideias em letra de forma. Ao lado disso, uma poesia sem rasgo, sem fôlego, sem pensamento, e sequer sem emoção; um teatro pobre, quase sempre subsidiário do estrangeiro; uma ausência quase completa de qualquer coisa de sólido e de grande no romance, na novela ou no conto; uma falha

Slhi

ainda maior, fora honrosas excepções, na literatura crítica, científica e filosófica, psicológica ou ética, qualquer coisa que se pudesse pôr a par dum Maupassant ou dum Anatole, dum Ariel ou dum Chambord, dum Ibsen ou dum Shaw, dum Wells ou dum D'Annunzio, dum Bergson ou dum Boutroux. Cronistas: assim me pareciam quase todos. Excepções, evidentemente, mas pouco numerosas, e que pareciam deter-se no caminho da sua própria evolução. Suponho hoje que só uma frase poderá explicar essa grande aparência de penúria e vacuidade: decisivamente, eles não queriam. Por uma espécie de pudor, mantinham imensamente hermético o seu imenso talento de não-Pachecos. No fundo, eram todos génios. Incompreendidos? Abortados no curso do seu desenvolvimento, por falta de condições ambientais? Vítimas duma sociedade que os não compreendia e lhes não reconhecia o autêntico valor? Uma súcia de ingratos, o país? E eles génios perseguidos e infelizes, como o Tasso, como Camões? Não, génios silenciosos como génios, impenitentemente modestos, obstinando-se em simular as doenças mentais mais extraordinárias e que se recusavam teimosamente a mostrar todos os dons do seu talento, e umas migalhas pelo menos das suas faculdades criadoras. O grande empenho da maior parte era que os tomassem por tolos. Enfim, a sociedade portuguesa, em tudo quanto às letras e à vida intelectual dizia respeito, dava o ar de estar invariàvelmente à espera do correio matinal, que todos os dias lhe devia trazer as ideias, as modas literárias, os planos, as doutrinas políticas, os programas da economia ou da finança, exportados de Paris sob a forma de livros do Félix Alcan ou dos jornais dos *boulevards*. Como se assim quisessem decidir com que ideias francesas haviam de salvar a gente portuguesa. Na governação, diziam-nos satélites da Inglaterra; mas a literatura e a filosofia, vinham-nos feitas da

Slhi

metrópole gaulesa. Intelectualmente, parecíamos uma colónia da França.

Entre a publicação dos artigos que fazem parte destas colectâneas e os dias de hoje, medeia um largo período de ralidades políticas e históricas. Sete anos de factos. E esses factos são:

A constituição gradual duma Europa nacionalista, reaccionária, violenta, mavórcia, geradora de secessões e de discórdias, perseguidora de raças e de seitas, substituindo um pouco por toda a parte o regime do facto ao do direito, a guerra à concórdia e aos processos pacíficos e jurídicos de derimir os pleitos, a competição e a concorrência à colaboração individual, a constituição de blocos bélicos, pelo velho sistema das ligas e das alianças, à Sociedade das Nações, as formas de governo discricionárias e autocráticas, rigorosamente autoritárias, às democracias, o *contrôle* exercido pelos governantes no sentido do domínio, ao *contrôle* exercido pelos governados no sentido da fiscalização, o totalitarismo do partido único às formas individualistas e liberais, respeitadoras dos direitos das minorias e das diferenças individuais. É o executivo que reassumiu toda a plenitude do seu poder e não consente em dividi-lo por qualquer espécie de poder complementar, governando portanto sem *contrôle* e sem concorrência, sem qualquer jurisdição superior que o enfrente, morigere, limite ou constitucionalize. Enfim, o Partido fez-se por toda a parte o Todo. Porque estes regimes totalitários não vieram dar cabo dos partidos, vieram dar ao partido a sua máxima importância e o seu significado mais absoluto (exclusivismo, absolutismo, integralismo, maximalismo, bolchevismo, fascismo, extremismo, tudo isso são expressões da mesma vontade de

Slhi

exclusivismo e de totalitarismo, que às vezes até parece poder designar-se por niilismo; são termos que têm o mesmo alcance, como excluindo toda a dissidência, toda a divergência, toda a cisão). Eles aparecem, esses Partidos únicos, como se se arrogassem o poder de obrigar todos os cidadãos a alistar-se nas suas fileiras, ou, pelo menos, a adoptar o seu modo de pensar e as suas crenças. Na Rússia, na Itália, na Alemanha, acima de tudo, está o Partido. A palavra está sempre na boca de Estaline, como está sempre na boca de Mussolini. Tantas, ou mais vezes ainda, que a Nação.

Paralelamente a isto, um movimento que, em certa acepção, continua o esboçado ou afirmado após a guerra de 1918, um movimento expresso pelo chamado princípio das nacionalidades, mas em sentido exactamente oposto, porquanto aquele procedeu por divisão e separação (Polónia, Checoslováquia, países bálticos, Albânia, etc.,), enquanto este procede agora, pelo contrário, por reconstituição de antigos blocos étnicos, por fusão e associação em fortes organismos maciços, compactos, de nações até aí afastadas pelos pretensos acasos da política ou pela espada dos homens de guerra. É o irredentismo itálico, o germanismo da «maior Alemanha», a *Italia irridenta,* a *Anschluss,* o Mediterrâneo *mare nostrum,* quer dizer, lago italiano. Foi assim, por toda a parte, uma exacerbação de nacionalismos, de racismos, de minorias nacionais à busca de outras maiorias, para além de outras fronteiras nacionais. Nomes que, com sentido étnico, nunca tinham chegado aos nossos ouvidos, como Sudetes, soam agora pela primeira vez. Na Bélgica cria-se um novo partido, o Rex, que pretende incorporar uma parte desse reino no Império alemão.

Era então esta a Europa que nos prometiam os Aliados, nas directivas fixadas pelos homens públicos franceses e ingleses e nos celebérrimos pontos de Wilson?

Slhi

Era essa a Europa pacificada com que eles nos acenavam, resolvendo de ora-avante todos os seus diferendos sem disparar um tiro, só pelos processos legais e jurisdicionais? Era esta a Europa da Justiça e da Liberdade?

Devemos sorrir hoje de todas as instituições de cooperação internacional, de Haia, de Paris, de Bruxelas, de Genebra, do Bureau de Longitudes, do Tribunal de Alexandria, e, acima de tudo, com um grande sorriso john-bullesco, da famosa Sociedade das Nações. É a autocracia e é a guerra. É o espírito de Metternich e de Napoleão. Moltke está triunfante: *la guerre prime le droit*. A Alemanha não venceu em 1918, mas venceu em 1938: vinte anos depois. Sem um tiro, mas com a ameaça do tiro. Mas acima de todos estes vultos de Bismarcks, de Moltkes, de Bonapartes, é o de Rousseau que eu vejo erguer, mais sobranceiro e firme do que nunca, como o que melhor consubstancia o espírito dessa sua velha Europa neste ano de graça ou de desgraça. Em todas as praças públicas de todas as nações se deviam levantar estátuas e monumentos ao pretenso liberal, ao *soi-disant* individualista, ao falso inventor do *contrato social,* que teve artes de se instituir em profeta e mentor duma Europa, dum mundo inteiro ou quase inteiramente convertido às suas ideias unificadoras e exclusivistas. A Europa, hoje, pensa como ele, procede como ele, está com ele: a Europa, e mesmo Maurras, e há muito.

O que se passou entre 1921, data em que iniciei a minha colaboração na *Seara Nova,* e 1938, e sobretudo entre 1931, ano em que a finalizei, e esta última data, é qualquer coisa de considerável como realidade e como sintoma, como revelação duma Europa intolerante, agressiva, grosseira, cada vez mais afastada do pacifismo e do democratismo que ela nos apresentava, nas arengas dos seus ministros e dos seus parlamentares,

Slhi

feitas em plena luta de canhões, de gases asfixiantes e de bombas, como o início duma nova era na história do mundo e a finalidade última da guerra. Para bem exprimir este contraste entre as palavras e os factos, as promessas e as realidades, as doutrinas e os processos, só o génio de *humour* dum Swift.

Isto pelo que respeita à Europa e ao mundo. Pelo que toca a Portugal e ao autor, eis o resultado que até agora lhe adveio da atitude que tomou. Ao regressar do seu exílio, nunca ele esperou ser acolhido como o Grande Elias ou participar sequer das apoteóticas manifestações aos chefes políticos que lá estavam. Mas o que ele nunca esperou também foi vir a colocar-se no posto de observação em que se encontra, a ver a Europa desdizer nos actos o que prometera nas palavras, a efectuar, sob o ponto de vista social, progressos de caranguejo, a marchar às recuas daquela marcha rectilínea que parecia seguir outrora, e ainda há bem pouco tempo.

Ora eu, por mais afastado que esteja do «realismo» histórico dum Hegel, não posso considerar *tudo isto,* evidentemente, senão como uma lição de coisas. *Tudo isto* foi a prova real dum sistema. Dum sistema, sim, porque o havia. Eu fora iludido na minha boa-fé. Abusaram de mim sistemàticamente. Por uma espécie de pacto expresso ou tácito, de *consensus omnium.* Provou-se assim que tais ideias não eram adequadas ao real, como eu pretendia que elas fossem. Que admira que tivesse dado pela coisa assim tão tarde, se tanta gente dizia comungar os seus sentimentos, partilhar das minhas ideias, e rezar pela mesma cartilha? Por que é que vale a mais decidida, a mais firme *intenção de realismo,* se nos enganamos, e os outros, sistemática, total, solidàriamente, nos pretendem enganar? Uma coisa é o realismo que pretendemos ter, e outra o realismo que

Slhi

podemos ter. Quando estamos rodeados de pessoas que nos iludem, de que valem os nossos bons propósitos? E, se vendo mal, os outros nos dizem: eu vejo, eu penso, eu sinto como tu? E tu tens sempre razão? E quem é que pode, nesse ponto, censurar quem encontrava diante de si, como que organizada para esse fim, *ab initio,* por constituição primeira, uma sociedade que tinha adoptado como primeiro artigo do seu Contrato social, do seu pacto fundamental, esta disposição: «É livre cada um de enganar o mais que puder e o melhor que puder»; e como segundo: «todos lhe deverão dar para tal efeito todas as facilidades e auxílios»? É um pacto que está mais perto de Hubert Langeet que de Locke, mais perto de Spinoza que de Hubert Langeet, mais perto de Rousseau que de Spinoza, mais perto de Hobbes que de Rousseau (porque todos esses foram teóricos do contrato como origem da sociedade: Rousseau também nessa parte está parcialmente inocente). A sociedade moderna procedeu como se tivesse sido organizada para o logro.

Encontram-se nestes artigos numerosos ecos da minha actividade de crítico, de crítico de ideias, de crítico político, de crítico literário. E quero que me digam se o galardão que até agora obtive dos meus afans e da minha actividade não fará sorrir hoje aqueles contra os quais tersei armas ou que militaram noutros campos. E, o que é mais, pareciam merecer, a valer, sem favor algum, aquelas críticas. Uma prova real, que vale mais que a prova-dos-nove...

Assim os factos já falaram. Já pronunciaram, em relação a essas ilusões, o seu *veredictum.* Que eram eles quem tinha razão. Eles, quem? Eles, os criticados. E hoje só tenho que bater nos peitos, contrito, por me ter enganado.

Slhi

Onde estão hoje os homens do Tum-Tum, os do Parlamento, Nunes & C.ª, os dos subscritos lacrados, das oligarquias, os adoradores do Bezerro-de-Ouro, da firma Política & Negócios, do Angola e Metrópole, os Bombistas, e sobretudo os Legionários da Legião Vermelha? E em especial, muito em especial, os Legionários da Legião Vermelha?

Os Legionários! Quanta prosa se escreveu a tal respeito. Uma Legião Vermelha que impunha decretos, de pistola aperrada, à boca do cofre, por um processo sumário de coacção desconhecido até à data pela Fazenda Nacional! *Mea culpa*... Eu não tinha percebido que não se podia ser assim cá neste mundo. Afinal eram eles os dignos. Os dignos e os espertos. E tinham pleno direito a piscar o olho.

Antes toda a vida surripiar carteiras, ou lançar bombas! antes disparar *tiros* à algibeira do próximo! antes ter chorudos empregos, automóveis, prédios nas avenidas novas, inscrições, papéis de crédito, sei lá o quê! *être un homme pourvu de toute l'assiette, de toute la considération sociale,* como são hoje todos esses senhores, açambarcadores, envenenadores, vigaristas, bombistas, legionários! Também estes prosperam. Como os outros. Não estarão com a ditadura, mas estão na moda. São também totalitários.

Os factos são os factos. *C'est le fait* — diz Maurras. Os factos falam mais alto do que as palavras. E o facto tem hoje uma destas evidências, uma destas eloquências, exprime-se de tal maneira que duvidar, agora, seria já obstinação.

Enfim, um conto dos irmãos Grimm. Sombra, nuvem que passou... *Todo eso es una broma,* dizia-se em Espanha.

Todos eles afinal tinham razão. Só eu é que a não tinha.

Slhi

NOTAS

Já depois de escrito este prefácio, li em Henri Poincaré as palavras seguintes:

«Carlyle a écrit quelque part quelque chose comme ceci: «Le fait seul importe; Jean sans Terre a passé par ici. Voilà ce qui est admirable, voilà une réalité pour laquelle je donnerais toutes les théories du monde.» Carlyle était un compatriote de Bacon; mais Bacon n'aurait pas dit cela. C'est là le langage de l'historien. Le physique dirait plutôt: «Jean sans Terre a passé par ici; cela m'est bien égal, puisqu'il n'y repassera plus».

«Nous savons tous qu'il y a de bonnes expériences et qu'il y en a de mauvaises. Celles-ci s'accumuleront en vain... Qu'est-ce donc qu'une bonne expérience? C'est celle qui nous fait connaître autre chose qu'un fait isolé; c'est celle qui nous permet de prévoir, c'est-à-dire celle qui nous permet de généraliser. Car sans généralisation, la prévision est impossible. Les circonstances où l'on a opéré ne se reproduiront jamais toutes à la fois. Le fait observé ne recommencera donc jamais; la seule chose que l'on puisse affirmer c'est que dans des circonstances analogues, un fait analogue se produira. Pour prévoir il faut donc au moins invoquer l'analogie, c'est-à-dire déjà généraliser.» (*La Science et l'hypothèse*, p. 168-169).

Assim, o facto de João-sem-Terra ter um dia passado aqui não importa, a não ser ao historiador. Para o físico o que importa é reconhecer a persistência dum facto na sucessão, a constância duma lei, duma propriedade que lhe permita generalizar e prever, que lhe permita afirmar: «João-sem-Terra há-de tornar a passar aqui». Para o sociólogo, por sua vez, o que lhe interessa é saber quais são os factos que são verdadeiras *tradições*, isto é, os que, tendo sua origem no passado, permanecem no presente, quer dizer, que João-sem-Terra tenha passado aqui e tenha ficado aqui. Tradição é movimento uno e contínuo, entendendo a unidade e a continuidade do movimento como Aristóteles as definiu nos seus tratados físicos. E o moralista e o político têm interesse em saber quais dessas tradições são boas ou más, quais as que se devem manter e favorecer, quais as que se devem contrariar e eliminar. O historiador diz: João-sem-Terra passou por aqui. O físico diz: João-sem-Terra há-de tornar a passar por aqui. O sociólogo diz: João-sem-Terra está ainda aqui. E o moralista e o político dizem: João-sem-Terra *deve* estar ainda aqui. Tais são as diferenças dos pontos de vista.

Aproveito a ocasião que me é fornecida por esta nota para esclarecer que, quando digo nas páginas anteriores que o realismo «dos reac-

Slhi

cionários é um realismo» intransformista, e um pouco mais adiante lhes atribuo as doutrinas darwinistas e «transformistas» (ao que me parece condenadas pelo *Syllabus* de Pio IX), a palavra não é empregada nas duas frases rigorosamente no mesmo sentido, e que por isso não há aí contradição. Quando classifico o seu realismo de «intransformista», pretendo com isso significar que são inimigos declarados da teoria do progresso. E quando lhes atribuo a aceitação das ideias «transformistas» de Darwin, é na parte que se refere à luta pela vida e à selecção natural, que é o que há de essencialmente darwiniano no transformismo, visto que Lamarck explicou a transformação das espécies sem recorrer a tal realismo.

NOTA À P. 32. — *Hegel, o contrato social e o totalitarismo.* — Dos modernos restauradores da teoria do contrato nos fins do século XVIII e princípio do XIX, Kant e Hegel, dum se pode dizer que se aproximou de Locke, para concluir pela república liberal e democrática, e do outro que se aproximou de Rousseau, e esse para concluir pelo absolutismo e a estatolatria. A política de Hegel é, por isso, na parte que diz respeito aos direitos do indivíduo e do Estado, essencialmente a mesma que a de Rousseau: independência dos indivíduos uns em relação aos outros, dependência e sacrifício absoluto ao Estado.

Interpretando a política de Hegel, escreve Fouillée, na sua *Histoire de la philosophie:* «O indivíduo não pode desenvolver-se senão na sociedade civil e no Estado, e o que se chama direito é a liberdade do Estado, isto é, o domínio do poder comum sobre as liberdades individuais. Hegel, abandonando a tradição de Kant e de Rousseau, regressou à velha concepção que se poderia chamar o panteísmo político... O indivíduo, segundo ele, não é absolutamente sagrado senão para outro indivíduo; não o é para o Estado, de que ele é em definitivo o instrumento, quer ele observe a lei, quer a viole... A omnipotência do Estado e a sua personificação numa entidade superior aos indivíduos não podia deixar de levar em Hegel a uma política absolutista. O princípio dessa política é que o Estado tem uma missão própria, uma ideia a realizar, distinta das ideias que podem influenciar os indivíduos... Hegel coloca o fim do Estado numa ideia superior de que ele é o representante armado, e à qual deve sacrificar os interesses ou os direitos privados... O Estado personifica-se num homem, que é o monarca, depositário do seu poder e da ideia que ele deve realizar. O chefe do Estado é o Estado feito homem, e Luís XIV teria razão, neste sentido, em dizer: *L'État c'est moi.*» (p. 450-451 da 13.ª ed.)

Tudo está certo, menos a afirmação de que Hegel abandonou a tradição de Rousseau. A de Kant, sim, mas a de Rousseau, não. Vemos em Hegel, hoje, além dum mestre do germanismo, da política da invasão,

Slhi

da guerra e da *Anschluss*, um doutrinário, a par de Rousseau, do totalitarismo. Isto acrescido com uma teoria do Príncipe, do *Führer*, que personifica o Estado, detém o seu poder e pretende realizar a sua finalidade. *L'État c'est moi:* é Hitler e é Mussolini. A frisar ainda a ideia, cara a Hegel, como a Rousseau, de que o indivíduo deve ser sagrado para outro indivíduo, não para o Estado.

Hegel separou em dois pedaços o kantismo, distinguindo a política da ética. Enquanto para Kant a política não se distingue essencialmente da ética, de que ela não é senão uma aplicação e um caso particular.

Slhj

1921

Apresentação da "SEARA NOVA"

A *Seara Nova* representa o esforço de alguns intelectuais, alheados dos partidos políticos, mas não da vida política, para que se erga, acima do circo onde se debatem os interesses das clientelas e das oligarquias plutocráticas, uma atmosfera mais pura em que se faça ouvir o protesto das mais altivas consciências, e em que se formulem e imponham, por uma propaganda larga e profunda, as reformas necessárias à vida nacional.

Não comunga ela no sofisma de que são os políticos os únicos culpados da nossa situação. A verdade é que os políticos não são melhores nem piores do que o permitem as condições gerais da mentalidade portuguesa. Todo o país tem de aceitar a responsabilidade que lhe cabe; todo o país, e em especial a sua *élite*. A vida política duma nação é, em grande parte, o reflexo da sua vida intelectual, dos seus movimentos de ideias, das aspirações mais profundas do seu escol. Por outro lado, nenhum regime político de mentira e incompetência se pode manter em qualquer país sem que essa incompetência e essa mentira sejam os característicos dominantes da sua própria *élite* intelectual. De outra forma, as monstruosidades e as traficâncias impedi-las-ia o seu protesto organizado. Em última análise, é ela a maior responsável,

Slhi

porque constitui aquela parte da consciência duma nação que deveria ser a última a desfalecer ou a corromper-se. Renunciando ao seu papel directivo, sequestrando-se no formalismo e no cabotinismo literário, não tendo sequer a elegância moral de se conservar pura no meio da corrupção e da deliquescência das altas camadas da sociedade, — a sua indiferença, o seu miserável contentamento de si própria, o seu cepticismo moral, a sua vaidade, a sua falta de preocupações largamente humanas e, sobretudo, a incompreensão da sua verdadeira missão social, conduziram a este resultado, que todas as esferas da actividade da nação se sentiram atingidas da falta de ideal, de inteligência, de capacidade criadora e de sensibilidade moral que se revelavam na sua *élite*.

Os homens da *Seara Nova* pretendem fazer, por sua parte, o seu acto de contrição. Serão poetas militantes, críticos militantes, economistas e pedagogos militantes. Ao contrário dos contritos de outro tempo, que renunciavam ao mundo para se consagrar ao divino, é ao mundo que a sua contrição os restitui (1). Muito tempo passaram já os homens de escol isolados do povo, fora das realidades sociais, muito para além do plano e do movimento em que se tece o futuro do mundo. É preciso que desçam até à corrente que transporta os gérmens da sociedade futura. Pouco importa qual o exemplo das outras classes sociais. Quanto mais baixo for o meio que os cerca, mais têm eles de requintar na nobreza, pondo as qualidades morais acima de todas as outras distinções. Considerarão o egoísmo como a deselegância suprema. Que importam as dificuldades a vencer, e os perigos com que arrostar? O heroísmo é a palavra mais adequada para exprimir o peso enorme das suas responsabilidades.

---

(1) Eu diria hoje: «que renunciavam à acção... é à acção que...»

Slhi

Compenetrados destas ideias, queremos constituir na *Seara Nova* um núcleo de homens de boa consciência e vontade enérgica dispostos a assumir perante a expoliação, a rapina, o egoísmo e a mentira nacionais uma sistemática atitude de protesto. Queremos apontar ao desprezo público os inimigos do bem comum, os que deitaram abaixo as estátuas de todos os altares, para prestar apenas culto ao Bezerro de Ouro. Queremos agrilhoar ao pelourinho da infâmia os «potentados do dinheiro» que dele se servem apenas para fazer a miséria dum povo. Queremos instaurar o processo de todos os escândalos, sejam quais forem os seus autores e responsáveis, sem que nos tolha a pena nem por um momento o miserável sofisma de podermos ser, com as nossas campanhas de moralidade, prejudiciais à República. Tais sofismas só podem ser defendidos por cúmplices ou por participantes; ou então pelos que, tendo horror à verdade, repudiam dessa maneira a mais alta essência do regime que dizem defender. Em democracia quem mente ao povo é réu de alta traição. É à verdade, à absoluta lealdade e probidade de pensamento, que é mister habituar o povo português. Mais ainda que os próprios escândalos, contraria o homem de perfeita consciência esse sistema de silêncio, de meias confissões e baixos compromissos em que todos nós vivemos. Sente-se que há sempre por detrás das nossas palavras guarda-ventos e anteparos onde a verdade se esconde. O vento da verdade é demasiado forte para nós. Pelo que pessoalmente nos diz respeito, queremos receber nas faces a sua lufada vital. Poremos sempre o que julgamos o nosso dever para com o país e a República acima da maneira como possam ser interpretadas ou deturpadas as nossas intenções. Pouco nos importará também que a crítica que fizemos em obediência à verdade se encontre por vezes com aquela que por simples interesses partidários façam os inimigos da

Slhi

República: isso não alterará nem num ápice a linha do nosso procedimento.

Mas, não abandonando nunca estas disposições de combate, a *Seara Nova* quer exercer mais que uma simples acção de crítica e de protesto: quer chamar a atenção de todo o país para as reformas necessárias e contribuir para que se crie, em volta dessas reformas, uma opinião nacional que as exija e apoie. Quer fundar as condições da verdadeira democracia, sem as quais a República não passará do regime de baixa mentira e indigna plutocracia que tem sido até hoje. Quer ajudar a criar essa luminosa e firme consciência nacional que imponha aos dirigentes (políticos e não políticos) o caminho da nossa salvação. Quer, numa palavra, contribuir para a grande e profunda Revolução que deve redimir a nossa Pátria — e, exactamente porque trabalha para essa Revolução, combater todas as revoluções de clientelas, sôfregas de mando e vazias de princípios, que o banditismo dos *condotiere* políticos, sem o menor respeito pela vontade do país e pela democracia, têm perpetrado em Portugal. Esses processos de assalto revolucionário em que o poder é tomado por surpresa, sem o esclarecimento prévio do país sobre as intenções dos seus dirigentes, só poderão esperar da nossa parte, e sejam quais forem os princípios de que pretendam inspirar-se, a mais formal condenação.

Não nos prendendo assim com vãs palavras — República, Revolução — atrás das quais se pode pôr tudo, até o *contrário* da República, até o *contrário* da Revolução —, procuraremos atingir as próprias realidades. Mas porque o nosso realismo não é um realismo estreito e materialista, um realismo do «inferior», que só vê na melhoria das condições materiais a nossa verdadeira salvação, e despreza o o Espírito e tudo quanto depende do Espírito como uma excrescência de luxo ou um puro epifenómeno, esforçar-

Slhi

-nos-emos acima de tudo pela elevação do Espírito, condição essencial de toda a nobreza da vida humana e das próprias reformas materiais. Se o idealismo está desacreditado entre nós, é porque ele se tem conservado infinitamente longe da vida, é porque ele não tem expresso as mais reais e fortes aspirações da alma humana. Mas o verdadeiro idealismo é aquele que mergulha as suas raízes nas mais fundas necessidades da existência, aquele que exprime a própria vontade de viver uma vida inteiramente humana. A verdade é que toda a civilização que pretenda deixar de fundar-se num idealismo desta natureza atinge, só por esse facto, o *terminus* da sua existência: parte assim todas as molas que a mantinham e lhe davam impulso. — Por outro lado, não concebemos nenhum esforço de redenção nacional sem uma espécie de conversão religiosa dos espíritos. Não é no marasmo intelectual, no letargo colectivo, que se podem elaborar os grandes movimentos redentores. E aos que nos queiram contradizer, perguntamos simplesmente o que é então que explica por que não entrámos ainda nesse caminho. Essa conversão religiosa dos espíritos direis talvez vós outros que é uma utopia; iludi-vos singularmente: a verdadeira utopia é pensar que sem ela se possa redimir qualquer país. Chamais espírito *prático* ao que vê apenas as determinantes inferiores dos processos sociais; mas nós chamamos verdadeiro espírito prático ao que vê também as determinantes superiores. Eis como o vosso materialismo vos torna vítimas da utopia mais perigosa. — Pela nossa parte não cremos nas gerações espontâneas; não cremos numa melhoria da nossa vida nacional sem que as mais íntimas fibras das consciências sejam abaladas. Somos afinal os grandes cépticos: teimamos em não acreditar que da morte possa sair qualquer germe de vida. A salvação nacional ou se fará pelo caminho que deixamos

Slhi

indicado — ou não se fará. E não valem pressas e impaciências ante a irredutível realidade das coisas.

Sob o ponto de vista político, a *Seara Nova* enfileira na extrema esquerda da República. Radical, sem ser jacobina, os seus esforços irão para a transformação do regime no sentido das mais avançadas aspirações. As críticas que todas as escolas, reaccionárias ou progressivas, têm feito da democracia, ou sofrem do erro de exigir dela um «absoluto» que nenhum regime poderá atingir, porque nenhum poderá modificar a própria natureza das coisas; ou incidem apenas sobre defeitos de organização que não são inseparáveis do sistema; ou, o que é pior, recaem sobre as *realizações da democracia,* tantas vezes antagónicas do seu espírito. Não se pode atacar a democracia pelo facto de ela não realizar o paraíso terreal; pela circunstância de *os homens que a puseram em prática* não terem adoptado, em conjunção com os métodos que lhe são próprios, métodos de organização social e de valorização da «inteligência», que com ela são absolutamente compatíveis; finalmente de ser a responsável pelas grotescas falsificações que em alguns países (como Portugal) se fizeram do seu espírito e dos seus métodos, isto é, no fundo, de ser responsável por que os homens a não tivessem feito.

Mas a *Seara Nova* não pode proceder ainda como se a sociedade actual fosse a realização suprema da justiça; como se uma maior justiça social não fosse possível nem proponível; como se o socialismo não representasse uma promessa de realização dessa justiça. Todas as suas simpatias vão, pois, para os que lutam, *dentro da ordem, dos métodos democráticos e desse espírito de realidades sem o qual são inteiramente ilusórias quaisquer reformas sociais,* pelo triunfo do socialismo.

Longe, pois, de termos de retroceder até aos últimos dias de Setembro de 1910, como querem os monárquicos

Slhi

tradicionais, ou ainda mais para além, como querem os monárquicos tradicionalistas, devemos regressar ao 5 de Outubro, mas regressar avançando, caminhando numa direcção inteiramente diversa e numa atitude de espírito inteiramente nova.

A *Seara Nova* não poderá também esquecer que vive num mundo de nações ainda separadas por estreitos exclusivismos. O seu esforço irá, pois, neste ponto, para combater todas as formas de nacionalismo, essas doutrinas anti-humanas que pretendem erguer em volta de cada país um círculo espesso de muralhas da China. Ela crê necessário que se forme, acima das Pátrias eternas, uma consciência internacional capaz de resistir enèrgicamente a novas tentativas militaristas. É preciso que em todo o mundo haja, entre os espíritos de integral humanidade, uma acção de reconhecimento. Possam os homens de boas intenções de todas as Pátrias erguer um dia, sobre um mundo que ainda hoje se debate em miseráveis disputas nacionalistas, o arco-de-aliança duma humanidade justa e livre, realizando na paz vitoriosa as conquistas da inteligência e da vontade desinteressada!

(N.º 1, 15 de Outubro de 1921).

Slhi

Dísticos da "Seara Nova"

O Grupo *Seara Nova* não lisonjeará nenhuma classe da sociedade.

O Grupo *Seara Nova* não dará a nenhum dos seus aderentes qualquer esperança de benefício pessoal.

O Grupo *Seara Nova* não pretende o poder, mas preparar as condições necessárias de todo o verdadeiro poder

O Grupo *Seara Nova* quer a Revolução, mas não aplaude as revoluções.

O Grupo *Seara Nova* quer semear em proveito colectivo, e não colher em proveito próprio.

O Grupo *Seara Nova* não se limita a prosternar-se perante as glórias passadas da Pátria: quer criar para a Pátria uma nova glória.

O Grupo *Seara Nova* não olha o Passado, marcha resolutamente para o Futuro.

O Grupo *Seara Nova* não se limita a glorificar os mortos heróis: quer que apareçam os heróis vivos.

O Grupo *Seara Nova* não fará festas, nem lançará morteiros. Dirige todos os esforços para a acção, e para a preocupação do dia de hoje e de amanhã.

(N.º 1, 15 de Outubro de 1921).

Slhi

A "Seara Nova" e certos republicanos

Nem só dos integralistas, infelizmente, vêm animadversões para com a *Seara Nova*. Também alguns republicanos a olham com desconfiança. Esses senhores estão muito satisfeitos com a sua obra, e não admitem que alguém tenha a coragem e o bom gosto de os patear. Como os senhores estão cegos! Pois não viram ainda que o facto que mais compromete a existência da República é o alastramento das ideias monárquico-integralistas entre a mocidade das escolas, e que esse facto se deve à inanidade mental do regime?! A juventude escolar apega-se à ideologia monárquica, porque não encontra, no terreno dos factos, senão uma República monstruosa, e, no terreno dos princípios, a completa ausência duma ideologia republicana de reconstrução e revolução. Os integralistas têm vivido, pura e simplesmente, da inanição mental do regime. Não é a força política das suas doutrinas ou a importância real dos seus homens que explicam o seu triunfo.

Quanto aos senhores, os senhores são *homens práticos*. Pensam apenas em defender o regime com as metralhadoras da guarda republicana. Mas ai, senhores homens práticos! A juventude académica (que será amanhã a classe dirigente do país) não a podem os senhores conquistar por esses processos marciais. Não é essa a maneira de vencer o Espírito. E se isto continuasse, veriam como chegaria uma ocasião em que não tinham quem pôr na guarda... senão alferes partidários de Monsaraz. E então para que serviria ao regime a guarda republicana?

No seu superior *espírito prático* (que assim se chama ao maior afastamento das realidades que se pode conceber), os senhores imaginam que, nas democracias, o

Slhi

papel dos intelectuais é inteiramente nulo, e o que importa *pràticamente* para sua defesa é uma metralhadorazinha perfeita. Limpem as mãos ao seu excelentíssimo espírito prático, excelentíssimos cavalheiros! E daqui a dez ou quinze anos espantem-se por tão conspícua perspicácia ter servido apenas para pôr as metralhadoras mais perfeitas nas mãos dos mais perfeitos anti-republicanos.

(N.º 1, 15 de Outubro de 1921).

O Problema da Educação

(A propósito dum plano de Ezequiel de Campos)

Ezequiel de Campos tinha escrito, como fecho dum seu artigo na *Seara Nova,* de 15 de Outubro de 1921:

«A dominar completamente o problema português, a questão da educação, que será resolvida, afinal, pela solução dos problemas económicos e financeiros, quando tivermos transformado este comunismo burocrático e mavórtico num povo de iniciativa e de trabalho metódico, rendoso e humanitário. O problema da educação há-de ser resolvido ao mesmo tempo que se resolvam os outros: nem se compreende como se possa educar um povo no trabalho sem ser a trabalhar; nem cabe no juízo do mais desatento político que se possa ir primeiramente educar toda a gente, para a valorizar depois pelo trabalho: falíamos antes.

«É necessário obter uma solução suficiente e oportuna para o problema português: cada mudança de governo é marcada pela soma de mais uma parcela grande de desatinos ao estendal enorme de insensatez dos

Slhi

governos transactos. Na primavera de 1920 começara a queda livre no vazio da loucura governativa.

«A grande questão prévia de todo o problema português é saber se pode surgir de facto um escol da inteligência, do sentimento e da acção, pouco numeroso embora, mas capaz de apreender a responsabilidade da hora presente, e de definir o rumo da política que nos salve; e ao mesmo tempo afoito a impor a solução *suficiente* a quem governar.»

A estas palavras retorquiu-se no mesmo número:

N. da R. — O corpo directivo da *Seara Nova* não concorda inteiramente com as afirmações do nosso ilustre colaborador acerca das necessidades da educação.

Entendemos que em Portugal, como em todos os países em decadência, é a educação o problema fundamental. E isto pelas seguintes considerações: 1.º porque, sem a formação dum escol intelectivo e um profundo movimento de opinião pública, não é possível qualquer tentativa séria de regeneração (problema de educação superior, de educação social, de educação popular); 2.º porque é na escola que se tem de fazer desde já a educação «trabalhista», não se podendo confiar da grande massa dos nossos adultos a aquisição de faculdades de trabalho (problema de educação profissional); 3.º porque não está provado que as esferas superiores da actividade, quando não percam o contacto com a vida, não exerçam influência sobre as inferiores (problema de educação humanista); 4.º porque a decadência do nosso país não reside apenas na desorganização e incapacidade económica, mas numa profunda degeneração de toda a actividade mental — e não são «evidentemente» os problemas económicos os únicos que devem preocupar o político e o homem de acção; no fundo é apenas tão grave que não saibamos cultivar os nossos campos como definir fortemente e límpi-

damente as nossas ideias, sendo insustentável para o nosso brio de nação civilizada que continuemos tendo uma ciência parasitária e uma literatura que toca as últimas raias do inverosímil nubilista ou fantasmagórico (problema de educação intelectual geral). A palavra *educação* é aqui entendida, evidentemente, na sua mais larga acepção.

(N.º 1, 15 de Outubro de 1921).

Metendo a foice...

Ainda a *Seara Nova* mal despontava no campo... das promessas, e já havia quem lhe dirigisse os cumprimentos oficiais. Partiram, é evidente, como é dever de bons antípodas em paz internacional, do órgão do snobismo integralista. Afirmou a *Monarquia:*

1.º Que o grupo *Seara Nova,* embora quase todos os escritores que o constituem vivam à custa do Estado e se apresentem como republicanos, é, nem mais nem menos, que um grupo bolchevista a apontar ignominiosamente à cólera dos burgueses e à vigilância do Estado;

2.º que o título da revista fundada por esse grupo para defender as suas ideias foi roubado a um livro do integralista Hipólito Raposo, donde a *Seara Nova* não passa de simples *Seara Alheia* — o que constituiria, evidentemente, o primeiro crime do regime bolchevista em Portugal, assim surpreendido a pilhar a seara... de Maurras;

3.º finalmente, que o chefe intelectual do grupo é um «filósofo de cabeleira» (honra lhe seja que, não tendo encontrado a pedra filosofal nos escritos de Maurras, a encontrou no tónico Yildizienne), «filósofo» a quem desdenhosamente se chama «o génio do verbete».

SIhi

Ao órgão do snobismo integralista, o maior saprófita que em Portugal vive à custa do desfalecimento da consciência republicana, temos muito simplesmente que objectar:

1.º Os escritores do grupo *Seara Nova* que são funcionários públicos não vivem à custa do Estado — prestam-lhe serviços. *Il y a là une petite nuance.* A ideia precisamente mais original e fecunda deste Grupo, é a de *congregar todos aqueles que em Portugal têm uma obra, e não só palavras, que prestaram serviços sociais, e não sòmente que os pregaram.* O sr. Basílio Teles, depois de 30 anos de indefesa actividade plumitiva, chegou a descobrir que é no jornal que as suas palavras poderão ter uma acção mais larga e mais intensa. Nós, pequenos como somos e *parasitas do Estado,* chegámos a uma ideia um pouco diferente: que *uma acção* social verdadeiramente fecunda só a podem exercer num país desiludido como o nosso *(et pour cause)* aqueles que se apresentam ao público com mais alguma coisa do que teorias, livros e discursos — com actos em que se revele competência, discernimento, audácia, capacidade criadora e perfeita dedicação ao país. É o passado que garante o futuro: as obras que valorizam as palavras; a capacidade real que ilustra e justifica a actividade verbal. Este país, ferido na sua grande massa por um justificadíssimo cepticismo, que lhe vem de todos os programas políticos irrealizados, de todas as maravilhosas intenções frustradas, de todas as teorias naufragando na maior crise de inércia e incapacidade que ainda viu um povo — este país já não confia, nem pode confiar, na simples actividade teorizante. Precisa que por detrás de cada palavra que se lhe pregue haja um *acto* correlativo, que o passado *activo* de cada um dos pregadores garanta a seriedade, o valor, a sinceridade e a eficácia das suas palavras. É isto que queremos fazer na *Seara Nova.* E enquanto os senhores vivem a citar

Slhi

Barrès, Galeot e os outros mestres da reacção, *cujas teorias hão-de ser aqui analisadas e discutidas,* nós abonaremos as nossas palavras — com a citação implícita dos nossos actos!

Não, nós não somos inimigos do Estado, ninguém aqui o quer destruir. Pelo contrário: pretendemos que se transforme, dando assim com o nosso exemplo em cada uma das actividades a que nos consagramos, o modelo, o plano, a intenção que deve presidir à Revolução... republicana.

2.º O grupo *Seara Nova,* estando muito longe de ser constituído por parasitas do Estado, como a maior parte dos monárquicos... e dos republicanos, não é outrossim um grupo bolchevista. Por menor confiança que tenhamos na inteligência dos discípulos de Maurras e na sua finura de espírito, prestamos-lhes justiça de não acreditar que desconheçam a diferença profunda que existe entre bolchevismo e democracia social. Ora nós, como se diz no artigo de abertura, defendemos muito expressamente a democracia como o único método legítimo e eficaz de conseguir as reformas sociais. Como então é que somos bolchevistas? Pensarão eles que as nossas palavras ficam a meio caminho das nossas intenções por simples cobardia moral, recuando perante a confissão expressa de bolchevismo para não perdermos as vantagens das nossas posições sociais? Não, não pensam. A verdade é que estes senhores, como legítimos sequazes do tradicionalismo, seguem na esteira das mais características tradições políticas nacionais — a crítica facciosa e o hábito invencível da hipocrisia (1). Por isso pretendem lançar a cada passo a poeira nos olhos do público, para fins óbvios de confusão e adulteração. Para eles todos aqueles a quem não satisfaz a ordem actual do mundo, são puros bolche-

(1) Aqui empregada no sentido de insinceridade.

Slhj

vistas — e *portanto* (concluem eles, e só na conclusão há deslealdade de consciência) inimigos de toda a ordem e de toda a sociedade organizada. Como o bolchevismo está a fazer as suas desastradas provas de organização social (por querer fundar todo o seu edifício político em princípios que estão em oposição com a própria natureza do homem, tal como ele é hoje em dia), convém estabelecer a confusão nos arraiais, para que, perante a realidade do *facto,* se conclua o nenhum valor da *ideia*... mesmo quando ela está longe de ser a ideia bolchevista.

3.º Quanto ao título da revista ser tirado dum livro de Hipólito Raposo, é preciso realmente ser-se muito fino, abusar-se do direito que cada um tem de ser fino, para fazer uma descoberta desta natureza.

Realmente, os senhores julgam que é tão profunda a indigência mental dos homens da *Seara Nova* que necessitem de roubar aos outros, não já as suas ideias, os seus planos, mas... os seus próprios títulos?! — Depois, se nós tivéssemos *roubado* o título a uma *revista* e a uma revista de homens *mortos,* ainda o caso podia ter explicação plausível. Mas ir buscá-lo a um livro, e a um livro de uma criatura que está vivinha da costa, e demais a mais que milita no pólo oposto do nosso credo político e social... não é preciso ter-se feito realmente um escandaloso açambarcamento de fósforo para se ter o arrojo de formular tal convicção?

Evidentemente, não há um cérebro não integralista, por mais entupidas que tenha as células neurónicas, que não conclua (embora todo o fósforo tenha sido monopolizado pelos *camelots* de El-Rei D. Duarte, nosso Senhor) que, se houve encontro, foi um encontro puramente casual, e que nenhum dos homens que formam a *Seara Nova* conhecia a existência do livro de Raposo. Porque se dele soubessem — quem o não conclui! — decerto teriam escolhido outro título. — Julgar o contrário é supor nos

Slhj

outros um tal grau de estupidez que nos assiste o direito de perguntar se não é necessário para tal ser-se... escandalosamente inteligente.

4.º Quanto a chefes intelectuais, não os conhece ainda a *Seara Nova*. Por ora, sou apenas chefe... dos serviços técnicos da Biblioteca Nacional. E agora vamos às piadas do «filósofo» e «génio do verbete». Realmente, é o único génio que possuo — além de mau génio, segundo dizem alguns. Quanto a filosofias, ele já há tanto por aí quem se arrogue a prerrogativa de filósofo, que me limitarei a ser o mais humilde leitor das transcendentes filosofias do Sr. Junqueiro.

Mas vamos lá ao *génio do verbete*. Tenho terçado tantas vezes as armas com adversários tão falhos de recursos polémicos, tão coxos na crítica e tão conscientes da própria inferioridade, que não me surpreende nada que mais uma vez se lance mão, à falta de argumenos reais, de desconceituados argumentos *ad hominem*. Não é a primeira, nem será a última vez, que a minha qualidade de bibliotecário é posta a léu para servir efeitos de polémica pobre. Ainda há pouco o sr. António Ferro — funâmbulo máximo desses jogos de palavras em que se entretém a nova geração literária — como o zurzi *in petto* pelo seu cabotinismo e pela sua despreocupação das realidades — me veio gritar num jornal (sem aliás citar o meu nome): *Venham para a vida os bibliotecários, eles que nunca viveram, etc., etc.* Hein, estão a ver o processo? Eu ataco-os na sua ausência absoluta do sentido das realidades, na sua literatura falsa e postiça, na sua insinceridade de pensamento e de estilo. E vão daí, querem ferir-me com as próprias armas com que os ataco; e como não podem encontrar palavras, ideias, actos meus que justifiquem o assalto (pelo contrário, como vêem que eu escrevo com músculos e com sangue, e não com a linfa podre em que eles mergulham a pena), fazem este grande achado: que

Slhi

eu sou um bibliotecário que se dedica à sua profissão! As minhas qualidades constituem-se assim, para eles, nos meus defeitos. Não me perdoam o ter mais algumas *idealidades de realidade,* do que eles, pobres efémeros das letras, vivendo uma existência falsa, vazia, insincera, ocasional, e finalmente ilusória.

Os integralistas rezam pela mesma cartilha. Convindo-lhes desconhecer que um bibliotecário pode ter um sentido penetrante das coisas e dos homens, para eles não passo do *génio do verbete.* Pois então, meus caros amigos, os senhores verão como vão ser catalogados! Não me esqueço nunca de que sou bibliotecário, e já aqui tenho, para lhes aplicar, uma dúzia e meia de rubricas!

(N.º 1, 15 de Outubro de 1921).

A semana portuguesa e o nacionalismo antipatriótico

O Sr. Alberto de Sousa, conhecido aguarelista, propõe nesta altura que se glorifique o nosso país numa *Semana Portuguesa.* Como remate da burla dos 50 milhões, da negociata das indemnizações políticas, da falência de todos os homens públicos monárquicos e republicanos, e de tantas outras vergonhas nacionais — não estava mal que fôssemos falar ao mundo nas nossas glórias! Não, senhor aguarelista. O verdadeiro patriotismo não aconselha a lisonja, mas a mais rude e desassombrada franqueza. Para que nos salvemos (e deve ser esse o alvo supremo de todo o verdadeiro patriota), mister é que nos compenetremos da miserável situação a que chegámos.

Um invencível desgosto de nós próprios, — eis a condição prévia da verdadeira salvação. Mas os senhores inte-

Slhj

lectuais ainda se não convenceram. Teimam em continuar a ser os *professores da mentira*. Persistem no seu patriotismo retrospectivo e sensibilista, continuando a entornar-nos sobre a cabeça o fervido chá das nossas glórias. Tentam reduzir-nos ao estéril e passivo culto do passado e da tradição — a que se reduzem todos os povos que não sentem já em si mesmos a força de criar o próprio destino. Acabemos, por uma vez, com o foguetório e com o hino da Restauração. As comemorações nacionalistas não aumentam de um ápice o nosso patriotismo e *a nossa capacidade para arrostar com as dificuldades tremendas da situação*. Pelo contrário: se algum efeito têm é dar-nos a ilusão da nossa falsa grandeza — e não há ilusão mais perigosa nem menos patriótica. Foi depois da comemoração do Soldado Desconhecido (em que todo o mundo se juntou, e em que se quis ver o início duma vida nova) que neste país as classes dirigentes perpretaram o maior *Panamá* de que há memória. E a seguir já tivemos uma festança Nuno Álvares. Seria agora a vez da festa do sr. Alberto de Sousa. E o Estado a pagar os caprichos festivais de todas estas filarmónicas, que querem fogo preso e sol-e-dó!

A verdade é que Portugal não precisa de mais comemorações. Já o mundo está convencido de que somos o mais sábio, o mais digno e o mais honesto dos Povos. Ponhamos fecho à torneira dos tradicionalismos e dos nacionalismos, das Cruzadas Nuno Álvares e das Semanas de Portugal. O país do que precisa é de *inteligência, audácia e trabalho*. Dum patriotismo prospectivo, e não dum patriotismo retrospectivo. O que vós outros, artistas e intelectuais, tendes a fazer é educar-vos e transformar-vos, para educardes e transformardes o país. Uma conversão da consciência — uma profunda e salutar conversão da consciência, é essa a comemoração que vos

Slhi

pedimos! Tende a franqueza e a coragem de confessar que sois os primeiros culpados da situação a que chegou o país. Uma nação é apenas, meus senhores, o que dela fez o seu escol.

(N.º 1, 15 de Outubro de 1921).

Indemnizações

Graças a Deus, a bela escandaleira não nos falta. Pode faltar-nos o pão, o dinheiro, o juízo, mas, graças aos céus, as torpezas, as traficâncias, as burlas, as traições à República, são o pão nosso de cada dia. E este escândalo das indemnizações bateria o *record* de todos os outros, se não fosse já um pouco difícil estabelecer comparações entre tão consumadas obras-primas. Pois ora oiçam os senhores. Pretende-se, nem mais nem menos, que indemnizar cidadãos republicanos, à conta de prejuízos ocasionados pela revolta monárquica, por actos que sobrevieram em plena vigência da República. E pretende-se tornar responsáveis cidadãos monárquicos por infâmias ou desatinos praticados muito simplesmente por republicanos.

É ou não uma obra-prima de lógica política e de justiça republicana?

Foi na vigência da República — governava esta o sr. Sidónio Pais, como sabem, inimigo irredutível da demagogia — que uma demagogia presidencialista, apenas levemente mais feroz que a democrática, mas tão republicana como ela, assaltou jornais, espatifou móveis, violou papéis, invadiu a casa do cidadão no uso pleno das garantias individuais, para dar vasão à sua epilepsia política. Sustentar que a República do sr. Sidónio Pais era de facto a monarquia, é um sofisma que resistirá à

Slhi

auri sacra fames, mas não resiste à mais elementar crítica em que não intervenham as razões do ventre.

Sustentar outrossim que foram os monárquicos quem teve a maior parte das responsabilidades no regime de Sidónio Pais, é não prestar inteira justiça aos senhores Bernardino Machado e Afonso Costa, esquecendo as gloriosas responsabilidades que lhes cabem nesse intermezo tragicómico da República. A verdade é que os atentados à liberdade do cidadão constituem um episódio corrente na vida normal desta República. Não constituíram invenção privativa dos partidários do sr. Sidónio Pais. Praticaram-nos também em larga escala os feiticistas do sr. Afonso Costa. Simplesmente sofreram um dia os democráticos o que no outro dia tinham sofrido os conservadores: simples questão de alcatruzes — republicanos. E se mais intolerável é o facto com Sidónio Pais, não é porque tenham sido os democráticos quem então tenha sofrido as consequências duma política praticada por todos; perante a constituição todos os cidadãos são iguais (1); se o facto é intolerável com Sidónio Pais, repetimos, é porque este subiu ao Poder para exterminar a demagogia, não tendo feito, aliás, outra coisa senão criar e alentar uma demagogia de nova espécie, mais facciosa ainda que a anterior.

Não há, pois, motivo para falar aqui de restauração monárquica. Num e noutro caso foram republicanos os que praticaram os desmandos. Nem importa ao caso que uns e outros tenham repudiado miseràvelmente os princípios mais sagrados da República. Quem não deve pagar as favas, repetimo-lo, são os monárquicos: eles não são responsáveis por Sidónio Pais ter feito uma república demagógica (2), nem por Afonso Costa e Bernardino Machado terem tornado possível... Sidónio Pais.

---

(1) Iguais nos seus direitos políticos, evidentemente.

(2) Deveria ter talvez dito: «os maiores responsáveis».

SIhi

Acresce ainda que as indemnizações sobem a quantias fabulosas, desproporcionadas com os prejuízos sofridos.

A injustiça brada aos céus. Pois no parlamento não houve uma única voz republicana que se erguesse para condenar a imoralidade. Pelo contrário, os deputados que sobre o caso falaram não fizeram senão defender esse escândalo, que assenta num sofisma e numa mentira, indignos duma República digna e perfeitamente consciente de si mesma.

Onde está então essa consciência republicana que condenava as traficâncias da Monarquia e prometia à nação uma ordem de coisas inteiramente nova? O quê! Entre cem, entre duzentos homens cultos republicanos *de todos os partidos* não há um só — um só, Deus meu! — decididamente fiel aos seus princípios? José Falcão, se viesse ao mundo, podia perguntar também como Augusto: «República, o que fizeste das minhas legiões?»

A consciência republicana dormiu nesse dia no Congresso da República; mas estava bem viva e felizmente, entre o que se costuma chamar desdenhosamente a *formigada*. Os revolucionários civis, a formiga, foram os únicos republicanos que tiveram a coragem e a honradez de protestar contra essa miséria, e em termos tão nobres, tão elevados, tão verdadeiros, que nos fazem depositar melhores esperanças nos dias da República, a generalizar-se o alto espírito de compreensão e de protesto revelado pela nota oficiosa dos revolucionários. A *Seara Nova* envidará todos os seus esforços para que esse espírito conquiste dia-a-dia mais terreno nas camadas populares.

Vimos o nobre documento nos jornais monárquicos — que não tiveram para ele a mais leve palavra de aplauso. A isso os obriga o seu estreito partidarismo, a sua injustiça e deslealdade de consciência!

Slhi

Quando atacam ou quando defendem, não é à verdade que eles prestam jus: tratam apenas dos seus interesses políticos, e tudo quanto fica para além dos seus interesses políticos fica também para além do seu *bem* e do seu *mal*.

E haver ainda entre a mocidade generosa quem aplauda *esta* República — e quem confie *naquela* Monarquia!

(N.º 1, 15 de Outubro de 1921).

*

Os conservadores portugueses devem ler com delícia os «Aphorismes sur le bolchevisme», publicados em *Le Monde Nouveau* de Setembro, por Rosali Jacobsen. Chamou-nos para eles a atenção a seguinte nota feita pelo corpo redactorial: «Lenine, ao ler parte deles, exprimiu-se deste modo: Estes aforismos podem, pela sua lógica, impressionar o meu espírito; não devem influir sobre a minha vontade. São, filosòficamente, o mais forte ataque que se tem dado ao nosso sistema». Repugna-nos acreditar semelhante afirmação. O artigo não passa dum amontoado de banalidades e de sofismas, com pretensões literárias, mas nenhuma espécie de talento literário. Poderia muito bem ter sido escrito pelo sr. Alfredo Pimenta.

A ser verdadeira a afirmação do escritor polaco Stenfon Rudin (que foi quem informou a revista), ficaria provado mais uma vez que os socialistas revolucionários não chegaram ainda àquela *élucidation même des idées* em que, para Proudhon, consistia a Revolução (leia-se o livro de A. Sérgio, *Ensaios*), sentindo-se lògicamente abalados por baixos e estafados paralogismos. E ficamos sabendo ainda que o regime russo se funda sobre a *vontade* dum homem em conflito com as *razões lógicas* — o que será mais uma prova da insuficiência e desarra-

zoado desse regime. — Será, porém, verdadeira a afirmação do polaco? Duvidamos. Temos Lenine na conta dum mau sociólogo, mas consideramo-lo o político mais honesto e mais sincero que ainda exerceu a ditadura sobre um povo...

(N.º 1, 15 de Outubro de 1921).

O que é necessário

O que é necessário, republicanos, é irdes fixando muito bem esta ideia: *Há republicanos (ou pseudo-republicanos) mais inimigos do futuro que os mais reaccionários integralistas.*

Mais ainda: a real oposição de hoje em dia — a oposição que impõe a verdadeira encruzilhada em que está a história do mundo, — não é bem entre Republicanos e Monárquicos, mas entre radicais e conservadores. *Não ser conservador,* eis o que verdadeiramente importa, — *eis o timbre da verdadeira nobreza.*

Isto é que é preciso que vós saibais. Precisais de vos habituardes a apreender os factos e as ideias para além do artifício e da mentira das palavras.

(N.º 1, 15 de Outubro de 1921).

Mais um equívoco revolucionário

Foi gorada a nova tentativa revolucionária. Mas, no fundo, isso pouco importa. O que subsiste de fundamental é que ainda continua ardente e viva na massa republicana de Lisboa a crença nos processos de violência revolucio-

Slhi

nária, *sem uma prévia e profunda preparação dos espíritos*. Esta perigosa utopia tem resistido às mil-e-uma aventuras de todos os sucessivos *condotieri* que têm feito desta República o grande campo de manobras do seu *mosco* político. Pouco valem as sucessivas desilusões. Há uma realidade profunda que excede e desmente todas as experiências: é a aspiração dum povo, que não pode deixar de ser satisfeita, mais tarde ou mais cedo, porque no mundo das forças não há nenhuma que se perca e destrua. Uma onda tão alta de patriotismo como foi a aspiração republicana não pode quebrar-se definitivamente no lodaçal de mentiras e de tranquibérnias que tem sido esta República de opereta. *Esta crença é absolutamente científica.*

Também às vezes, depois do incêndio, parece morrer de vez toda a esperança de labareda. E o incêndio volta, e a chama crepita, e tudo torna a abrasar-se novamente. Também aqui, em algum ponto oculto do rescaldo, ficou decerto a pequena faúlha que há-de ser um dia chama luminosa e fogo criador. Porventura *numa só consciência*. Porventura numa só *imperiosa vontade* de realizar a República. É quanto basta. A pequena faúlha de consciência e de vontade alastrará por todo o campo. Será a altiva voz, límpida e nova, que um dia exprima essa esplendente verdade que os outros apenas balbuciam... E não haverá mãos de homens dignos desse nome que não abençoem essa luz nova.

É a crença *inteiramente razoável* da massa republicana nesta *certíssima* redenção nacional, junta à falta duma activa propaganda que a eduque nos *verdadeiros* processos revolucionários, e às ambições desvairadas dos políticos, que se aproveitam daquela crença e desta falta para satisfazer as suas ambições — é isto que explica os sucessivos movimentos sedicionais de que tem sido campo... a Rotunda. O país está assim inteiramente ao

Slhi

arbítrio de todos os aventureiros, não sendo, pois, nada mais fácil a um homem verdadeiramente enérgico do que lançar de um dia para o outro a mão ao poder —, já se sabe, para o ter de largar no dia seguinte perante os ataques de outro aventureiro. Não havendo opinião pública expressa, mas aspiração pública indefinida, não há governos, por mais inverosímeis, que se não formem, nem, por mais competentes, que não caiam. Bem pode, pois, declarar o sr. António Granjo que, enquanto for presidente do conselho, os revolucionários não sairão para a rua. Presunção e água benta, cada chefe de governo toma a que quer. Os movimentos revolucionários hão-de repetir-se *necessàriamente,* por uma fatalidade inexorável, enquanto for viva no país a aspiração republicana e ela não encontrar satisfação num movimento revolucionário orgânico e criador. Conseguido isto (e é ao que vimos), os instintos de agitação tumultuária só desabrocharão nos criminais-natos que formam o *bas-fonds* de todos os motins. A grande massa, aquela que é apenas revolucionária porque se não resigna a pensar que a República atingiu a sua fase definitiva, lançará ao desprezo os seus falsos *meneurs,* os «almirantes» da grande nau aos bordos epilépticos, e virá para o belo combate em que a força das ideias se afirma mais poderosa que os tumultos das ruas. E, enquanto isto se não fizer, as revoluções hão-de fatalmente produzir-se, mesmo que o Pai do Céu ralhe... e que o sr. António Granjo esteja no poder (1).

E quem sabe? Talvez sejam realmente precisos mais alguns movimentos revolucionários. Talvez seja necessário esgotar o cálix das ilusões. Porventura isso con-

---

(1) Passados alguns dias... *tum-tum:* 19 de Outubro, queda de Granjo.

Slhi

tribuirá para esclarecer os espíritos sobre a *fraude revolucionária* e o valor dos seus processos de transformação. A causa da revolução nacional exige uma experiência completa e definitiva, e a eliminação e redução ao absurdo de todas as soluções!

(N.º 1, 15 de Outubro de 1921).

*

Cada uma das palavras do credo revolucionário universal — República, radicalismo, socialismo, igualdade, liberdade, Revolução — está ainda hoje envolta numa teia de lamentáveis equívocos. Desfazer esses equívocos, definir da maneira mais nítida todos os problemas da consciência social e todas as aspirações verdadeiramente revolucionárias, clarificar as inteligências, acordar em todos os espíritos a chama viva da compreensão — tal será uma das tarefas mais urgentes da *Seara Nova*. A inteligência, só por si, não fará aproximar-nos, nem dum ápice, do caminho da salvação. Mas a inteligência é, necessàriamente, a condição de toda a salvação.

(N.º 1, 15 de Outubro de 1921).

A questão do funcionalismo

Ora até que finalmente um governo, indo além das vagas promessas do palavrório programático, toma a vera iniciativa de pôr termo, por uma vez, aos desmandos pantagruélicos e à orgia sardanapálica do funcionalismo público. É certo que esse governo caiu, por uma espécie de inanição, como se, na flor dos anos, tivesse sido atacado pela gota coral. Mas, se em virtude dos achaques

Slhi

próprios a tão cruel enfermidade, se não pode afirmar que caiu de pé, convém dizer, pelo que à questão proposta diz respeito, que não deixou de cair com certo aprumo e galhardia. E não vai nestas palavras a mais leve sombra de lisonja ou de simpatia partidária; se alguma coisa não sou em política é conservador — ainda que algumas pessoas mo não concedam, por uma mera confusão de palavras — confusão que reside (permita-se-me o parêntese) num lamentável equívoco entre o fim a atingir (uma profunda transformação social) e os métodos (orgânicos e criadores, ou destrutivos e anárquicos) com que se proceda a essa reconstrução. Não se compadece o meu colectivismo com os governos que se dispõem a prolongar a resistência das classes conservadoras ante as consequências necessárias dum estado social novo. Colocado, como entre dois sofismas, entre o comunismo vermelho de Lenine e os princípios do sr. Augusto de Castro, não posso simpatizar com o partido do sr. Barros Queirós, mas não posso deixar também de lhe prestar justiça.

A história da pletora burocrática é já tão antiga como a da menina do chapelinho encarnado. Lembro-me vagamente dos insultos contra mim proferidos numa gazeta pseudo-avançada, quando em certo jornal me dispus a contá-la. E muito antes contou-a o sr. Anselmo de Andrade no seu *Portugal económico*. E o sr. Mariano de Carvalho, ou alguém por ele, nos *Planos financeiros*. E José Falcão, na sua *Cartilha do povo*. E Oliveira Martins, no *Portugal contemporâneo*, ao fazer a crítica do comunismo burocrático. E se nos não limitarmos ao século XIX, ainda para além encontramos as mesmas queixas e os mesmos alvitres — em Jácome Ratton, por exemplo, quando escrevia nas suas famosas *Recordações* sobre a reforma dos serviços públicos e pedia «hum escrupuloso exame a todas as repartições da adminis-

tração pública, para se abolirem os lugares supérfluos» — isso mesmo que se está reclamando agora... apenas cento e sessenta anos depois.

Como conto da carochinha, para contar à lareira, é, pois, mais velha do que a Vida Nova, sempre prometida, a história da pletora burocrática. Mas como realização? Como iniciativa traduzida em lei e inexoràvelmente aplicada? Proclamou-se a República para pôr termo aos desmandos da Monarquia, e fazer encarreirar a nação no caminho da sua reconstrução orgânica. Não era uma simples mudança de fórmula política ou uma mera substituição de clientelas partidárias: era mais alguma coisa, era a própria salvação nacional, exigida por cinquenta anos de esperanças e combates. E que fez a República? Nos doze anos que já conta de existência, donde viu surgir alguém os homens entusiastas, audazes, persistentes, dotados da genial teimosia dos apóstolos, que deveriam redimir a Pátria? Os estadistas de pulso, os Pombais e os Boulangers de hoje em dia, erguidos nos escudos da imbecilidade indígena como protectores da Grei ou anjos tutelares da Nacionalidade, esses homens cuja força de carácter foi apreciada ùnicamente porque governaram sobre três milhões de mulheres com calças, sujeitas aos histerismos da ninfomania política e à feminina admiração pelo garbo marcial e pela «tesura» sem ideias nem finalidade; quem os viu tentar, não já o movimento integral da renovação, mas a atenuação, leve que fosse, do nosso parasitismo burocrático? E os outros, os «intelectuais» de grémio, sem espírito científico nem talento literário (pois que não basta cultura científica para ter espírito científico, nem escrever numa prosa lantejoulada de galicismos para se impor alguém como escritor), quando se viu o seu «intelectualismo» de fachada deixar de ser o vão entretenimento dos que

Slhi

dissolvem e negam, para passar a ser a inteligência (a verdadeira «inteligência») que cria e organiza? Pelo contrário, a República de uns e de outros, a Velha, a Nova e a Novíssima, não fez senão precipitar a marcha para a derradeira catástrofe.

Os jornais, os livros, os programas continuaram dedicando ao assunto as mais belas páginas de literatura política, que devem ficar na grande antologia da nacionalidade — a do palanfrório. Mas passar da teoria a prática, das palavras aos factos... há aí qualquer impossibilidade fundamental do português, que reside num mal da própria espinha, e lhe advém duma educação pedagógica e social depressiva, sufocadora de todos os germes de energia, amputadora de todas as molas da iniciativa, perversora de toda a moralidade activa e fecunda, e, no fundo, castradora dos mais nobres atributos da virilidade. Uma abulia com grandes frases — tal foi o estado a que reduziram a nação os nossos intelectuais e educadores. A ausência mais absoluta de capacidade criadora; o amor pela retórica, pelo plano, pelo estardalhaço pirotécnico, com prejuízo da acção e da execução das ideias directoras; a inconsciência profunda, em alguns, dos próprios males do país; a mais espantosa cobardia moral e o temor mais inconcebível das responsabilidades; uma lazeira do querer, um linfatismo, uma falta de audácia que faz supor que temos nas veias capilé de vintém; tudo isso, e o interesse dos partidos, que não vivem para aferrolhar o erário público, mas para o consagrar ao engordamento sistemático das clientelas, à satisfação das suas menos confessáveis exigências, contanto que as eleições sejam ganhas e o ministro suba em reputação, e lhe cresça o número das dedicações e das amizades; tudo isso explica por que sabemos e não fazemos, entendemos que isto está mal e deixamos estar como está, temos aqui na mão um plano (cada um de nós

Slhi

tem um plano) que salvaria o país, e dormimos regaladamente como se não tivéssemos na algibeira o bilhete com a taluda. Por vezes acordamos numa explosão súbita; chega afinal o dia tão almejado da execução; mas, cessado o fogo de vistas, voltamos à inércia primitiva, que não temos o segredo da energia exacta e constante, e a persistência heróica dos tenazes. Com isso nos satisfazemos. Incapazes da verdadeira fecundidade, contentamo-nos em abraçar cada dia um fantasma.

Daqui a obra da República, da primeira, da segunda, da terceira geração da República (e até quando?), que não difere, porque não diferiram os seus métodos de educação, da mais lídima monarquia. Somos herdeiros dela, e filhos dilectos da sua educação dissolvente. E ai dos homens práticos que não vêem que o mais prático é começar pelo princípio, resolver a questão prévia sem a qual nenhuma outra tem solução segura e definitiva — moldar em novas formas a mentalidade dos dirigidos e dos dirigentes. É numa terapêutica do Espírito que reside a cura radical dos nossos males — dos próprios males económicos, senhores economistas; e por isso a política do Espírito tem de sobrelevar à política do Ventre — tão certo é que os problemas do Ventre não serão resolvidos pelo Ventre, mas pelo Espírito.

Teve o defunto governo a coragem de, pela primeira vez, arcar com a resolução do problema do funcionalismo, e o feito é tão alto que não devemos esquecer-nos de lho pôr no epitáfio. Seus esforços foram, porém, tão grandes em proporção das suas forças, que rebentou de apoplexia. Sentirá o governo actual mais ânimo para jugular o gigante das mil bocas?

Talvez sim, e talvez não. Se o nosso linfatismo moral, e o resto, explicam por que é que as ideias mais correntes não acham realmente quem as converta em iniciativa

Slhi

séria de legislação, o nosso completo desconhecimento dos métodos democráticos fazem com que essas iniciativas, uma vez tomadas, não sejam rodeadas das condições necessárias para que se imponha necessàriamente a sua aprovação. Embora o meu querido amigo Leonardo Coimbra julgue que vivemos em democracia e a queira servir num partido que precisamente de democrático tem o nome, a verdade é que os nossos processos políticos apenas diferem dos da pura autocracia pela simples circunstância de não terem a mesma força. Nunca o país foi esclarecido nem convencido dos grandes planos dos nossos estadistas. Diz cada um de nós: «se fosse ministro, faria isto ou aquilo»; mas nenhum de nós se julgaria no dever de perguntar se o país estava pelos ajustes. Como puros autócratas nos julgamos na execução de planos de que toda a nação sofrerá as consequências; e isto quando não abusamos do seu sono, assaltando miseràvelmente o Terreiro do Paço por um golpe de surpresa nocturna. Não sendo, pois, criado em volta de cada medida de salvação pública um movimento formidável de opinião nacional que forçosamente a imponha, só se fazem ouvir os interesses dos grupos, das classes e até dos indivíduos, assim soberanos no seu exclusivismo egoísta, porque acima deles não retumba, mais poderosa, a voz da nação. Foi o que aconteceu com a reforma dos direitos de transmissão; e é o que acontecerá porventura com a redução dos quadros do funcionalismo. Entre nós a única tribuna donde se fala ao povo é a imprensa; mas esta está tão desacreditada, e a sua acção é tão vária e dispersiva, que o público não sabe se há-de ligar mais importância aos editoriais em tom grave se às famosas aventuras do Cheri-Bibi. No fundo, são ainda vozes de classes, de grupos, de partidos, de clientelas financeiras, as que

irrompem da buzina jornalística. Só a Nação, essa, não tem voz. Só ela assiste, impassível e muda, à grande gritaria dos Interesses.

À proposta do sr. Barros Queirós fez a Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados algumas emendas importantes. É o texto da proposta assim alterada que vamos, muito por alto, analisar.

Segundo vemos logo no artigo 1.º, a comissão encarregada de formular o projecto de reorganização dos serviços públicos será exclusivamente composta de parlamentares. Na proposta do sr. Barros Queirós era o Governo que fazia a revisão dos quadros. Evidentemente, a solução não é satisfatória. Mas advém isso porventura de males constitucionais da nossa organização política. Tendo nós a sorte de possuir duas câmaras que são dois *duplicata* da mesma instituição, representação pleonástica dos mesmos eleitores, constituídas ambas elas por individualidades puramente políticas, só os representantes da vontade popular podem dizer de sua justiça, ainda que, para se pronunciarem sobre o caso, lhes possa faltar toda a competência. Se ao lado duma só câmara nacional, eleita pelo sufrágio popular, nós tivéssemos um *Conselho técnico,* pelo menos consultivo, complemento indispensável daquela instituição e representante da capacidade intelectual do país, — se este fosse a inteligência que esclarece e aquela a vontade que decide, o caso mudaria de figura, e não se julgaria que o primeiro estranho aos assuntos de higiene hospitalar poderia dar-se à tarefa de reduzir o quadro dos hospitais, e assim por diante, para o resto do funcionalismo (1).

O mal é constitucional, já o dissemos. Nem é crível que vamos alterar a Constituição para pôr a coisa em

---

(1) Sem ouvir os técnicos, evidentemente.

SIhi

termos de bom-senso. Sejam, pois, os parlamentares não só omnipotentes, mas omniscientes, e continuem a ser tão ciosos das suas prerrogativas que queiram ter sobre o assunto, não só a última, mas também a primeira palavra.

Cumpre todavia dizer que a primeira palavra não parece ser a de Moisés. Parecia que, em vez de assentar, logo no artigo 3.º, que todos os funcionários julgados incapazes do serviço serão submetidos a uma junta de saúde, dando assim a entender que a cada aposentação corresponderá, *em todos os quadros,* uma extinção de lugar, — parecia que, em vez disso, se devia procurar saber se o que é verdadeiro para a generalidade dos casos é aplicável a cada caso especial, e se pelo facto de o meu vizinho rebentar de gordura, eu, que me definho numa tísica galopante, hei-de também entregar as veias ao bisturi do cirurgião. Não haverá serviços cuja remodelação urgente (e eu lembro-me agora dos de estatística) importe necessàriamente um alargamento de quadros? Eis o que parece não ter pesado na consciência do Governo, como na da Comissão. Creio que o que haveria a fazer era fixar os quadros independentemente das circunstâncias especiais em que se encontrasse o seu pessoal, e só depois fazer a necessária selecção. Não é o número de indivíduos a aposentar que deve influir sobre a composição dos quadros, mas a composição dos quadros que deve determinar quais os funcionários aposentáveis a reformar. O contrário é a inversão de todo o método.

O § 2.º do artigo 5.º preenche uma considerável lacuna da proposta ministerial. Segundo esse parágrafo, não ficam apenas sob a espada de Dâmocles os pequenos funcionários dos ministérios; os próprios directores gerais e os chefes de serviços estão ao alcance — teórico, simplesmente teórico, não tenhamos ilusões — do garrote

ministerial. Assim devia ser — teórica e pràticamente. É na vasta categoria dos directores e dos chefes que se encontram alguns dos piores servidores do Estado. As excepções só servem para confirmar a regra. Em zelo e assiduidade, todos nós sabemos o que valem os *gros bonets* da burocracia que às 2 horas passam na rua do Ouro, de flor na lapela. E demais como podiam eles, coitados, ser pontuais e assíduos em cada um dos seus numerosos empregos? Não é natural que a Câmara venha a decretar, para cada um, o dom da ubiquidade. Em segundo lugar, falta-lhes a competência (não essa competência burocrática, como eles a entendem, que reside apenas no conhecimento minucioso das leis e dos regulamentos), mas a competência criadora, organizadora, orientada por princípios científicos, que permitisse a remodelação completa dos serviços e a beneficiação dos nossos métodos de trabalho profissional. Um director ou um chefe de serviços (e eu não me refiro apenas aos directores gerais e aos chefes de repartição) não é um amanuense em grande, um amanuense elevado à décima potência, mas um especialista que tem de intervir na organização científica da sua profissão. Depois, faltando-lhes assim a capacidade de montar a máquina, falta-lhes também a de a fazer marchar, sem a qual não há remodelação de serviços que vingue nem pessoal que trabalhe. Imbuídos quase todos até à medula do vício insanável a que se chama a brandura dos nossos costumes — brandura que tem como consequência mais directa incomportáveis injustiças de tratamento e prejuízos enormes para o Estado, e como causa quase geral o amor que se tem pelo próprio descanso (que castigar e corrigir os outros dificulta as digestões, e o homem não veio ao mundo para se ralar) — praticando a caridade para com os maus em prejuízo dos bons e dos interesses gerais, porque a isso os obriga a bem entendida caridade para

Slhi

com eles próprios (1) —, a disciplina, a assiduidade e o zelo dos seus subordinados é coisa que mìnimamente os preocupa. Por isso são precisos longos meses para conseguir o que na mais moderada boa vontade exigiria apenas dois ou três dias. Todos sabemos que inglórias lutas titânicas, verdadeiras empresas de Édipo ou Nemrod, não é necessário empreender com o Dragão Papa-Assorda, para lhe extrair do ventre o mais simples parecer ou resolução, quando há a sorte verdadeiramente singular de se não extraviar a papelada. O funcionalismo é assim o grande tardígrado, o espesso animalejo paquidérmico que só marcha à força de injecções de esparteína.

Uma sã, uma eficaz reforma do funcionalismo devia começar, antes de mais nada, pela reforma do seu pessoal dirigente. Só a esse pessoal se deve atribuir a rotina dos nossos métodos de trabalho, a desorganização dos nossos serviços, a lentidão inconcebível do expediente das nossas secretarias. É escusado dizer que essa reforma se não faz. Para isso seria necessário mais que uma proposta de lei, que uma mudança de ministério ou uma agitação tumultuária nas ruas — uma positiva revolução, coisa completamente inédita neste país de revoluções.

«Passam à situação de adidos — diz a proposta — os funcionários mais modernos no serviço público que excederem os quadros, se os mais antigos tiverem dado provas de competência, assiduidade, honestidade e zelo.» Esta parte da proposta equivale, nem mais nem menos, que ao reconhecimento da Monarquia pela República.

---

(1) De La Rochefoucauld *(Maximes):* «Rien n'est plus rare que la véritable bonté; ceux-mêmes qui croyent en avoir, n'ont ordinairement que de la complaisance, ou de la foiblesse». «Nul ne mérite le tire de bon s'il n'a pas la force et la hardiesse d'être méchant: toute autre bonté n'est le plus souvent qu'une paresse ou une impuissance de la volonté».

Slhi

Se a República tivesse realizado a obra que fora chamada a desempenhar e era a sua razão de ser, não admitia dúvidas de que deviam ser, no conjunto, os funcionários mais modernos, por ela colocados, os que mais garantias dessem de competência e dignidade profissional. Berrámos durante mais de cinquenta anos contra o ramerrão, a incúria e a corrupção burocrática da Monarquia. E tratando-se agora de escolher entre aqueles funcionários desleixados e corruptos e a fina flor da honestidade e intelectualidade que colocámos nas secretarias, é a esta que indicamos a porta da rua! É o *désavouement* completo da obra da República, a confissão eloquente da sua falência moral e política. — E não obstante serviços há em que a República modificou estruturalmente o espírito e os métodos de trabalho. Dos homens que levaram para a sua profissão esse espírito renovador que deveria ser o timbre da República, e mataria na casca todos os germes de monarquismo e de integralismo, se pode dizer que são os maiores e mais puros republicanos — que não de aqueles cujo republicanismo reside apenas na terceira circunvolução do lóbulo frontal. Os organismos assim reformados devem constituir o núcleo do futuro movimento nacional de reconstrução e de revolução. Eles constituem em Portugal, com a mais útil lição de coisas, as mais altas instituições de educação social. E deve haver entre eles como que uma acção de reconhecimento, um entendimento completo, uma união comum dos esforços, de maneira que um dia possam formar a grande barreira de realidades que se há-de opor às ganâncias da alta finança, ao instinto estabilista dos conservadores, ao *dolce far niente* dos parasitas do Estado e à *radotage* e ecolália dos integralistas. É tempo já que à coalisão dos palradores, dos teorizantes e dos espoliadores, se oponha a forte e invencível coalisão dos trabalhadores. — Pois, nos termos da proposta, serão os funcionários educados

Slhi

nesse espírito novo, em alguns serviços públicos, que terão de procurar outro modo de vida. Devorá-los-á também a mesma onda bruta...

É a fatalidade inexorável. Em princípio, não há critério mais falso que o da antiguidade. A verdade é que, se eu exploro o Estado há vinte anos e não apenas há dois, o tenho espoliado dez vezes mais; tenho-lhe sido, na realidade, dez vezes mais prejudicial. A escolha pela antiguidade torna-se assim um verdadeiro prémio ao parasitismo. Se deixássemos, porém, o pulso inteiramente livre aos actuais dirigentes, assistiríamos em muitos casos a uma selecção ao inverso, e veríamos as contumélias e a sabujice tornarem-se recomendações maiores que o zelo e a competência. A mediocridade necessita de aras de incenso, e não esquece os incensadores. Mal por mal, preferimos a antiguidade; é um critério péssimo; mas é, ao menos, um critério. Pena é sòmente que se não abram excepções para os serviços *reconhecidamente renovados* — isto é, já integrados no grande espírito da Revolução nacional.

E todavia parece-nos que nenhuma selecção será feita em condições de justiça (de justiça social, a única que nos interessa), sem que se atenda: 1.º à fortuna pessoal dos funcionários; 2.º às suas acumulações e empregos particulares; 3.º ao número de pessoas de família. Não é justo que, havendo a escolher entre dois indivíduos igualmente competentes, um dos quais solteiro, com dois empregos mais e ainda cem contos em propriedades, e outro casado, com dez filhos e sem nenhuma outra fonte de rendimento, se prefira manter o primeiro no quadro, simplesmente porque tem mais cinco meses de antiguidade. É levar o critério da antiguidade ao delírio das injustiças revoltantes.

Pelo artigo 6.º, dá-se ao Conselho Superior de Finanças a capacidade sobre-humana de apreciar as

Slhi

provas das habilitações de cada um dos indivíduos que se julguem com competência para o desempenho doutras funções. Cumprimentamos S. Ex.as pela confiança que no seu saber depositam o Governo e a Comissão de Finanças e desde já os exortamos a dar ao seu país a Enciclopédia que ele ainda não possui.

Em que situação ficariam os adidos? Dispensados de comparecer nas repartições, são abonados dos vencimentos de categoria, e, durante um ano, duma parte variável da subvenção. Preferia, em lugar disto, o seguinte: Os funcionários que quisessem retomar toda a sua liberdade de acção, ficariam com 50 % ou 60 % do seu vencimento de categoria; os que preferissem continuar ao serviço do Estado, seriam incluídos no quadro dos adidos, com os vencimentos e direitos estabelecidos na proposta; uma vez chamados a preencher uma vaga, se a isso se não prestassem, seriam imediatamente demitidos. A todos (incluindo os que abandonassem de *motu próprio* a mesa do orçamento) seria concedido o direito à reforma, se continuassem a pagar as respectivas quotas à Caixa de Aposentações. A reforma, quando não é dada por favoritismo, representa um direito que o empregado pagou, e bem caro, à custa do seu bolsinho. Já se viu um presidente de ministério, em plena vigência da República, ignorar isto.

Quanto aos vencimentos, continua a julgar-se que os funcionários públicos não têm o direito de viver da sua profissão — ou, o que tanto monta, o dever de a ela se dedicarem quase exclusivamente. Há mesmo um economista português, um dos mais ilustres membros da Cruzada Nuno Álvares, o sr. Anselmo de Andrade, que só vê uma maneira de fazer a selecção desejada e resolver definitivamente o problema do funcionalismo — é reduzir ainda mais os vencimentos dos empregados públicos. Crê S. Ex.a que desta forma ficariam apenas nos quadros os

Slhi

que morressem de puro amor pela sua profissão, dado o caso verdadeiramente extraordinário de não morrerem pura e simplesmente de fome. Há neste alvitre, desculpe-nos S. Ex.ª, qualquer coisa de pueril e ao mesmo tempo de monstruoso. Pueril, porque é, no fundo, cerrar os olhos ante as mais positivas realidades económicas crer que o processo proposto daria como resultado outra coisa que não fosse a transformação definitiva da burocracia no grande asilo de inválidos do Estado. Os que se dedicam *quand même* formam em toda a parte uma minoria insignificantíssima, uma super-élite que se conta pelos dedos. Querer erigir em regra o que não passa duma extraordinária excepção, é sofrer um desfalecimento lamentável nesse sentido das realidades que deveria ser o forte do economista. Dizia Pascal, e ao caso se pode aplicar o asserto, que «qui veut faire l'ange fait la bête». — E depois porque acaso extraordinário se daria a circunstância de ser a carreira burocrática a única que teria a singular propriedade *d'attacher quand même?* Porque não aconselha o sr. Anselmo de Andrade aos industriais e aos comerciantes a mesma baixa de vencimentos e salários ao seu pessoal? — Mas o parecer do sr. Anselmo de Andrade não é só pueril, é monstruoso. Aplicar precisamente aos que tanto se dedicam pela sua profissão, que estão prontos a servi-la por qualquer preço, a tarifa mais baixa de vencimentos, é explorar miseràvelmente as virtudes superiores do homem, é fazer dessas virtudes as determinantes da sua própria miséria. Trata-se duma economia de *souteneurs,* de puro masoquismo financeiro: quer-se pagar o escrúpulo com a miséria e a bordoada. E não tem o Estado, mais do que as instituições particulares, o estrito dever de realizar a justiça social? Nem todo o indivíduo ou corporação tem por obrigação educar, moralizar ou exercer a justiça: mas o mais simples acto do Estado deve ser o dum juiz, o dum moralista e o dum

Slhi

educador. Efectivamente, como ser colectivo que é, dotado duma consciência que não pode dividir-se, contradizer-se ou negar-se a si mesma, o Estado não pode aplicar nas relações para com os indivíduos que o servem princípios que estejam em antagonismo com os que pratica nos seus tribunais ou prega nas suas escolas. O Estado ou não tem razão de existir, ou é a *consciência suprema da Nação realizada.*

Não tiveram em vista o Governo e a Comissão de Finanças estas considerações de elementar senso político. Não viram que, se o Estado reduzir o funcionalismo ao estritamente indispensável, adquire só por esse facto a necessária autoridade para pagar aos que ficam pelo menos tão bem como as grandes casas comerciais. E não seria muito difícil provar que os vencimentos fixados pela proposta estão muito abaixo dos de 1920.

O artigo 15.º é, por seu lado, uma das maiores providências que neste país se têm tomado a favor da higiene pública: é uma verdadeira «vacina» regulamentar. Segundo ele, só serão abonados de vencimento de exercício os funcionários que tiverem prestado serviço em todas as horas regulamentares.

Continha ainda a proposta ministerial um salutar princípio de administração, que a Comissão de Finanças entendeu não deixar passar. «Quando, para preenchimento de vagas que ocorrerem — propunha o Governo — já não houver adidos nem funcionários dos quadros a quem compita esse preenchimento nos termos regulamentares, o *Estado só admitirá novos funcionários contratando-os por períodos não superiores a dois anos, removíveis, fixando-se para eles a remuneração em função dos dias de trabalho, e reservando-se o Estado o direito de dispensar-lhes os serviços quando eles lhe não convenham.*» Isto seria simplesmente perfeito, se combinado com uma ampla autonomia dos serviços e uma

Slhi

remodelação completa das suas direcções. O Governo legislou como se estivesse no melhor dos mundos possíveis. A Comissão de Finanças compenetrou-se mais das tristes limitações da realidade. O que nos obriga, não a pronunciarmo-nos pelo optimismo dum ou pelo pessimismo da outra, mas a repetir a frase de Voltaire, súmula suprema da humana sabedoria: *Il faut cultiver notre jardin...*

É que tudo depende neste país da positiva revolução a que anteriormente fizemos referência — revolução tão profunda, tão humana, tão inteligente e, porventura, tão pacífica, que será a única, precisamente, em que o sr. Machado Santos não poderá ter intervenção. Tentar fazer maravilhas neste país sem essa Revolução *de verdad,* é esperar, pobres pescadores do destino, que se encham as nossas redes na vasa espessa do Mar Morto. Antes de tudo façamos, pois, votos para que essa revolução não tarde. Todo aquele que acima dos seus interesses veja os superiores interesses do País, a deve desejar do fundo do seu coração — para ela se deve elevar, em cada dia, a sua prece mais pura e mais profunda — e com o pensamento nela deve praticar o seu acto mais simples e natural.

...E no dia em que muitas dezenas de homens pensem e procedam assim, pode-se dizer que, nesse dia, a Revolução começou...

(N.º 1, de 15 de Outubro de 1921).

No n.º 2 da "Seara Nova"

O Mundo dedicou à *Seara Nova* o seu artigo editorial de 18, em que faz o caloroso elogio da obra empreendida por esta revista independente. No dia seguinte publicou

Slhi

uma nota acerca da *Seara,* «cujo programa — diz — é animador, embora discordemos de algumas notas de um dos seus colaboradores, que, *pouco compenetrado do espírito da revista,* desce a despropositados comentários políticos». Agradecemos as palavras de louvor do nosso colega; mas não podemos deixar de protestar contra a afirmação de que algum dos membros do corpo directivo desta revista se não tenha compenetrado perfeitamente do seu espírito. As palavras do nosso colega só podem aplicar-se a Raul Proença e Câmara Reis: o primeiro foi quem escreveu as frases tão calorosamente transcritas pelo *Mundo* no seu editorial; tanto um como o outro fizeram afirmações de doutrina e de crítica que são completamente perfilhadas pelos restantes directores da *Seara Nova.*

*

A *Seara Nova* quer transformar esta República, até agora quase completamente dominada pelo poder do dinheiro, num regime dirigido pela força das ideias. Quer substituir a política dos interesses oligárquicos por uma política de interesses colectivos. Quer afirmar que o maior privilégio dos «chefes» deve consistir na energia e na inteligência postas ao serviço do bem comum.

*

Embora todas as críticas de que o duelo tem sido objecto, muitas criaturas honestas continuam a derimir por esse meio as suas questões de dignidade pessoal. Urge envolver de todo o ridículo possível essa sobrevivência absurda do juízo-de-Deus medieval. E há, no fundo, uma impudência tão grande nessa honra sujeita a protocolos, praxes, fórmulas, passos de distância e alcorões, que não concebemos como homens verdadei-

Slhi

ramente dignos se deixam assim submeter aos preconceitos da dignidade espadachim, e ainda mais, como outros igualmente honestos se sujeitam a servir de testemunhas ou comparsas nessa comédia do «point d'honneur», com ponto e contra-regra. A dignidade do duelo, meus senhores, é a dignidade de grande espectáculo.

*

Uma República nova? Sim, uma República nova, mas que, ao contrário da de Sidónio Pais, se prepare em plena luz, e não na escuridão e no silêncio das alfurjas revolucionárias; viva do apoio dos republicanos, e não do dos monárquicos; trabalhe para a realização das ideias radicais, e não das conservadoras; e seja enfim a salvação definitiva da República, e não a *mise-en-scène* da restauração monárquica. Sidónio quis renovar a República, e, em vez de caminhar no sentido do futuro, pôs-se aos recuos para o passado. Não há talvez maior exemplo de ininteligência política do que a obra desse pobre *grande* homem amado das condessas, que para *salvar* a República a entregou nas mãos dos seus inimigos!

(N.º 2, 5 de Novembro de 1921).

Da esquerda

Da esquerda e da direita já sinto sibilar em minha volta os varapaus. Já contava com tal; e conto com muito mais. Nem por isso deixarei de prosseguir até ao fim... Ao lado dos entusiasmos ardentes e das vozes de aplauso (partidas muitas vezes donde menos as esperaria), erguem-se contra mim as cóleras de todos os facciosismos e de todas as impotências.

Slhi

Acusam-me os da esquerda de não dar a bordoada só dum lado, exigindo-me que eu ponha sobre os olhos a venda com que eles se arrebanham nas facções. Acusam-me de eu ter a coragem de dizer que os republicanos são os maiores responsáveis pelo descrédito da República. E, como pretendem dourar a pílula de estriquinina com os grandes palavrões doutrinários, acusam-me ainda de eu apenas... destruir.

Sim, rotular pela primeira vez em Portugal os movimentos revolucionários com o seu verdadeiro nome, pretender realizar todas as aspirações revolucionárias no fecundo sentido duma transformação dos espíritos e dos processos, querer empenhar-me nesta obra essencialmente construtiva — a isso se chama entre nós destruir.

Afirmar que a *élite* portuguesa não tem hoje a necessária capacidade mental para salvar o país, e que é preciso, absolutamente preciso, que ela adquira essa capacidade, empenhar-me nesta obra evidentemente renovadora — a isso se chama entre nós destruir.

Ensinar que o patriotismo retrospectivo é duma quase absoluta inutilidade e que urge adquirir um patriotismo prospectivo aplicado ao presente e dirigido para o futuro, que faça da acção quotidiana a grande *comemoração dos mortos,* empenhar-me nesta obra fundamentalmente criadora — eis o que se chama entre nós destruir.

Querer elucidar todas as questões doutrinárias, desfazer todos os equívocos mentais, abrir largas frestas no cérebro de todos os portugueses, empenhar-me nesta obra basilarmente educativa — eis o que se chama entre nós destruir.

Pretender subtrair a mocidade das escolas à varíola do integralismo e à atitude escrava e sub-humana do snobismo intelectual (obra de que são absolutamente incapazes todos os propagandistas da República, pela

Slhj

falta, até aqui exuberantemente revelada, de cultura filosófica, de inteligência crítica e de capacidade dialética), querer fazer esta obra eminentemente salvadora da República — eis o que se chama entre nós destruir.

Indicar o caminho a seguir, dizer as verdades essenciais, revelar a verdadeira atitude perante a vida (que os maiores, mesmo Antero e Herculano, não tiveram), e dar a mais alta lição de independência e probidade intelectual — eis o que se chama entre nós destruir.

E ter por trás dessas afirmações essencialmente construtivas uma obra de organização em *actos,* e não simplesmente em palavras, uma obra que pretende constituir o plano, o modelo, o paradigma de toda a obra nacional, de maneira a ensinar, não só a pensar correctamente e a exprimir limpidamente o que se pensa, mas a trabalhar pelos verdadeiros métodos — eis ainda o que se chama entre nós destruir.

E chama-se destruir, porque é realmente destruir as mentiras e os interesses que estão em oposição com a salvação nacional. Chama-se destruir, porque não vêem, nas minhas palavras de negação, a afirmação constante e positiva que nelas está implícita. Não vêem que nelas há acima de tudo um desejo constante de afirmação, que é esse desejo de afirmação que os nega, combate e condena.

Certo jornal avançado chegou mesmo ao extremo de repudiar os meus artigos assinados, para bater as palmas, delirante, perante aqueles em que não pus a minha assinatura. Julgando que não eram da minha autoria, considerou-os como o supra-sumo do talento e da sensatez. Creio que há um Deus que me protege e se encarrega de demonstrar a hipocrisia dos meus inimigos.

(N.º 2, 5 de Novembro de 1921).

Slhi

Os últimos acontecimentos

(O 19 de Outubro de 1921)

Mais uma vez a mais perigosa das utopias levou este país à epilepsia da desordem. Já o tínhamos previsto. Nem foi surpresa para ninguém. Desta vez, porém, a impotência do movimento revolucionário revelou-se tão formidável, que eu julgo-o de incontestável benefício educativo para o país. Ele lançou talvez o definitivo descrédito sobre o processo. Pôs a claro as ilusões que o determinaram, as mentiras em que se baseia, as consequências que traz consigo. É um processo em franca liquidação. Não cremos que ele possa tornar a arrastar grandes massas de homens; e aos que nos perguntavam no dia seguinte à revolução se ela tinha sido o triunfo da *Seara Nova,* nós poderíamos ter respondido que sim: pois que contribuíra, mais do que nenhuma outra, para demonstrar que só uma profunda acção educativa e social poderá trazer a este povo os benefícios que ele até agora tem esperado do motim e das revoluções improvisadas. A tese da *Seara Nova* recebeu mais uma confirmação. A gravidade dos factos compreendêmo-la, mas não nos deixamos vencer por ela. Não cremos que seja este o último dia da nossa vida, e o dia de amanhã só tem — quem sabe? — que lucrar com as tristezas e as misérias do dia de ontem. Aprenderemos, fatalmente teremos que chegar a aprender, à custa dos nossos desatinos e do nosso sangue. Experiência dolorosa, trágica, mas nem por isso menos salutar e necessária.

Não duvidamos das boas intenções dos organizadores do movimento revolucionário que acabou de se produzir. Simpatizamos com muitas das ideias do seu programa. Coincide em muitos pontos com a nossa a sua orientação política. Não podemos deixar de reconhecer

Slhi

a nobre e dolorosa verdade que há na sua condenação de todo o passado da República. Mas já no primeiro número da nossa revista afirmámos duma maneira categórica que «todos os processos de assalto revolucionário, em que o poder é tomado por surpresa, sem o esclarecimento prévio do país sobre as intensões dos seus dirigentes, só poderão esperar da nossa parte, e *sejam quais forem os princípios de que pretendem inspirar-se,* a mais formal e indignada condenação».

Não temos de alterar uma só palavra às afirmações que fizemos. Continuamos a acreditar que o país só poderá salvar-se depois duma profunda conversão das consciências, duma renovação da mentalidade, dum vasto movimento democrático em que todas as soluções sejam debatidas, esclarecidas e vulgarizadas: numa palavra, depois que se conquiste para um dado plano de reformação uma opinião pública perfeitamente consciente de si mesma, que permita a solução viável e segura de todos os problemas, sem receio de que, dum momento para o outro, falte aos «salvadores» a base da sua acção política. Continuamos a julgar que é um crime decidir da sorte do país sem o país ser esclarecido e consultado. Continuamos a rotular de «mosco» político o sistema que consiste em abrir as portas do Terreiro do Paço, na calada da noite, pela gazua das revoluções. Queremos fazer a revolução que pregamos à luz do dia, por processos enérgicos, mas pacíficos, em que toda a consciência nacional colabore, e não admitimos nela os criminais-natos que buscam nos movimentos revolucionários uma derivante aos seus instintos anti-sociais e a satisfação das suas tendências destruidoras.

E a verdade é que, quando um movimento sedicional se produz nas circunstâncias do actual, *por melhores que sejam as intenções dos seus dirigentes,* a baixa vasa humana dos sectários acha neles ocasião asada para

exercer os seus instintos de morte e de rapina. Uma meia dúzia de homens caiu varada pelas balas dos assassinos. Não perguntemos qual foi a sua política, quais os seus erros, e os seus nomes. Foram homens que caíram, vítimas dos erros e dos crimes de nós todos — dos deles próprios também. Vítimas de tudo o que fizemos e do que não fizemos; do que dissemos e do que calámos; do que praticámos e do que consentimos; do nosso egoísmo e do nosso silêncio; da ignorância profunda em que deixámos o povo; da nossa falta de ideal, de espírito democrático e visão total das realidades.

Nos lamentáveis sucessos cabe grande parte de responsabilidade aos dirigentes da Revolução (1). Porque o mais grave do caso é que podem não ter sido pròpriamente uns facínoras os homens que mataram António Granjo. Soldados broncos, sem nenhuma espécie de cultura, sem a menor noção das questões políticas e do grau de responsabilidade dos políticos nas desgraças nacionais, talvez julgassem que, se estavam empenhados, eles, *soldados da Ordem,* em fazer uma revolução contra o governo dum determinado homem, é porque esse homem era um criminoso, culpado dos delitos mais graves. Exercendo esse selvagem morticínio, porventura eles teriam julgado praticar um acto de sumária justiça. Dura e tremenda lição para os que, daqui em diante, se lancem em movimentos revolucionários, que podem armar, como este, os braços dos assassinos — dos que matam pelo prazer de matar ou pelo desejo de desforra, ou dos que

---

(1) Não se queira tirar daqui a ilação de que justificávamos assim os «julgamentos do 19 de Outubro». Não se fez aí um julgamento como feito neste artigo. Porque aqui não se atribui *responsabilidade criminal,* como cumplicidade e colaboração nos actos a que nos referimos. Como se depreende aliás das linhas que seguem e do que vai escrito no segundo parágrafo da p. 145.

Slhi

assim procedem por considerarem tais actos perfeitamente justificados dentro da lógica e da moral revolucionárias.

O que vai sair daqui? Quem é bastante estulto para esperar a salvação? Quem acredita ainda nas fraudes revolucionárias? Quem esperará ver nos ministérios que imediatamente se seguirem outra coisa que não seja ministérios de simples expediente administrativo? E isto quando a força das coisas e a própria lógica das circunstâncias nos não levarem para uma ditadura militar, com toda a opressão do sistema militar, e o predomínio dos interesses militares (1).

Nós, que fizemos o voto de dizer toda a verdade, e de conservar sempre acesa a sua chama luminosa, levantamos a nossa voz de protesto e acusação. Acusamos os de ontem e os de hoje. Os que já fizeram o mesmo e agora o condenam nos outros, e os que, para corrigir os erros passados, começam por seguir os métodos do passado. Acusamos os partidos da oposição, que conheciam o que se ia passar, e nada fizeram para evitar a catástrofe. Acusamos os que fomentaram todas as desordens, os que fizeram silêncio sobre todos os desvarios demagógicos, que não tiveram uma palavra de condenação e de proscrição para os miseráveis que, dizendo-se seus partidários, desmentiam todos os sentimentos de humanidade. Acusamos os potentados da finança (exploradores, especuladores, açambarcadores, falsificadores, inimigos do povo) que vivem de sugar todo o sangue da nação pelas ventosas da sua ambição desmedida. Acusamo-nos a nós próprios por só agora termos tido este grito.

---

(1) Já vem de 1921 a fácil profecia. E todavia ainda em 1926, mesmo antes de ela vir *por aí abaixo,* na bota dum general, um dos mais bravos e conhecidos militares portugueses, um aviador, antigo combatente de África, nos afiançava, à saída do edifício da *Seara Nova,* que não haveria *ditadura militar.*

Slhi

Desanimamos definitivamente? Não, cremos ainda. E sobretudo cremos na mocidade. Compete à mocidade portuguesa fazer duma nação presa ao vilipêndio de todas as nações uma nação humana e digna, capaz de se instituir em exemplo de virtude e de trabalho. Que a mocidade responda ao nosso apelo; siga o nosso exemplo; diga como nós: Basta!

(N.º 2, 5 de Novembro de 1921).

Porque não somos um partido político

Sendo nosso intento contribuir para que se renove completamente a política portuguesa, porque não somos um partido político? Não seria essa a maneira mais directa e eficaz de exercer uma influência positiva sobre a sociedade portuguesa? Recuaremos nós perante as responsabilidades e as fadigas da acção política, quando acima de tudo pregamos a necessidade da acção, prèviamente esclarecida pela inteligência?

Esta pergunta, que possìvelmente foi formulada por alguns dos nossos leitores, requer uma resposta categórica; e por isso este artigo.

Não somos, em primeiro lugar, um partido político, porque a nossa acção não pretende limitar-se à simples esfera política. Para além dela vemos toda a vida da nação nas suas actividades essenciais; e à renovação dessas actividades nos consagramos. É preciso que, duma vez para sempre, se deixe de ver no político o bode expiatório de todas as desgraças nacionais. É em todas as modalidades da vida portuguesa que devemos encontrar o vírus profundo da nossa degeneração. Cada um de nós, no círculo das suas actividades próprias (quer sejamos empregados públicos, professores, militares, industriais

Slhi

ou agricultores), tem manifestado essa mesma ausência de capacidade criadora e de subordinação aos interesses gerais que tão de boamente assacamos aos nossos políticos. Simples órgãos de correlação, os políticos não podem elevar-se acima das condições gerais da actividade e da mentalidade nacional. Simples função de correlação, a função política não pode ser a única que haja a modificar e corrigir. Há, pois, que agir sobre todos os tecidos do corpo colectivo, que modificar todas as funções desse corpo. E sobretudo que modificar aquele organismo que está destinado a exercer sobre todos os outros uma acção directiva: numa palavra, que reformar a estrutura espiritual, a forma da mentalidade do escol português, tão certo é que *têm sido os vícios mentais dos portugueses os seus piores inimigos.*

A nossa empresa é, pois, cumpre vê-lo a toda a luz, extremamente ambiciosa. Não podemos ser um simples partido político, porque a nossa missão social excede o campo de acção de todo o partido político.

Mas há mais. Por maior que sejam o desinteresse e a boa-vontade das pessoas que se resolvam a constituir-se em partido político, a verdade é que dentro em breve à consideração inicial dos interesses colectivos se juda e sobrepõe a dos interesses partidários. Forma-se uma nova psicologia, uma nova moral, *deveres* para com o partido e o grupo, em conjunção algumas vezes, muitas outras em oposição aos deveres para com o país. Outra palavra soará, mais tarde ou mais cedo, além da dos supremos interesses colectivos: falar-se-á então dos interesses de tal partido em oposição com tal outro. E assim se explica, dentro desta psicologia e desta moral gregária, como homens da mais perfeita isenção e dignidade intelectual toleram, dentro dos partidos, os maiores agravos à dignidade e às conveniências nacionais. O espírito de partido cria interesses próprios de partido, e

Slhi

exerce sobre toda a actividade mental uma acção perturbadora. E no que vai dito considera-se apenas a melhor hipótese possível: a hipótese, puramente teórica e verbal, de o partido se não engrossar com a malta dos pescadores de todas as águas, que fariam do movimento apenas mais um anzol para pescar na vasa podre do país o peixe dourado das suas ambições. O mais belo movimento de salvação nacional arriscar-se-ia assim a ser pervertido e falsificado pela massa ignara dos sectários, não tardando a ser reduzidos ao silêncio e a ser sacrificados os apóstolos da salvação.

Estou a ver uma objecção aflorar aos lábios do leitor: «O que diz dos partidos políticos não se pode aplicar de pleno direito a todo e qualquer grupo? Não se sobreporão em nenhum caso os interesses do vosso grupo aos interesses do país?»

Mas não querendo nós, em caso algum, deter, como grupo, a governança da nação, quando e como podiam os *interesses* do nosso grupo colidir com os interesses gerais do país? A minha sinceridade intelectual obriga-me a responder que tal caso era possível. Seria possível, por exemplo, que o estabilismo mental, que o amor às nossas ideias, nos levasse a defendê-las tão afincadamente que a nossa propaganda resistisse à demonstração da sua falsidade ou da sua inconveniência. Esta e muitas outras hipóteses são absolutamente plausíveis quando não abandonamos o campo das simples possibilidades lógicas.

Temos, pois, que um grupo como o que constituímos na *Seara Nova* pode, em princípio, ser levado à defesa de ideias, de homens e de processos políticos que estejam em conflito com os interesses da nação. O que não se pode, porém, deixar de reconhecer é que as possibilidades desse facto estão aqui reduzidas a um *mínimo* que não se encontra realizado nos partidos políticos. Um grupo não partidário vale o que valem os seus homens; um

Slhi

partido político, pelo contrário, cria vícios e defeitos próprios. Cremos, pois, ter demonstrado que, *dado um mesmo grupo de homens,* esse grupo dá mais garantias de desinteresse conservando-se completamente fora do todas as facções do que arrebanhando-se num partido político. A consciência dos interesses nacionais é assim menos refractada que através dum meio puramente partidário.

Mas há mais. A missão que a *Seara Nova* quer exercer na sociedade portuguesa tem de ser realizada em parte por homens de espírito científico, educados nas disciplinas do pensamento crítico, e por isso fundamentalmente incapazes de se arregimentarem em qualquer facção. Nunca em caso algum esses homens seriam homens de partido. Nunca em caso algum eles poriam, acima das suas convicções, das suas dúvidas ou das suas reservas mentais, qualquer dogma político ou qualquer autoridade partidária.

Mas, mesmo na hipótese de nos resolvermos a constituirmo-nos em partido político, nem por isso deixava de subsistir a necessidade de existir acima dele e de todos outros partidos um órgão supremo da consciência nacional, em que todos fossem avaliados, comparados e discutidos, e que constituísse, por assim dizer, o tribunal da opinião para que houvesse sempre apelação e agravo.

Ora é este supremo órgão directivo, inspirador e orientador da opinião pública, *formado por cabeças e não por espadas,* que nós precisamos, antes de mais nada, constituir em Portugal. Enquanto isso se não fizer, o corpo da nação será sem alma e sem vontade, sem rumo e sem destino.

Constituirmo-nos em partido político seria novamente errar o caminho — seria frustrar mais uma vez todas as esperanças de renovação nacional.

(N.º 2, 5 de Novembro de 1921).

Slhi

Um livro de claridades e de sombras

Vou-lhes falar dum livro que já tem quase um ano. O silêncio que sobre ele fez a imprensa e o seu valor como índice duma nova mentalidade — como revelador sem par do espírito com que se pretende renovar e salvar a nacionalidade, e do que falta a esse espírito para que tal milagre se torne possível — obrigaram-no a folhear mais uma vez os *Ensaios* de António Sérgio e a dar aqui a sua análise, como se eles tivessem saído agora mesmo dos prelos da impressão.

Antes de mais nada lhes declaro com muito gosto que sou amigo íntimo de António Sérgio. Irmanam-nos desde há muito a mesma atitude de espírito e as mesmas preocupações humanas. Ambos pedimos há muito tempo à gente da nossa terra para que ponha clareza nas ideias, probidade no estilo, organização nos pensamentos. Liga-nos o mesmo horror pelas construções aéreas do verbalismo, pelas desgarradas da literatura entre as nuvens e as estrelas, pelos idealismos que desconhecem a força da gravidade. Ambos exigimos à emoção que se sujeite à medida e à regra; que se canalize nos leitos da racionalidade; que não vibre no váculo, e se prenda à terra pelas raízes das realidades profundas. Liga-nos o mesmo amor das ideias com o mesmo horror pelas fraseologias mortas, e a mesma predilecção pela linguagem pitoresca e musculosa, que vive e palpita, como a musculatura firme do atleta debaixo do *maillot*. Para ambos nós a filosofia é coisa humana, relativa aos mais altos interesses humanos; para ambos nós ela desceu do céu à terra e exprime necessidades profundas da vida. Como ele me separei do saudosismo e outras misticices de igual jaez que, por volta de 1910, bretoejaram a inteligência portuguesa. Neste deserto em que só se elevam as pal-

Slhi

meiras do cabotinismo, andamos há anos pregando esta coisa simples: que acima de tudo ponhamos probidade no pensamento; que o verdadeiro idealismo é aquele que não falsifica as realidades, e pelo contrário as representa na sua expressão total e profunda. Se o nosso acordo não é absoluto (e já vão ver que não é), tenho de reconhecer que os nossos espíritos batem quase sempre em uníssono e que somos (e seremos talvez amanhã mais ainda do que hoje) irmãos espirituais.

Embora assim seja, eu devo declarar que me sinto tanto à-vontade discutindo um livro de António Sérgio, como se se tratasse duma obra de Paracelso. Evidentemente que o vou discutir com as minhas ideias, e que essas ideias são a maior parte das vezes análogas às suas. Todavia as objecções e restrições que tiver a fazer apresentá-las-ei tão lealmente como se António Sérgio me fosse totalmente desconhecido.

Tem-se dirigido a actividade plumitiva de António Sérgio, já bastante considerável, ao que ele chama, e ao que eu já chamava em 1907, a *renovação da mentalidade portuguesa*. Segundo ele, a mentalidade nacional encontra-se em estado de absoluta incapacidade criadora. Estamos ainda na fase do romantismo delirante. Esse romantismo, tornando-nos incapazes de modificar o presente e preparar o futuro, impede-nos igualmente de apreciar inteligentemente o passado. Entre os nossos olhos e as realidades agita-se constantemente o véu das nossas ilusões. Vemos nas empresas dos nossos avós, em D. Henrique, em Nuno Álvares, nos infantes de Ceuta, simples aventuras do sensibilismo triunfante, do misticismo desgarrado, de intuições bergsonianas, vozes da Raça, profundezas esfíngicas, poços artesianos da sensibilidade criadora. Pelo contrário, todas essas empresas foram obras de organização meditada e metódica, dum elevado espírito prático, realizadas com todos os escrú-

Slhi

pulos, todas as minúcias e todas as circunspecções da inteligência realista.

Que admira, pois, quando erramos nas próprias afirmações históricas, que nos falte o sentido das realidades presentes? Temos vivido uma vida de imitação exterior, sem perfeita sinceridade e profunda conversão dos espíritos. O positivismo que alardeámos, o nacionalismo que importámos da França, foram apenas arremedos e gestos estranhos, cópias de figurinos alheios, sem a real assimilação do seu verdadeiro espírito. Todas as correntes do pensamento europeu passaram, pois, quase sobre nós como a enxurrada sobre as pedras: lavaram-nos, arrastaram-nos, mas não nos transformaram.

Uns e outros, retrógrados e avançados, jacobinos e integralistas, manifestamos a mesma incapacidade mental: somos todos, na intimidade dos espíritos, correligionários. Separam-nos as palavras e as conclusões; mas os pontos de partida são idênticos, idênticas as atitudes, idênticas as ilusões, os temperamentos e os vícios mentais. Em todos, a mesma esterilidade absoluta.

Insurge-se António Sérgio contra as ilusões do nacionalismo, que faz das pátrias irredutíveis inimigas, em vez de colaboradoras do mesmo ideal humano; do tradicionalismo, que quer preparar o futuro, como se as necessidades presentes fossem idênticas às do passado; e do tradicionalismo desses nacionalistas, que é um tradicionalismo contraditório, pois que a mais insofismável tradição da nossa história é precisamente o cosmopolitismo. «Produto das aspirações do viver europeu — escreve António Sérgio — a missão histórica da nacionalidade foi inaugurar o cosmopolitismo; queremos de novo desertar do mundo, depois de havermos descoberto o mundo, e estrangular hoje pela segunda vez a nobre tendência para a humanidade?»

Slhi

Insurge-se ainda António Sérgio contra a pedagogia dominante. Consideramos em geral o analfabetismo como o inimigo; o conhecimento como um fim; e por isso fazemos do *a b c* uma alavanca social e da educação uma simples armazenagem de conhecimento. É o que António Sérgio chama a «pedagogia da quantidade». Escapam-nos inteiramente as verdadeiras necessidades da pedagogia; não reconhecemos que o espírito tem de se elevar e de se tornar apto, e não de se encher; que a escola tem de preparar para a vida social; que tem de ser, ela mesma, um ambiente social. É esta a ideia dominante da sua pedagogia. «A primeira condição duma escola educativa é ser um ambiente social escolhido, simplificado, purificado, com a quase exclusiva preocupação de a si próprio se aperfeiçoar — de se organizar pela Justiça, *mas sob o mesmo condicionamento da sociedade real adulta*... Isto se consegue, naturalmente, introduzindo os estudos por actividades sociais (agricultura, construção, etc.), considerando a escola uma sociedade, e mesmo organizando-a em sociedades: sindicatos, municípios, escritórios, oficinas... Como ao trabalho andam ligados os nossos deveres essenciais, podemos exprimir-nos por esta forma: organizar a escola futura por comunidades de trabalho, e segundo a ideia de uma economia justa.»

Insurge-se ainda António Sérgio contra a maneira como se encontra realizada a democracia, e contra as críticas da democracia. Julga que nada há que possa fazer-nos refluir para um passado histórico que só seria realizado se a reversibilidade se fizesse em todas as esferas da actividade humana, e a grande indústria, a viação acelerada, as grandes cidades, o telégrafo, o jornal, a instrução popular se abismassem dum jacto; crê que o o que há a fazer é conciliar a competência com a eleição popular, a técnica dos especialistas com o regime da opi-

Slhi

nião. Ora «o regime da democracia pode conciliar-se com a competência, com vantagem para os serviços, quando se coloque junto do especialista, do técnico permanente, um representante da opinião pública.»

E como seja mister, para perfeita elucidação do nosso mal, chamar à barra um representante supremo da nossa mentalidade desvairada, a ele chama António Sérgio nem mais nem menos que aquele a quem a retórica nacional costuma denominar a «mais alta cerebração da raça latina», o poeta ilustre da *Morte de D. João* e dos *Simples* — Guerra Junqueiro. Creio que nunca em tempo algum se fez da obra dum escritor uma análise mais percuciente e impiedosa. Nunca o flagelo da ironia foi empunhado com tanto brio e tanta ânsia de justiça como pelo escritor ilustre dos *Ensaios*. A sua pena foi um montante, uma clava admirável. Julgo que a estas horas o honrado escritor se encontra arrependido do seu acto. Espero que ele venha ainda a arrepender-se do seu arrependimento. Era preciso, *absolutamente preciso,* mostrar no homem mais representativo da mentalidade portuguesa os nossos vícios mentais.

Reconhece António Sérgio no maravilhoso feiticeiro da *Morte de D. João,* o maior poeta da volúpia que eu conheço em língua portuguesa; no satirista implacável da *Velhice do Padre Eterno;* no fantasista alacre, funambulesco, gracioso e juvenil da *Musa em férias;* no apóstolo foribundo da *Pátria;* e no cura untuoso e católico dos *Simples* e das *Orações* — essa falta de equiponderação, de reflexão, de sobriedade, de disciplina mental, de domínio da inteligência crítica sobre as irrupções delirantes da fantasia, a que Sérgio (com razão ou sem ela) dá o nome de *espírito clássico*. Um histérico romântico, de actividade literária «poligonal», para empregar a expressão de Grasset, tal lhe parece ser o sr. Guerra Junqueiro. E vai ser impiedosa a maneira como provará

Slhi

à evidência a sua tese, e mostrará como a cada momento o poder verbal do poeta o lança para fora do leito da disciplina crítica, acabando por dar a sua adesão às teses mesmas que se propunha combater. Não se poderia conceber maior perícia em mostrar as contradições fundamentais em que a arte prodigiosa do Poeta, não sendo servida por equivalentes faculdades intelectivas, o enleia inextricàvelmente. Por exemplo: A *Morte de D. João* quer tirar à figura do herói todo o prestígio lendário, mostrando nele um malandro ignóbil; pois, o poema institui-se, pelo contrário, na defesa do acusado, que é apresentado como uma vítima da sociedade. O livro do sr. Junqueiro poderia, em boa justiça, intitular-se, diz Sérgio, a *Tentação e martírio de S. João Tenório.* Quer ainda mostrar o poema os vícios da sociedade actual, e conclui que ela é afinal a justiça realizada, que o simples jogo das actividades económicas (D. João morre de fome) castiga os histriões. Se, em vez da *Morte,* pegamos na *Velhice do Padre Eterno,* encontramos as mesmas contradições fundamentais. Pretende esse livro constituir um ataque ao catolicismo e expurgar a crença cristã das impurezas e fantasmagorias que a corromperam. Pois é com o que há de mais figurativo e menos puro no catolicismo (a fé dos simples) que ele se propõe congraçar-nos. O Poeta quer matar Jeová. Mas vinte vezes nos declara que ele já morreu, e que com a sua morte o mundo ficou «sem fé, sem dogma, sem moral». Matar um morto, e para este resultado, hão-de reconhecer que não merecia a pena. — Pois é um poeta de tão fraco arcaboiço intelectivo, tão incapaz de organizar os seus pensamentos, e de nos dar, mesmo em poesia, uma obra com princípio, meio e fim, não digo já com voos filosóficos, mas de acordo com a razão e o senso comum, é um homem destes que se nos pretende apresentar como um filósofo, e como um filósofo que vem corrigir e completar Leibniz, des-

Slhi

fazendo todas as suas contradições! E o que é pior, porque é o que revela o mal sistemático da mentalidade nacional, confunde a maior parte dos nossos críticos os delírios verbais do Poeta, a sua fantasia de arranco e voo aéreo, as suas divagações gratuitas, o trivialíssimo panpsiquismo das suas concepções, com a obra do filósofo, que é essencialmente uma obra de concatenação de pensamento e de perfeita honestidade mental. E assim acaba, com a análise da «filosofia» do sr. Junqueiro, esse esplêndido livro dos *Ensaios* — obra de destruição, não há dúvida, mas de destruição necessária, e ao mesmo tempo de luminosa elucidação das consciências.

Já o dissemos. Em muitos pontos é absoluto o meu acordo com o autor dos *Ensaios*. Acordo que não vem de agora, que data do tempo em que ainda nem sequer nos conhecíamos. Julgo, porém, mais útil chamar aqui a atenção para o que ainda nos divide e separa. Antes de o fazer, vou tentar opor alguns leves reparos às considerações de António Sérgio.

Em primeiro lugar, eu lastimo que António Sérgio, para caracterizar o estado caótico, desregrado, fantasista, das inteligências portuguesas, lhe dê o nome de *romantismo*. Tenho uma verdadeira aversão pelos termos mal definidos. Tendo nós a combater as concepções alucinadas e destituídas de espírito de realidade, eu preferiria que ele fizesse uso da terminologia que costumo adoptar — nubilismo, sensibilismo, fantasmagorismo, termos estes que não dão lugar a equívocos, e exprimem imediatamente o próprio mal que queremos combater. Condenar os vícios mentais dos portugueses sob designações que envolvem uma teoria literária, a apreciação dum inteiro movimento literário, sujeita a dúvidas e controvérsias e a interpretações divergentes, sendo mesmo possível que se dê o caso de esse movimento se encontrar ainda em evolução e de não ter atingido o seu verdadeiro

Slhi

terminus (1), eis o que me parece pelo menos inútil, se não prejudicial. Seria também para desejar que António Sérgio, fazendo alguns passos mais para além das ideias gerais da sua pedagogia, descesse às minúcias do ensino tal como ele seria orientado por essa pedagogia, que ele nos mostrasse a escola organizada segundo essas ideias. Julgo também que não insistiu suficientemente na maneira como realmente se pode conciliar a competência com a democracia, pois que, falando-nos nos vários serviços do Estado, se esqueceu de considerar o fundamental, a própria organização geral do Estado, a reforma constitucional que seria exigida por essa conciliação. Não é necessário apenas que junto de cada grande ramo de serviços ou mesmo de cada serviço haja um ou mais representantes da opinião pública; é necessário também que a própria actividade legislativa resulte da colaboração de técnicos e de representantes da vontade nacional, como mostraremos em artigo futuro, ao tratarmos da *Organização da Democracia*. Também julgamos que a crítica da tradição não foi levada até ao ponto em que devia ir. O que é que devemos chamar realmente tradição? É hábito social, força viva, perseveração do passado no futuro, ou simples ideia morta do passado histórico? Em que medida a tradição, entendida em qualquer dos sentidos, é para ser seguida e respeitada? Quando é que a tradição é benéfica, e quando é ela prejudicial? Pontos estes que deveriam ter sido tratados completamente, sem o que não daremos à tradição todo o seu peso e importância — mesmo para a negarmos ou limitarmos. Na própria questão de Junqueiro desejaríamos que António Sérgio fosse, por um lado mais impiedoso, e por outro lado mais justo. Mais impie-

(1) Talvez isto seja verdade. Mas hoje já não faria finca-pé na questão. Deixaria chamar *romantismo* ao puro sensibilismo.

Slhi

doso para a atitude do homem perante a vida, que o tornou num grande comediante de frases ensaiadas e repetidas à sociedade; para o seu tolstoiismo de empréstimo; para a falta de sinceridade da sua última moda literária. Seria facílimo mostrar, por exemplo, que ninguém está mais afastado de S. Francisco de Assis do que o sr. Guerra Junqueiro. Por outro lado, estimaríamos que António Sérgio fosse mais justo para com o poeta, sobretudo para com o poeta satírico e voluptuoso, que em algumas das suas poesias nos revela um sentimento vivo da natureza, um estranho poder de sugestão e até uma força de imaginação que não são para desdenhar. Vai Sérgio até ao ponto de preferir aos alexandrinos, tantas vezes tersos e vibrantes de Junqueiro, os moles e linfáticos alexandrinos do mole e linfático poeta que se chamou António de Castilho — versos que parecem por vezes feitos com lâminas de espadas postos abaixo de versos que se julgaria preparados com queijo-manteiga (1).

Mas é na própria *atitude perante a vida* que entre nós se cava ainda a divergência fundamental. «Libra a incapacidade de realização —escreve António Sérgio— em erros profundos do nosso espírito». E por isso conclui o seu livro com um caloroso hino à virgem partenogenética da Inteligência, e à divina e radiante claridade que põe a ordem e a medida nas consciências.

Sim, Sérgio amigo. Também eu pedia em 1913 um Sócrates que nos desse o «prazer e o hábito das ideias claras» (*Águia,* IV, p. 30). Mas suponha o meu amigo que nos instituíamos ambos em uma espécie de Sócrates, eu pequeno, você grande, que daríamos à gente de Portugal esse prazer e esse hábito. Só com isso teríamos dado à *élite* portuguesa a capacidade de realização que você

(1) A pôr em confronto estas considerações sobre Junqueiro das que vão mais adiante, em artigos ao Poeta consagrados.

Slhi

deseja, e que confia pura e simplesmente da destruição dos «erros profundos do nosso espírito»? Tenho a firme certeza que não. Um lado inteiro da realidade escapa à sua análise percuciente e à sua viva intuição. A sua inteligência erra quando não vê mais nada para além da inteligência. E por isso o seu livro, embora termine com um hino à claridade radiosa do Espírito, é feito realmente de claridades e de sombras...

Suponho que a *atitude correcta* do salvador exige que nos compenetremos de que, assim como nos cumpre ensinar a pensar os nossos concidadãos, nos assiste o dever de lhes ensinar igualmente o pertinaz heroísmo e a *firme vontade de realizar* que o meu amigo abandonou. O Sérgio prega do *Brasil a salvação da Pátria*. E neste simples facto há uma contradição. Para que salvemos a Pátria necessário é que a não abandonemos nos piores momentos, que firmemos, como já disse, bem rijamente os *pés na lama*. Não há nada que explique a renúncia e o abandono do homem de *élite*, que deve ser a realização suprema do verdadeiro **homem**. Sobre ser uma inteligência, ele tem de ser necessàriamente um herói. Ficar, quando tudo foge; resistir, quando todos caem; afirmar, quando todos negam. Não crer talvez, e todavia lutar para que a sua consciência se não perca e para que ele ao menos tenha cumprido o seu dever. Que importa que o livro do homem de *élite* nos pregue o bom caminho? Mais alto que o livro do homem de *élite*, pregam os actos do homem de *élite;* e o pedagogo que abandona Portugal dá ao seu país a pior lição de pedagogia. Quando você julga «que no fim de tanto batalhar de ideias, Antero de Quental e Herculano se levantavam do pó como dois fortes», eu tenho a audácia de sustentar que isso não é inteiramente exacto. É triste ter de reconhecer, mas é necessário fazê-lo, que **ainda não apareceu entre nós um grande mestre de acção moral**. Um suicidou-se; o outro

Slhi

fez-se azeiteiro. Não curo agora das condições; curo dos factos. O herói, esse, é herói até ao fim. Quando aparecerão os homens que, juntando à clareza luminosa da inteligência o heroísmo da vontade, o amor das ideias gerais à consideração extrema das minúcias, o respeito pelo ideal ao respeito pela acção, o prestígio intelectual às radiantes fulgurações da consciência — quando aparecerão os homens que *saberão* e *quererão* salvar Portugal, e que por isso *necessàriamente* o salvarão?

Sérgio amigo, é aqui o seu lugar. Volte novamente para nós. Esperá-lo-ão outra vez a calúnia, o desprezo, a tristeza de viver num meio hostil. Por isso mesmo venha. Se tudo fossem rosas, o seu lugar poderia ser no Brasil. Como quase tudo são espinhos, o seu lugar é aqui. Portugal está enfermo; não lhe abandonem os seus melhores filhos a cabeceira. Simplesmente o meu amigo voltará em condições diferentes das quando partiu. Encontrará um grupo de homens firmemente dispostos a pregar as verdades necessárias, a sofrer por essas verdades, e a fazê-las triunfar. Venha! Precisamos de si como de ninguém. Precisamos da «alta luz da inteligência» e da «perfeição moral» que o meu amigo exalta e realiza. Lembra-se que é marinheiro? Não conservou das suas viagens pelo mar o gosto das aventuras? Faça aproar a nau da sua vontade ao infeliz Portugal das descobertas. É Portugal agora que é preciso descobrir e conquistar. Venha! Entrando no navio que o há-de trazer novamente ao nosso seio, o meu querido amigo terá realizado a sua maior e mais nobre aventura — e dado ao seu país a mais alta lição de pedagogia.

(N.º 3, 20 de Novembro de 1921).

Slhi

Ainda o problema da Educação

(A propósito de umas palavras de Ezequiel de Campos)

A um artigo esclarecedor de Ezequiel de Campos, publicado no n.º de 20 de Novembro de 1921, respondeu-se:

Folgamos em que o sr. Ezequiel de Campos (que não sabíamos se tinha lido muitos ou poucos livros de economistas, mas que considerámos sempre o primeiro economista português) reconheça duma maneira tão peremptória a necessidade urgente da solução dos nossos problemas educativos. As únicas divergências entre nós existentes residem nos seguintes pontos: 1.º, não cremos, pela nossa parte, que uma dúzia de «teúrgos» intelectuais possa, por meios violentos, impor ao país a salvação (ela só viria, necessàriamente, dum profundo e vasto movimento nacional, em que a educação escolar e extra-escolar terá o principal papel); 2.º, é para nós querer resolver a quadratura do círculo pretender transformar «este comunismo burocrático e mavórtico num povo de iniciativa e de trabalho metódico, rendoso e humanitário» *por simples efeito* de medidas económicas e financeiras, sem que prèviamente a educação tenha feito o seu papel; 3.º não cremos que todas as questões nacionais se cifrem, em última análise, num problema de economia, e que a educação a fazer haja que ser apenas dirigida para as actividades económicas; a escola a criar tem de ser uma escola de actividade e de produção, mas *não apenas* de actividade e de produção *económicas*. Não daríamos, por exemplo, a nossa adesão a qualquer medida que sacrificasse o ensino das letras; já o mesmo não diríamos do das tretas, das tretas agrícolas, das tretas industriais, das tretas comerciais e das tretas... literá-

Slhi

rias. Transformar o ensino de tretas no ensino vivo da produção do Espírito, *mesmo quando se trata de letras,* tal é o problema fundamental da pedagogia portuguesa.

(N.º 3, 20 de Novembro de 1921).

Revoluções a que se desobedece

O chefe do actual governo declarou ao tomar posse que não conhecia nem obedecia ao programa revolucionário. É o que pode, evidentemente, acontecer a todos os programas impostos por uma revolução de gazua... Só há uma maneira de tornar respeitada a vontade revolucionária: é fazer as revoluções na opinião pública. Só assim se exercerá sobre os governos uma pressão constante e absolutamente imperativa. Quando é que serão compreendidas em Portugal verdades tão elementares?

(N.º 3, 20 de Novembro de 1921).

O manifesto da Cruzada Nuno Álvares

Prometemos fazer uma leve análise deste curioso manifesto, verdadeiro teste da nossa mentalidade conservadora. Por essa análise creio que espera o sr. Trindade Coelho para poder responder às nossas considerações. Começamos hoje por cumprir a nossa promessa. Depois da Cruzada será a vez dos integralistas. E como muitas ideias são comuns às duas hostes conservadoras, duma cajadada mataremos dois coelhos ou, pelo menos, um coelho e um raposo.

Devo declarar, antes de mais nada, que nunca as minhas críticas, por mais violentas, derivam de qualquer

Slhi

ódio político ou antipatia pessoal. É preciso não ter do meu carácter o menor conhecimento íntimo para se não reconhecer que estou sempre disposto a fazer calar em mim todas as veleidades pessoais. Quando se trate de ideias ou de factos que eu reconheça prejudiciais aos interesses do país, contem com a minha crítica, porque devem contar com a minha consciência de cidadão. Quando, porém, uma política de energúmenos queira confundir os homens honrados da Cruzada Nuno Álvares com os burlões que por acaso se tenham imiscuido no seu seio, ou pretenda apresentar-nos como conspiradores criaturas dum pacifismo tão evidente como o sr. Silva Amado, o adversário da Cruzada protesta mais alto que os próprios cruzados. Haverá aí vinte portugueses capazes de compreender a minha atitude?

Dito isto, prossigamos.

Propõe-se a Cruzada ser o salvatério de todas as nossas desgraças nacionais. Nós propomos, pelo contrário, que se considere o espírito que ditou o seu manifesto como a maior desgraça nacional. Todos os vícios mentais dos portugueses se revelam ali num *kodak* estupendo: o frasismo sem ideias, o psitacismo sem nexo, o ilusionismo sem freio, a falta de clarificação das ideias mais elementares, o renitente apego às velhas formas do patriotismo e do tradicionalismo. De maneira que o manifesto da Cruzada não vem no fundo responder a esta pergunta: O que devemos fazer para salvar a nacionalidade? Mas a esta precisamente: Perante as dificuldades tremendas da situação, qual deve ser o espírito e a atitude do escol português para a nação ir irremediàvelmente para o fundo? Postas assim as coisas, o manifesto da Cruzada é excelente... Revela ele uma tal imprecisão de ideias, uma tão grande confusão da inteligência, e até uma tão profunda desorganização do estilo que se tem involuntàriamente a impressão de estar lendo um

Slhi

documento *ad usum psichiatri*. Custa-nos sinceramente ver uma *élite*, e entre ela alguns homens de tanta cultura, e, no fundo, de tão grande saúde mental, descer inglòriamente a um tão baixo nível de espírito. Reconhecemos assim quão grande é a distância entre a competência profissional, a inteligência unilateral do técnico e do especialista, e a verdadeira inteligência *humana*, do homem que não deixou secar o entendimento entre as quatro paredes do seu gabinete, e não perdeu, com as especializações dos seus estudos, a clara inteligência das ideias gerais. Falta-lhes, é evidente, esse largo sopro de humanidade, esse harmonioso equilíbrio, essa radiante luz do intelecto que só podem dar uma cultura filosófica e um vivo interesse pela vida social (1).

A Cruzada começa por ter como *sagrado emblema* «Nuno Álvares na plenitude das suas virtudes», o que não significa absolutamente nada (como é natural) ou quer dizer que devemos imitar do herói antigo as proezas do guerreiro e as abstinências do monge. Empunhar a durindana e envergar o hábito, eis o ideal que nos propõe uma corte de homens cultos portugueses para resolver os problemas *actuais* de Portugal... Estaremos nós sonhando — e não seremos realmente ainda súbditos del-rei D. João I?

Através de todo o manifesto a figura de Nuno Álvares é evocada. Foi ele que «em nome de Deus e em nome dos homens [vejam a frase esteriotipada e vazia] abriu em Aljubarrota e em Valverde o caminho que nos conduziu à Renascença»! Nuno Álvares iniciador da Renascença! E assinam isto historiadores e professores de história!

---

(1) Leiam os senhores os artigos *políticos* do sr. Pequito Rebelo na *Monarquia*, e verão até que ponto um homem inteligente em Portugal, saindo para fora do quadro da sua especialidade, pode caminhar no sentido dos ilogismos e das monstruosidades mentais.

Slhi

É em nome de Nuno Álvares (e não em nome dos *nossos* actuais interesses, do *nosso* futuro ameaçado, do bem-estar e dignidade dos *nossos* filhos) que o país deve ouvir os cruzados. É Nuno Álvares, «símbolo da raça», que o há-de conduzir, numa manhã de névoa, aos novos destinos que o esperam. Nuno Álvares — e Cunha e Costa.

Quais são os fins expressos da Cruzada? São, entre outros:

Acordar e utilizar todas as energias do povo português, radicando nele o amor da sua terra e o culto dos seus heróis. Da maneira como a frase está construída, se conclui que é o amor da terra e o culto dos heróis nacionais que há-de acordar as energias do povo português. Continuamos na ilusão do patriotismo retrospectivo. Continuamos a julgar que bastam as páginas da história para nos ensinar a viver uma vida inteiramente humana. É com a voz dos mortos que teimamos em querer acordar os vivos. — E se procedêssemos ao invés? Se fôssemos a ensinar energia com aquela que nós mesmos desenvolvêssemos? Se fizéssemos do exemplo de cada dia a grande lição social? Não seria a tarefa dos educadores e dos organizadores um pouco mais eficaz que a dos pregadores de história?

Estimular todas as iniciativas de manifesto interesse nacional, proclamando a liberdade em todos os ramos da produção. Exemplo típico de desorganização mental, pela ligação de ideias sem verdadeira relação lógica. Basta *proclamar* a liberdade em todos os ramos da produção para *estimular* as iniciativas de interesse nacional? Não será, pelo contrário, um excesso de liberdade económica (como nos latifúndios alentejanos) que será uma das causas da nossa paralização económica e da falta de iniciativas de manifesto interesse nacional? E todas as iniciativas deste género serão simples actividades de produção?

Slhi

Pugnar pela formação do carácter. Pugnemos, pois, pela formação do carácter!

Reconstituir a família tradicional, base de toda a sociedade organizada, porque a Pátria nada mais é do que o agregado das famílias que a constituem. Todo o intelectual que fica no vago e nos subentendidos falta à primeira das suas obrigações sociais. Era, pois, dever da Cruzada elucidar o que é que entende por *família tradicional,* e como é que essa família se encontra destruída ou abalada, pois que é mister reconstituí-la. Será a *família tradicional* a sociedade conjugal no regime da indissolubilidade? Vai pugnar a Cruzada pela abolição do divórcio? Iremos interrogar, para o saber, as pitonizas de Delfos.

Mas por que é que se deve reconstituir a família tradicional? «Porque a Pátria — dizem-nos os cruzados — nada mais é do que o agregado de famílias que a constituem». Para o asserto ter ao menos essa forma lógica que o tornaria aceitável em princípio, seria necessário que a Cruzada afirmasse, e demonstrasse, que a Pátria era, não um simples agregado de famílias, como escreve, mas um agregado das tais famílias *tradicionais* que ela não define. Se a Pátria subsiste com a família *não tradicional,* como é que o facto de ela não ser mais que o «agregado de famílias que a constituem» nos obrigaria, para a manter, à necessidade de reconstituir a «família tradicional? Seja, pois, qual for aqui o sentido da palavra *tradicional,* não haverá mais na conclusão que nas premissas?

Quanto à noção de pátria como simples agregado de famílias, estamos em plena doutrina integralista e será mais tarde ocasião de falar dela.

Nacionalizar o espírito científico, cuidando da instrução geral, técnica e artística nos seus diferentes graus. Mais uma crise epiléptica de nacionalismo. Ninguém, no

inteiro uso das suas faculdades, pode explicar que coisa seja «nacionalizar o espírito científico». Se há coisa universal, que só valha exactamente pelo que contém de universal e na medida em que obedece às leis *universais* da razão, é precisamente o espírito científico. Pode existir uma arte nacionalista: nunca até hoje ninguém descobriu uma ciência nacionalista.

E como pretendem estes senhores criar um espírito científico nacional? Ouvi, ó moços de Portugal, qual a receita que vos formulam os novos salvadores para poderdes ser no futuro criadores de ciência: dando-vos instrução geral, técnica... e artística! Quanto a instrução superior, nada tem que ver, é evidente, com a «nacionalização do espírito científico». Naturalmente, reservamos tal ensino para a «nacionalização» do senso estético.

Promover a unidade moral da nação portuguesa, e consequentemente concorrer para a solução do problema da ordem pública, sem a qual não há vida possível. Simplesmente admirável. O grave do caso, porém, é que a mesma Cruzada nos declara mais adiante que, «não vindo fazer afirmações políticas no meio do delírio geral», e vindo, pelo contrário, «proclamar, agitar, realizar uma obra», não o poderá fazer «sem que a solução do problema da ordem pública seja um facto consumado». Sendo assim, como a Cruzada quer promover a unidade moral da nação portuguesa para se poder resolver o problema da ordem, mas, por outro lado, nada poderá fazer enquanto este problema não estiver resolvido, a Cruzada naturalmente vai tomar a decisão mais consentânea com o seu excelente estado de espírito: recolher-se a penates e dormir o sono dos justos. Vejam se, em boa lógica, sai outra consequência destas afirmações contraditórias: 1.ª a ordem pública como consequência da nação da Cruzada; 2.ª a ordem pública como condição essencial para essa acção se exercer. Enredada no círculo inextri-

Slhi

cável destas afirmações, não se vê maneira de ela cuspir, como Zaratustra, a cabeça da serpente!

Pois D. Cruzada e minha senhora, *minha senhora e madre,* saiba Vosselência que a primeira condição da ordem pública é a ordem das inteligências. Não é com o espírito em sarabanda de ideias delirantes, cabriolando e rodopiando na vertigem, que poderá haver no nosso país verdadeira ordem. *Só quando pensarmos honestamente e claramente poderemos proceder com honestidade e lisura.* O macrocosmo será a reprodução exacta do microcosmo; a sociedade há-de ser a fiel representação do espírito. Aprenda a Cruzada, aprendamos todos nós, a pôr ordem nas ideias, e verá Vosselência como será muito mais fácil estabelecer a ordem nas ruas!

Preconizar a disciplina social, como meio de se obter a unidade de força e a ordem na sociedade. Preconizar a disciplina como meio de se obter a ordem... e a unidade de força!

Intensificar a riqueza, pelo aproveitamento de todos os factores do solo e subsolo. Reparem os senhores: não pretende a Cruzada intensificar a riqueza pelo aproveitamento do solo e do subsolo, mas dos seus *factores.* A propriedade de expressão não é a especialidade da Cruzada.

Chamar à actividade todos os valores colectivos e todos os valores mentais e morais da sociedade portuguesa. Temos, pois, os valores da sociedade portuguesa classificados em dois grupos: *a*) valores colectivos; *b*) valores mentais e morais.

Procurar, nos vários continentes, a expansão de Portugal, expansão reclamada pela sua história, pela sua tradição e pela sua situação geográfica. Quando não aproveitamos as riquezas do próprio continente e deixamos ao desbarato o que possuimos nas colónias, quando a nossa situação é tal que só à custa de esforços consideráveis

Slhi

poderemos conservar o que é nosso, aparece-nos este grupo de intelectuais, tantos eles de cabelos brancos e longa experiência das coisas, a pregar-nos o imperialismo lusitano! Não tenha o mundo receio destes Césares de *cache-nez*. Eles acabarão, muito simplesmente, por jogar o loto em família.

Chamar a atenção para todos os paralogismos, impropriedades e tatibitatismos de ideias e de estilo do manifesto da Cruzada seria tarefa que esgotaria as forças do mais pintado, tivesse ele as ganas dum Saladino. Basta dizer que é nela tão grave a perturbação mental que chega a dotar de duração o próprio espaço. «Portugueses! — exclama — pela Pátria eterna no tempo e no espaço».

Se transcrevi todos esses trechos, não é porque ligue mais importância à letra do que ao espírito. Não quis fazer outra coisa senão mostrar como funciona o mecanismo intelectual de parte da *élite* portuguesa, revelar os processos segundo os quais no seu espírito se concatenam e organizam os pensamentos, e demonstrar mais uma vez à evidência que, antes de pretender reformarmos as coisas, é o nosso próprio espírito que teremos de reformar. A Cruzada não está, intelectualmente, isolada na sociedade portuguesa. Sofrem dos seus vícios mentais todos os orfeístas, futuristas, integralistas, nacionalistas, saudosistas, que nesta terra ergueram o bárbaro pendão da frase vácua e da confusão do espírito. O mal é profundo. E pôr o mal em foco é um dever pedagógico essencial, sem o qual se não concede educação alguma capaz de nos transformar e de encaminhar o país no sentido da salvação.

Tentemos descobrir agora, através do caos, um ou outro ponto de luz. Diligenciemos procurar honestamente, no meio do ruído da lata fraseológica, os dois ou três

Slhj

leit-motiv, as duas ou três ideias centrais que parecem inspirar a Cruzada.

Embora a Cruzada nos afirme que «não é um agrupamento político» e que «não vem fazer afirmações políticas», a verdade é que o seu modo de ser é estruturalmente político. Se a frase adiante citada tem algum sentido, eu não posso encontrar-lhe outro que não seja um sentido político.

«A guerra e o problema russo — diz o manifesto — dividiram o mundo em dois campos distintos e opostos. Dum lado, a ordem; do outro lado, a anarquia. Dum lado, a revivida tradição da autoridade imperial da velha Europa dos séculos XIV a XV; do outro lado, a revolução, desencadeada por um messianismo sacrílego que já começa a afundar-se na própria tormenta que provocou. Entre tradição e revolução não há partidos nem estados intermédios. Entre tradição e revolução — há um abismo».

É, pois, a Cruzada retintamente tradicionalista em política, como os sequazes da «Monarquia integral» do sr. Maurras e os adaptadores portugueses das ideias do sr. Maurras, tão originais e portugueses que adoptaram a própria designação de «integralistas». Entre a ordem e a anarquia não há para ela estados intermédios. E a *ordem* é, evidentemente, a ordem actual, a ordem realizada, o *statu quo,* o sistema de interesses económicos e princípios jurídicos que constituem o fundamento e a trama da sociedade de hoje. Querer atentar contra essa ordem, mesmo em nome duma concepção mais perfeita da ordem social, porque baseada numa maior justiça, é atentarmos criminosamente contra os fundamentos de toda a sociedade *realizável,* pronunciarmo-nos abertamente pela anarquia. E o dilema apresenta ainda uma forma mais estranha; porque, no fim de tudo, a Cruzada só admite que possa hesitar-se entre duas das mil e uma

Slhi

concepções possíveis da política: dum lado a revolução russa, o bolchevismo, do outro lado a *revivida tradição da autoridade imperial da velha Europa.* Se não somos bolchevistas, temos, pois, de nos pronunciarmos pela revivida tradição da autoridade imperial. A Cruzada não nos permite que tomemos outro caminho no mundo social e político. E porquê, Deus meu! Porque entre uma coisa e outra há... um abismo; e entre duas coisas que estão separadas por um abismo (os senhores estão a ver) não pode haver estados intermédios. Tais os princípios, tal a lógica da Cruzada Nuno Álvares. A sua mentalidade é caracterìsticamente extremista. Não concebe conciliações nem aperfeiçoamentos. A tradição ocidental em bruto ou a «anarquia» oriental em bruto. Todas as outras vias nos estão fechadas. O mundo já disse, em matéria política, as últimas palavras. Por isso a Cruzada enfileira, embora se nos apresente como polìticamente anodina, no vasto campo da Reacção: «Um povo inteiro aguarda que o reinstalem na sua tradição violada, na sua crença secular, na sua regalia, no seu foral, na sua liberdade, na inviolável paz dos seus direitos e dos seus deveres».

Fora de isto, o programa da Cruzada é comum, com mais estranhezas na forma e menos consequência nas ideias, a todo e qualquer programa político: acordar as energias, estimular as iniciativas, intensificar as riquezas, etc., etc.

Em artigos sucessivos, e depois de termos exposto a doutrina integralista, tal como ela nos aparece formulada nos seus catecismos e nas suas diversas publicações, versaremos os problemas da *Ordem e da Tradição* em torno dos quais gravita todo o pensamento da Cruzada. E discutiremos se qualquer tradição se pode impor racionalmente, só porque é tradição; e veremos se um conceito mais positivo e claro da ordem nos não obrigará necessà-

Slhi

riamente a ter de transformar profundamente a ordem realizada, e a tomar uma atitude oposta aos interesses hoje dominantes; se o socialismo não poderá mesmo ser definido como a doutrina que procura realizar as condições internas e espontâneas de toda a verdadeira ordem. Sob uma nesga de sol da razão, desfazer-se-ão mais uma vez os nebulosos equívocos das palavras...

(N.º 4, 5 de Dezembro de 1921).

Problemas políticos e educativos

(Sobre um artigo de Emílio Costa)

Nota a propósito duma declaração de Emílio Costa, no n.º 4 da «Seara Nova», de 5 de Dezembro de 1921:

Fique entendido, duma vez para sempre, que a *Seara Nova* não perfilha inteiramente senão os princípios que são defendidos pelo seu corpo directivo. Estamos de acordo com muitas das ideias tão brilhantemente defendidas pelo sr. Emílio Costa; de outras (que não muitas) discordamos. Julgamos pela nossa parte que é a própria urgência da revolução económica (inevitável, mesmo quando o não quiséssemos) que impõe a primazia imediata dos problemas educativos, tão evidente é que não pode haver um capaz regime socialista com uma massa popular que conheça apenas a força elementar dos apetites. Algumas das medidas imediatas propostas pelo sr. Emílio Costa também não têm da nossa parte uma aprovação incondicional; advogamos, por exemplo, a transformação do Senado, mas não a sua abolição, assim como não julgamos de utilidade, no actual momento, a supressão da Presidência da República.

(N.º 4, 5 de Dezembro de 1921).

Slhi

A inocência do partido liberal

O partido liberal não compreende o movimento revolucionário de 19 de Outubro. «Qual a causa íntima, não confessada, qual o objectivo que reuniu e agregou os elementos que apareceram na revolução de 19 de Outubro? O Partido Republicano Liberal declara-se inabilitado a responder, porque não possui provas para confirmar as suas suspeitas». Causa sincera pena reconhecer tamanha inocência num partido tão conspìcuamente intelectual. Estamos a ver o sr. Brito Camacho em Moçambique, de asas brancas, a chupar rebuçadinhos cor-de-rosa...

Não sabe o partido liberal quais as causas do movimento revolucionário? Foi, em primeiro lugar, a aspiração fremente e viva de uma profunda renovação dos nossos processos políticos e da própria vida da nação. Foi, em segundo lugar, a falência completa de todos os partidos republicanos, escravos das oligarquias e atacados da maior incapacidade de realização. Foi, em terceiro lugar, a estranha mentalidade nacional, que acredita ainda nas mutações catastróficas e julga possível transformar um país só com boas vontades e vagas aspirações, sem ideias, sem planos e sem homens. Todos os outros objectivos ocultos são simplesmente micróbios funestos que aproveitaram um meio naturalmente preparado, por causas mais profundas, para a sua eclosão. Resumindo, podemos dizer: a causa da Revolução foi a tristeza do real confrontrado com o real sentido e vivido, e a impotência e desconhecimento dos modos de transformação do real. Hein? Isto parece mesmo do vosso correligionário Kant...

A doença do sr. Guerra Junqueiro

Palavras do *Diário de Notícias* de 30:

«Falar de Junqueiro, neste momento doloroso da nossa literatura — é subir de um pântano a uma cumeada. Junqueiro não é um homem, não é um poeta, não é uma geração — é todo um mundo de Beleza e de Força, de Imortalidade e Génio... Em Junqueiro o estilo frio, pusilânime, banal, que os escritores de hoje inconscientemente escrevem, torna-se fanfarra e ciclone, carícia e tempestade, marulho e alucinação. Como as grandes aves sobranceiras, Junqueiro não se contenta com os pequenos níveis — mas apenas com as altitudes que os humanos raro atingem... Falar de Junqueiro, como é difícil, como é para nós todos, desmesurado... Seria preciso ser mais do que humano — ser o Poeta formidável que é Junqueiro... Junqueiro é um Génio, um grande Génio lusíada, *não mexendo num grão de areia sem abalar o mundo, não arrancando uma folha de árvore sem que o universo lhe venha preso*».

Consta que o sr. Guerra Junqueiro tem passado nos últimos dias bastante incomodado do estômago.

(N.º 4, 5 de Dezembro de 1921).

A "Seara Nova" e as eleições

(A propósito de duas cartas de assinantes da *Seara Nova* acerca de eleições)

Como grupo republicano que é, a *Seara Nova* não poderia aconselhar, em caso algum, a abstenção eleitoral. Sob o ponto de vista dos princípios, representaria isso

SIhi

uma falta de exercício dos direitos democráticos, que é implìcitamente condenada nas ideias gerais do seu programa. Sob o ponto de vista prático, tal abstenção deixaria o campo quase inteiramente livre aos inimigos do regime, que assim aproveitariam do descontentamento dos republicanos para vibrar à República um golpe cruel ou decisivo. A *Seara Nova,* repetimos, não poderia aconselhar um procedimento que seria, sob o ponto de vista das consequências, e com o pretexto de que a democracia se não encontra realizada, uma negação e uma falência da democracia e um terrível perigo para ela. Quando outra coisa não represente, o nosso voto significará que queremos continuar em democracia e em república, que é da democracia e da república que esperamos, apesar de tudo, a salvação do país. Votar, pois, e votar em candidatos republicanos. Quais deles?

Já é um problema mais difícil. Se os partidos políticos se encontrassem entre nós organizados em torno de ideias basilares e se distinguissem por atitudes diferentemente marcadas em relação aos mais importantes problemas nacionais, seria possível ver em tal ou tal partido a corrente de ideias que julgaríamos corresponder às necessidades do momento. Mas entre nós os partidos são moles heteróclitas agrupados em torno de homens, dissidências pessoais e dissidências de dissidências. Estamos com eles, sob o ponto de vista dos princípios, no domínio dos indiscerníveis. O votar por um partido, nestas circunstâncias, não nos iludamos, é sempre votar por um homem, por um soba, por um grupo de homens ou de sobas. Vemos apenas uma ideia que delimite actualmente em dois campos opostos os partidos republicanos portugueses: a ideia presidencialista. Mas esta é defendida por um tão reduzido grupo de partidários, e está tão longe de corresponder às necessidades nacionais (não é de Sidónios que precisamos, mas da colaboração dos bons representantes da vontade

Slhj

nacional com os bons especialistas), que fazemos para ela a mesma exclusão que fizemos para a ideia monárquica: *não votar em candidatos monárquicos nem em candidatos presidencialistas.*

Quanto ao partido socialista, fazendo, como faz, tábua rasa de toda a organização actual e não tendo um programa de medidas imediatas, não o podemos considerar, embora estejamos fundamentalmente de acordo com as suas reivindicações, como um partido de governo.

Entre os outros, a indiferença é quase absoluta. Ninguém sabe em que diferem realmente os programas liberal, democrático e reconstituinte. Se há republicanos que defendem princípios radicais e antioligárquicos, eles não estão até agora reunidos em partidos organizados, e têm falado apenas pela voz das bombas e das *Brownings*. Quanto às ligas temporárias de reivindicações e programas, que poderiam fazer o que não fazem os partidos permanentes, não surgem elas de improviso, sem que um conjunto harmónico de medidas tenha sido elaborado, que essas medidas tenham sido defendidas e esclarecidas em um largo movimento de propaganda, e tenham conquistado a adesão de criaturas competentes e honestas. A *Seara Nova* pretende, mais ou menos, chegar aí; mas ainda não chegou a hora da *Seara Nova*. — Parece-nos, pois, que enquanto se não formarem em Portugal verdadeiros partidos, constituídos em torno de correntes de opinião, a escolha a fazer pelo cidadão republicano deve de preferência incidir sobre as qualidades de inteligência, seriedade e iniciativa dos candidatos apresentados ao seu sufrágio, desde o momento em que esses candidatos prometam defender certas medidas urgentes, que estão mais ou menos no espírito de todos, e que são verdadeiras medidas de salvação nacional. Em breve, num artigo que intitulará *Soluções políticas,* falará sobre essas medidas o sr. dr. Jaime Cortesão.

Slhi

Devemos acrescentar que as pessoas que gozam de influência eleitoral a devem usar num espírito verdadeiramente democrático. Deveriam convocar os eleitores para um comício ou conferência em que expusessem os motivos por que propõem tal candidato à votação dos seus amigos, e quais os princípios que ele vai defender no parlamento. Só assim se poderá sair, a pouco e pouco, do regime de caciques para o do eleitorado consciente e de pura democracia. A educação democrática seria, pois, iniciada pelos influentes eleitorais bem intencionados e de espírito verdadeiramente republicano.

(N.º 4, 5 de Dezembro de 1921).

As afirmações da quinzena

Vozes de homens prestigiosos se vão juntando à nossa no bom combate contra as aventuras revolucionárias e na afirmação eloquente que só por uma profunda revolução da opinião pública se poderá conquistar para um dado programa de medidas salvadoras a adesão duma força firme e consciente. Entre essas vozes podemos citar a de dois bons militares: o sr. general Gomes da Costa e o sr. tenente-coronel Pires Monteiro. Longe de porem a sua espada ao serviço de quaisquer *condotieri,* ou de se instituírem por sua vez em *condotieri* de quaisquer movimentos [e para a valsa já tem recebido vários convites o sr. Gomes da Costa (1)], esses honrados militares estão dispostos a pô-la ao serviço da ordem, seja qual for o partido que se encontre no governo — e nós chamamos

(1) Quem diria que era daí, justamente, que devia vir um dia... a Bota.

ordem, não ao sistema de interesses oligárquicos em que tem vivido a sociedade portuguesa, mas a essa atmosfera de disciplina e de predomínio da razão que torna possíveis as renovações salvadoras. É preciso que doravante o indivíduo que se envolva em conspirações tenha a consciência de que está praticando um acto condenável, não só em face dos códigos, mas da própria moralidade; que a designação de crimes políticos ou sociais deixe de ser uma designação quase laudatória para representar — os crimes que se cometem, não contra um ou dois cidadãos, mas contra cinco milhões de cidadãos, contra a ordem, a honra e a liberdade de todo o país.

O nosso colaborador e ilustre oficial da armada sr. Sebastião Costa ergueu por seu lado, no *Diário de Lisboa,* um vibrante apelo a todos os militares para abandonarem a política. Plenamente de acordo, se se entende por política o cozinhado constante das sarrafuscas revolucionárias — a negação da missão fundamental de todo o Exército organizado. Mas pretender exigir aos militares o afastamento de todas as preocupações políticas seria constituir, dentro duma democracia que tem o dever de procurar realizar-se integralmente, cidadãos amputados nos seus direitos, e, direi mesmo, nos seus deveres sociais. Todo o militar tem de ser, acima de militar, um cidadão; e os seus deveres profissionais não podem fazer-lhe esquecer os seus deveres cívicos. Não pretendamos matar em quem quer que seja os nobres anseios de humanidade; não limitemos o horizonte de nenhuma criatura humana. Pelo facto de terem de estar na caserna, não fechemos aos militares as portas da Cidade. Pelo contrário: que nela entrem todos os que aspiram a um ideal de maior justiça, de maior inteligência e de mais alta significação da Pátria. Não há entre este dever e o dever de soldado a mais leve contradição. Que os militares sejam, pois, políticos, na significação honesta da

SIhi

palavra. Mas, por amor de Deus, que não façam na vida política o contrário do que lhes exige o seu dever profissional.

(N.º 4, 5 de Dezembro de 1921)

A propósito da Cruzada Nuno Álvares

A um amontoado confuso de fáceis e funambulescas graças coimbrãs, aprendidas nas ceias de estúrdia dos «bons tempos» académicos, e já tão batidinhas, benza-as Deus, que lembram esgares petrificados nas faces das múmias do Egipto, chama o sr. Trindade Coelho, esse último romântico do conservantismo, que tem sempre o ar de quem vai recitar ao piano, de olhos em alvo, à falta do Noivado do Sepulcro, qualquer ária conservadora — «Resposta ao sr. Raul Proença». Foi na *Manhã* de 13, no mesmo lugar em que a redacção do jornal qualificava o meu artigo sobre a Cruzada de «penetrante». Eu falei-lhe em alhos, e ele respondeu-me com bogalhos. Não invalida, nem sequer se refere, mesmo de longe, a qualquer dos pontos por mim versados. O silêncio e o gracejo... Sobre o manifesto há apenas quatro afirmações, que se contradizem duas a duas — ou o sr. Trindade Coelho não fosse o autor do célebre documento. Por um lado escreve: «Prometeu V. Ex.ª uma *análise detalhada* do documento. Tentei descobri-la através das colunas compactas de V. Ex.ª. Não a encontrei.» E logo a seguir: «Detém-se V. Ex.ª, porém a *esmiuçar* os propósitos da Cruzada». Se «esmiucei» sem fazer «análise detalhada», pergunto a S. Ex.ª qual é a diferença entre esmiuçar um documento e analisá-lo detalhadamente. (Eu peço des-

Slhj

culpa aos leitores de fazer uso do irritante galicismo *detalhar;* é o nacionalista sr. Trindade Coelho que o emprega). — No fundo, S. Ex.ª dá as mãos à palmatória: «Se V. Ex.ª substitui a benevolência da sua autoridade pelas lentes do seu microscópio... eu dou-me imediatamente por vencido. (Perante a potência do microscópio, S. Ex.ª dá-se por vencido)! Porque o manifesto da Cruzada, não tendo a pretenção de se dirigir a intelectuais... foi feito para o povo, que sempre embirrou com filosofices; e assim terra a terra, ele foi escrito, sem estilo decerto, sem gramática, talvez, mas com aquelas *verdades imanentes* ainda capazes de cavalgar, sem ajuda de estribo, o *R* grande da Revolução...»

Ora a graça! Como se eu tivesse arguido a Cruzada de não fazer uso de flores de retórica... E como se, ao escrever-se para o povo, se tivesse de ser confuso no estilo, inconsequente nas ideias e absolutamente falho na lógica. Foi de psitacismo, de tatibitatismo mental, de «desorganização» das ideias e do estilo que eu acusei o manifesto da Cruzada: não é preciso ser-se filósofo para evitar estes senões, excelentíssimo Senhor! Quanto às *verdades imanentes,* eu mostrei que elas são as maiores «mentiras» de que dia a dia morremos...

Temos, pois, que na primeira coluna do seu artigo, o cavaleiro do Santo Graal da Cruzada Nuno Álvares justifica e aplaude o estilo e as ideias do manifesto. Ainda estamos sob essa impressão quando lemos na segunda coluna: «Detém-se V., porém, a esmiuçar os *propósitos* da Cruzada. Ora estes propósitos representam, para mim, um *facto consumado.* Quer dizer: fui encontrá-los nos estatutos do grupo, quando para lá entrei. Concordo com os estatutos? Não. Não concordo sobretudo com o estilo em que os redigiram. Aceitei-os contudo no propósito de os emendar ou fazer outros. Por que o não fiz até agora? Pelo encadeamento das coisas da

Slhi

minha vida... e porque, à face dos últimos acontecimentos, intuitivamente concluí que a Cruzada era um chá de borragem colocado à cabeceira da Pátria». Então que é feito agora desse estilo de documento feito *para o povo* e dessas altas *verdades imanentes* capazes de cavalgar o R grande? E foi num ginete assim que S. Ex.ª montou sem estribos? Que imprudência! — Lamentamos que o sr. Trindade Coelho da segunda coluna se dê tão mal com o sr. Trindade Coelho da primeira. Dizia Pascal: «Trois degrès d'élévation du Pôle renversent toute la Jurisprudence». Três graus de latitude? Como Pascal era optimista! Basta o espaço duma coluna...

Vale a pena falar do resto — da pequenina intrigazinha que S. Ex.ª pretende armar com o sr. Aquilino Ribeiro, — da Revolução que anuncio a uma Revolução, — do facto de eu não dar a ninguém neste país o direito de ser conservador (quando é S. Ex.ª que me obriga a escolher entre o seu conservantismo e o bolchevismo russo), — dos meus açambarcamentos na revista (isto *a propósito* das pretendidas divagações do meu artigo!) — e do meu futuro assalto a Deus, quando der cabo de todos os ídolos terrestres? Tudo isso é confusão da inteligência e espírito de caloiro coimbrão. Deixemos a S. Ex.ª o fácil e gracioso contentamento da pirueta. Lembra-me aqueles *clowns* que, ao apanharem um pontapé nas nádegas, deitam a língua de fora. Que Deus lhe conserve sempre o seu bom humor, Trindade!... E a encantadora inocência do seu espírito...

(N.º 5, 24 de Dezembro de 1921).

*

Destruir o espírito das aventuras revolucionárias, fortificando ao mesmo tempo o verdadeiro espírito revolucionário — tal é uma das empresas capitais da *Seara Nova*.

Slhj

1922

A ordem

Toda a gente berra agora pela ordem. Andamos há uns dez anos, pelo menos, a berrar pela ordem. Muito bem. Nunca nenhum grupo com ideias políticas se pronunciou em algum tempo tão claramente pela ordem como nós. A *ordem* exigida pelos vários grupos políticos traz sempre uma revoluçãozinha engatilhada. Nós somos, pelo contrário, os inimigos natos de todas as revoluções de improviso.

Mas damos talvez à palavra ordem um sentido diferente do que lhe dão os defensores oficiais da «ordem». Para nós, em primeiro lugar, a ordem não é uma coisa estática, *que existe,* e não tem outra missão a realizar senão existir. A ordem é um princípio que se realiza dia-a-dia, por constantes aproximações, *por um acréscimo constante da justiça.* Em vez de opormos a ordem e o progresso, para os pretendermos conciliar, como na célebre fórmula comteana, para nós *o verdadeiro progresso é o progresso da ordem.*

Em segundo lugar, nós não chamamos ordem à desorganização social e política; aos apetites sórdidos, à concupiscência sem princípios dos partidos; às oligarquias avaras do sangue da nação; à exploração sistemática do alto comércio, da alta finança, aos lucros de 100 por cento, à compressão asfixiante do consumidor, ao

Slhi

regime da fome geral em proveito duma minoria pletórica. A isso tudo, e a muito mais, recusamo-nos a chamar *ordem*. Mais ordem nos apetites e concupiscências, meus senhores; nas ideias e nos arrazoados; na vida política e na vida profissional. De outra forma, defendereis o paradoxo duma ordem draconiana a apoiar e proteger a desordem dos instintos de puro egoísmo. Que todos os elementos de verdadeira *ordem* em Portugal metam na ordem todos os elementos de real *desordem* — tal é o nosso voto mais sincero.

O poder das leis

O triunfo da política antialcoólica do governo americano é a mais evidente prova do que podem as leis quando não ofendem a consciência nacional e são respeitadas por autoridades probas e conscientes. O sem número de famílias que foram tiradas da miséria graças a esta violenta política, firme e decidida, é uma das coisas mais consoladoras da história moderna. É um grande triunfo da guerra contra o álcool. É uma prova evidente do valor real das medidas proibitivas, quando, como atrás dissemos, essas medidas não ofendem a consciência social do seu tempo, são apoiadas por grupos organizados e cumpridas por funcionários zelosos e decididos. E é ainda a prova que nem sempre a intervenção do Estado se exerce no sentido da sufocação das liberdades e da diminuição do valor da personalidade. Por cada alcoólico que as leis contra o álcool impediram de beber ganhou a humanidade mais um homem livre, ou mais capaz de o ser. Não chegarão um dia a reconhecer quase todos os homens que a supressão de certas liberdades (as económicas, por exemplo) é a garantia da verdadeira liberdade?

Bombistas

Damos os nossos sentimentos à *Batalha* e a todos os verdadeiros socialistas pelo caso trágico das bombas. Fazermos uso duma bomba ao serviço dum ideal, é vibrar a esse ideal o golpe mais certeiro: é nele que ela explode. Os maiores inimigos do futuro são os que pretendem abrir-lhe a porta à força de violência desordenada e instintiva. São eles que prostituem todos os ideais, que comprometem todos os princípios, que retardam a sua realização, e tudo fazem inconscientemente para o prosseguimento e o triunfo da velha sociedade. Defendendo tais princípios, somos oportunistas? Talvez. Mas nós não conhecemos maiores inimigos dum ideal que aqueles que põem em prática o princípio da «inoportunidade». Querer fazer mais do que é oportuno, é destruir o que é oportuno e o que não o é. E não há maiores aliados dos conservadores que os extremistas exaltados. Se eles não existissem, era preciso inventá-los!

(N.º 6, 14 de Janeiro de 1922).

Os acontecimentos e a atitude da "Seara Nova"

Se quisermos definir duma maneira exacta o que caracteriza o estado actual da sociedade portuguesa, não podemos fazê-lo melhor que por meio destas palavras: a obstinação no contrasenso. Com uma teimosia que tem seu quê de infantilidade e desvario, perseveramos em tentar a cura dos males nacionais por meio de métodos terapêuticos de que a experiência demonstrou a inefi-

cácia absoluta. E nada nos impede, nem a lembrança dos maiores crimes, nem a compreensão mais elementar das conveniências nacionais, de prosseguir no fazer e desfazer da mesma teia de Penélope, em cujas malhas se enreda e compromete o país.

E as tentativas revolucionárias sucedem-se, cada vez com maior frequência. Nem ideais, nem planos, nem programas de governo, nem homens, nem essa preparação da opinião pública sem a qual todas as pretendidas revoluções não passam de motins mais ou menos organizados. Apenas duas ideias norteiam os agitadores revolucionários: que isto vai mal; que é necessário que vá doutra maneira. Quanto à maneira como é necessário que isto vá, disso não curam os pretores. Posta a revolução na rua, tomados os ministérios, as ideias, os planos, os homens surgirão por geração espontânea. Por trás de cada movimento revolucionário, há sempre este postulado: que nada é mais fácil do que salvar o país. Questão de boa-vontade e de coragem, nada mais.

E a maior mentira está aí. Pelo contrário: nada há porventura mais difícil do que salvar Portugal. É um dos trabalhos de Hércules. Só uma consciência muito nítida dos problemas nacionais, uma grande competência, faculdades máximas de organização e de direcção, uma vontade capaz de todas as obstinações (1) e de todos os heroísmos, e uma larga corrente de opinião esclarecida, impondo e apoiando uma política de salvação nacional — só um conjunto tão precioso de recursos intelectuais e morais poderá fazer sair Portugal da situação a que chegou. É necessário mais do que um homem, que dez

(1) Tomo aqui a palavra à boa parte, já se vê. Exprimia assim defeituosamente a ideia de perseverança, que é independente de toda a ideia de valor, e se pode aplicar, de bom direito, tanto ao bem como ao mal. Ter-me-ia exprimido inteiramente bem se tivesse escrito: «uma vontade capaz de perseverar, sem desfalecimentos, no seu esforço».

Slhj

homens, que um governo, que um parlamento: é necessária uma *élite* inteira. Enquanto essa *élite* se não constituir em volta dum programa de salvação nacional, toda a esperança de redenção nos é vedada (1). Poderão objectar-nos que a fazemos depender dum milagre. E assim é com efeito. Mas poderemos por nosso lado retorquir que os que procuram outras soluções crêem em milagres ainda maiores. Assim como assim, Portugal só poderá salvar-se por meio dum milagre; e toda a questão está em saber se nos esforçamos por produzir os milagres possíveis, ou prosseguimos na demanda dos quiméricos (2).

E que prosseguimos na demanda dos quiméricos, diz-no-lo a experiência de todos os dias. Mais uma vez a ameaça duma revolução esteve pendente sobre nós. Mais uma vez se tentou organizar o assalto ao Terreiro do Paço. Havendo tido conhecimento dos factos que se preparavam, e não tendo a mais pequena dúvida sobre as suas inevitáveis consequências, a *Seara Nova* não poderia hesitar. Ela impôs-se a obrigação de adoptar em todos os momentos, no meio do egoísmo e da cobardia colectiva, a atitude mais desinteressada, e a mais perigosa (3). Tendo sempre condenado as revoluções improvisadas, quer essas revoluções sejam feitas pela direita ou pela esquerda, ela não tinha a perguntar em nome de que princípios se seguia mais uma vez o caminho da sedição.

---

(1) Poder-se-ia talvez querer ver aqui uma contradição com o que noutra altura dizemos (p. 115). Essa contradição seria apenas aparente, porque o que ali afirmo diz respeito ao princípio duma génese, e não à génese integral duma renovação.

(2) Já se sabe, se se chama apenas milagre ao impossível, é uma verdade *à la Palisse* que não se pode confiar em milagres. Mas para nós a palavra tem outro significado. O milagre impõe-se por vezes como uma necessidade.

(3) A mais perigosa: que só se justificaria aliás se fosse a mais conveniente. Evidentemente.

Slhi

Não a preocupou também um só momento, ao publicar o seu manifesto, se estava ou não fazendo o jogo do governo; sabia que estava fazendo o jogo do país, e isso lhe bastava. Grande parte da «esperteza» do português gasta-se em proceder estùpidamente para que os outros o não tomem por estúpido. A *Seara Nova* quis proceder com inteligência e patriotismo, embora para isso fosse necessário passar por instrumento nas mãos dum governo que é a sombra do exilado de Paris. Finalmente, ela desprezou completamente os perigos que a sua atitude, na efervescência revolucionária, que bem conhecia, lhe poderiam acarretar.

Se a maior parte da imprensa (e honra lhe seja) formou em quadrado à volta do manifesto da *Seara Nova* e lhe parafraseou as afirmações, provocando um movimento de opinião que poderosamente contribuiu para abortar a revolução projectada, houve alguns poucos jornais que nos apontaram como boateiros, como inimigos da tranquilidade pública, e nos censuraram por nos não limitarmos a denunciar o movimento à polícia. Eis o que se chama ter a noção exacta da situação dos homens e da conveniência das atitudes. Os membros da *Seara Nova* julgam ter na sociedade portuguesa uma missão mais alta a desempenhar do que a de simples denunciantes. Não os preocuparam os homens, mas os factos. Não quiseram o castigo, mas a prevenção. Não consideraram os revolucionários como inimigos, mas como pessoas desvairadas. Não tentaram o seu encarceramento, mas a sua reconsideração. Julgaram que, lançando um grito de aviso e de protesto, poderiam influir benèficamente no ânimo dos conjurados. Foi tudo que pretenderam. Todas as perseguições violentas, todas as *revanches* insensatas, todas as tentativas de desarmamento que não correspondam a uma redução geral de *todo o*

Slhi

exército e que possam comprometer a segurança da República, estão inteiramente fora do seu pensamento.

Falou-se já em desarmar a Guarda Republicana. Tal procedimento não merece senão a nossa desaprovação formal. *Manter a Guarda Republicana como órgão essencial da defesa da ordem e do regime,* tal é a única doutrina sensata que podem defender todos os bons republicanos. E há duas maneiras de inutilizar essa defesa: lançar a Guarda na desordem, ou desarmá-la. Tanto os que tentam uma coisa como outra procedem como inimigos da República. Assim fala quem acima de todas as facções e clientelas vê os interesses supremos do país e do regime. Sob este ponto de vista, como sob tantos outros, poderemos atirar sobre todos os grupos — a primeira pedra...

(N.º 9, 1 de Março de 1922).

Uma resposta ao sr. Alfredo Pimenta

(que dirigiu à *Seara Nova* uma carta sobre certas acusações que alguém ali lhe fizera)

Não éramos obrigados, por nenhum dever de lealdade ou correcção, como supõe o sr. Alfredo Pimenta, a dar publicidade ao artigo com que S. Ex.ª entendeu dever mimosear os leitores da *Seara Nova.* E isto por várias considerações. Em primeiro lugar, S. Ex.ª ocupa num dos jornais de Lisboa uma situação de destaque, que lhe permite responder livremente a todas as acusações que se lhe façam na imprensa. Em segundo lugar, não havia nas palavras do sr. David Ferreira, como o próprio sr. Pimenta é obrigado a reconhecer, o mais leve intuito de o descon-

Slhi

siderar ou difamar, que justificasse, sequer de longe, o apelo que S. Ex.ª faz à nossa lealdade. Em terceiro lugar, mesmo na circunstância de o sr. Pimenta ter recebido qualquer agravo da parte do nosso colaborador, era das boas normas que aquele senhor limitasse a sua defesa a um documento preciso e pouco extenso: a *Seara Nova* tem por hábito inserir apenas a colaboração que solicita, e não é obrigada (quando só à sua correcção e lealdade fazem apelo) a publicar os artigos dos seus adversários políticos. Por último, S. Ex.ª tem mantido ante outras referências que aqui lhe têm sido feitas o mais invariável silêncio, e isto só pode explicar-se por um dos dois motivos adiante apontados, visto que S. Ex.ª se confessa tão assíduo leitor da *Seara Nova* que de nenhum modo é crível lhe tivessem escapado todas essas alusões. E vem a ser, ou que o sr. Pimenta nutre, por aqueles dentre nós que se lhe têm referido, esse olímpico «desdém que nada altera», ou que lhe não apraz transformar a sua pena em chicote ante as críticas de criaturas um pouco mais velhas e experimentadas que o sr. David Ferreira. E qualquer dos motivos seria bastante forte para negar-lhe acolhida nas nossas colunas. Não, S. Ex.ª, quando invoca a nossa lealdade, sabe perfeitamente que não chama às coisas pelos seus nomes: no que S. Ex.ª confia é no nosso excessivo cavalheirismo, na nossa inexcedível generosidade, no «ponto de honra» verdadeiramente republicano que fazemos em dar inteira guarida às razões dos adversários. Ele sabe bem que não somos dos que temem essas razões. E não é depreciativo para a sua inteligência o facto de se verificar que não confiou em vão.

Quanto ao assunto em causa, não é bem a mutação das convicções políticas do sr. Alfredo Pimenta que nele tem a censurar a pessoa que escreve estas leves considerações. Diz um aforismo que só os tolos não mudam de opinião; S. Ex.ª tem desse modo uma óptima maneira de

Slhi

provar que não é tolo. Simplesmente nos irrita a falta de sinceridade com que afirma que as suas ideias estruturais ficaram essencialmente as mesmas no decurso das suas sucessivas encarnações; assim como os irritou, e profundamente, a insinceridade da sua atitude nos últimos tempos do seu republicanismo, uma das mais falsas e das mais atentatórias que conhecemos da claridade de consciência.

«O que estava dentro do meu Anarquismo — escreve — encontra-se dentro do meu Republicanismo e mantém-se dentro do meu Monarquismo, — à parte, evidentemente, certas particularidades e aspectos secundários». Só particularidades e aspectos secundários separam, pois, a Anarquia da República, a Anarquia da Monarquia e a Monarquia da República. No mais, S. Ex.ª não mudou: em Anarquia, em República, em Monarquia, S. Ex.ª elevou sempre altares aos super-homens; foi sempre partidário das *élites;* apreciou sempre Wilde, a música de Wagner e a aurora dos dedos róseos; suspirou sempre junto ao regaço das condessas; e trouxe sempre ao peito, em Anarquia, em República, em Monarquia, não qualquer cravo banal (como um periódico nos fez a ofensa de supor) mas as mais raras e fenomenais orquídeas, a verdadeira *Lelia tenebrosa.* E é isto o fundamental. O mais, tudo que fez com que S. Ex.ª num dia se dissesse anarquista, no outro republicano, no outro monárquico, simples particularidades e aspectos secundários: no fundo, três maneiras diferentes de exprimir a mesma coisa. Simplesmente não resistimos à tentação de formular esta humilde pergunta: se tudo isso é secundário, para que se ufana hoje tanto S. Ex.ª em defender essa coisa tão infinitamente secundária, a Monarquia, e se empenha tão galhardamente em deitar abaixo essa outra coisa tão infinitamente secundária, a República? E tendo reconhecido o pretor como essas coisas são tão irremissìvelmente

Slhi

secundárias, para que insistiria ele em lhes fazer uma parte na sua vida, e não diria simplesmente: O que eu sou, absolutamente, estruturalmente, carnalmente, é irmão gémeo de Oscar Wilde?! Infelizes das religiões cujos convertidos mostram assim tanta fidelidade pelo seu herético passado!

E ainda há outra coisa que não percebemos, embora estejamos dispostos a conceder que seja o caso devido a conhecermos muito mal os filósofos. É que para «passar de Stirner a Comte» não haja um homem que se negar, e fazer um verdadeiro *looping-the-loop* nas convicções. Stirner, se o sr. Pimenta o permite, era o filósofo individualista por excelência; Comte o mais «sociócrata» dos filósofos. Para o segundo, a sociedade é a única realidade positiva, o indivíduo uma mera abstracção; para o primeiro, todas as entidades «escolásticas» de humanidade, pátria, etc., são abstracções, e o indivíduo a realidade única. Um vê no indivíduo só direitos; o outro só nele vê deveres. Pretende aquele fazer a insurreição de cada um contra a sociedade; e este condena a própria revolução francesa como sendo já essa insurreição. Comte é o inimigo nato de Stirner. Onde Comte diz branco, Stirner diz preto: e o sr. Alfredo Pimenta a querer conciliá-los, mesmo com o perigo de ficar da cor de burro quando foge!

Mas não nos irrita sòmente esta insinceridade, que o leva a procurar uma linha evolutiva no que foi uma série de cataclismos espirituais, e uma harmonia de ideias no que é pura e simples contradição, sem ter a lealdade de confessar que mudou, que mudou muito, que mudou dos pés à cabeça, ou que não compreendeu coisa alguma do que era anarquia e do que era república. Não nos irrita apenas esse «camouflage» da verdade, tão irremediàvelmente vão que não consegue desviar a pontaria dum só franco-atirador. Irrita-nos ainda essa outra insin-

Slhi

ceridade que o sr. Pimenta revelou nos últimos tempos do seu republicanismo, quando, já perdida de toda a fé na república, o jornalista vivia ainda do estipêndio de republicanos. Nos seus últimos artigos da *República* eu via já que era um monárquico quem falava. Era tão inconsciente que o não soubesse? Ou sabendo-o, não o torturava a ideia de estar fazendo propaganda monárquica à custa do bolso republicano? As evoluções do espírito compreendo-as, quando feitas no silêncio e à custa de nós próprios. Mas isto de se evoluir à custa dos outros, e de se adormecer num dia republicano militante, para acordar no dia seguinte monárquico não menos militante, é o que ultrapassa em larga medida as minhas possibilidades de concepção.

Se, pondo de parte a sua personalidade política, ajuizássemos agora da literária, veríamos nele um exemplo duma tão faceta e abracadabrante megalomania como certamente ainda não houve igual. Poeta do tédio, como diz (do tédio dos leitores) e prosador de relativos méritos, atribui à sua Arte (a sua «Arte estranha e complicada») qualidades prodigiosas. No fundo, ele não nasceu para ser o Alfredo Pimenta do *Correio da Manhã* (cómico destino dos grandes homens!), mas

pra ter Castelos e Palácios
Com cem léguas de parques em redor...
pra ser servido em câmaras discretas
Por lacaios fiéis...
Sendo Senhor do mundo, e com direito a sê-lo,
Com o direito audaz que eu mesmo me suponho,
Nasci pra ser senhor, na terra, no ar, no mar,
E sentir aos meus pés as gentes humilhadas.
Nasci para dispor das máximas riquezas,
— Não por elas em si, tão fúteis e banais!
Mas por amor da Pompa e das grandezas,

Slhj

E por amor de mim — que é muito mais!...
Nasci para ser Nero, e, olímpico e vaidoso,
Fazer incendiar o mundo, friamente...
Nasci pra ser o Único (1)!

Sim, verdadeiramente único... E pensa assim o sr. Pimenta realizar verdadeiros «furacões de beleza». E vejam ainda os senhores a força e a coerência deste católico praticante cujos sentimentos de humildade se cifram todos no desejo de ser o Senhor do Mundo, e cuja caridade e piedade cristãs se reduzem à tentação ultra-nerónica e arquiegoísta de ver o mundo transformado num torresmo, para sobre o incêndio de todas as coisas ficar ele só, o único, o verdadeiro Deus, na contemplação fervorosa do seu umbigo imortal! «No fim das idades as coisas todas perecerão e reentrarão em Pimenta, como no Ser único dos brâmanes...» *(Bhagavad-Gita,* I, 69).

A verdade é que tudo no sr. Alfredo Pimenta está em permanente conflito: o passado com o presente; o que escreve numa linha com o que diz na outra; o que faz com o que prega; a sua estética e a sua moral com a sua religião; as suas pretensões com as suas faculdades; os seus gostos com a sua natureza; o seu físico com as suas luvas brancas; e até, porque as já vi pretas, as suas luvas brancas consigo mesmas. O sr. Alfredo Pimenta é uma mentira, uma desarmonia realizada. E é isto, não a sua evolução, que ele pretende ter sido serena e harmoniosa, que profundamente me consterna. Julgará porventura S. Ex.ª que estas considerações não são dignas dos termos da sua carta. Mas eu não tenho só deveres para o sr. Alfredo Pimenta: acima de tudo tenho deveres para os que me lêem, sobretudo para os novos. No dia em que

---

(1) Todos estes trechos são extraídos de *O Livro das simphonias mórbidas,* 1920, cuja análise recomendo aos psiquiatras.

Slhi

nas minhas críticas tratasse os outros segundo a maneira por que os outros me tratam a mim, julgaria que estava traindo a confiança dos leitores e faltando ao respeito que devo a mim próprio. A verdadeira correcção é assim que eu a entendo. Pudesse o sr. Pimenta, no decurso das suas evoluções e das suas encarnações futuras, passar a ser um amante verídico da lealdade de consciência e da sinceridade, para que nos fosse lícito chamar-lhe nosso amigo e irmão!

(N.º 11, 1 de Abril de 1922).

Prisões de oficiais do 19 de Outubro

Têm-se efectuado nos últimos dias prisões em massa de vários oficiais do exército. O país precisa de ser elucidado sobre a causa de tais factos. De duas uma: ou o governo soube de fonte segura que se preparava uma nova revolução, e quais os seus principais elementos, e procedeu então no uso das suas atribuições e da sua função mais elementar, que é manter a ordem legal, sendo até para louvar a sua energia e prontidão; ou mandou efectuar essas prisões porque chegou à última hora a uma nova interpretação do movimento de 19 de Outubro, classificando-o como uma rebelião militar. Se é esta hipótese verdadeira (e assim parece, segundo as informações dos jornais), o acto do governo merece o mais indignado protesto de todos os que prezam a verdade dos factos e a própria dignidade do poder. Se o movimento de 19 de Outubro não foi uma revolução triunfante... Mas pode haver a este respeito duas opiniões contraditórias? Não o sancionou o sr. presidente da República, satisfazendo as reclamações dos revolu-

Slhi

cionários? Não o sancionaram em certa medida os governos que se têm sucedido até hoje, e não é de facto a essa revolução triunfante que se deve a existência do actual parlamento? Como se admite, pois, uma reconsideração extemporânea, e que só pode filiar-se numa política *ad odium* de certas criaturas malèvolamente irrequietas e revolucionárias à sua maneira, infringidoras, elas também, pelo seu espírito vingativo e atrabiliário, da verdadeira ordem legal? Os homens da *Seara Nova,* que protestaram contra o movimento de 19 de Outubro e têm condenado e continuarão a condenar, como se sabe, todas as maquinações revolucionárias, e isto, não pelo seu amor ao *statu quo,* mas por fidelidade ao próprio espírito da Revolução, não podiam deixar de juntar o seu protesto a todos os que estranham o sediço rebate de consciência dos governantes e a violência de que são vítimas alguns oficiais republicanos. Não é para admirar que o juiz a quem está afecta esta questão, simples delegado de confiança das famílíias das vítimas, reflita o estado de consciência dessas famílias, identificando o movimento de 19 de Outubro com os crimes da noite trágica. Mas que haja governos que estejam dispostos a satisfazer todas as resoluções e todos os caprichos duma justiça fundada em considerações tão rudimentares, é o que não pode deixar de causar a maior estranheza. A verdade é que nenhum homem de boa-fé pode identificar a revolução outubrista com a nódoa de sangue que sobre ela alastrou. Não podemos esquecer hoje, como não esquecemos ontem, que a maioria dos oficiais envolvidos no 19 de Outubro eram homens bem intencionados, republicanos de lei, desejosos de restaurar em Portugal o verdadeiro regime republicano, embora ignorantes demais para conhecer as condições necessárias de tal transformação. Arguam-nos de impreparação, de leviandade, de impotência política, de pertinaz resistência contra todas

Slhi

as lições da experiência revolucionária; não os queiram, porém, confundir com a turba desvairada que nessa noite enlameou o nome de Portugal. Que o confundam as famílias das vítimas; que o confunda o delegado das famílias das vítimas: está na lógica do sentimento; que o não confunda mais ninguém em Portugal, se queremos manter-nos, por nossa parte, na lógica da razão! Nem é admissível que continuemos a ter a febre do 19 de Outubro (1)!

(N.º 14, 1 de Junho de 1922).

Seria a "Seara Nova" um partido político sem o saber?

O artigo de fundo da *Luta,* de 20 de Abril, é inteiramente dedicado à *Seara Nova,* gentileza tanto mais para agradecer, quanto é certo que outros jornais, numa isenção admirável, passam por nós como por vinha vindimada ou seara ceifada. Bem se vê que não é a esta seara que a Moagem vem semear o seu trigo...

Ora, segundo o sr. F. Mira, nós somos os mrs. Jourdains da política: constituiríamos um partido político sem o saber. Temos efectivamente para isso as duas condições necessárias e suficientes: um programa político e um grupo de homens concordes nas virtudes desse pro-

(1) Aos que pretendam ver nestas palavras qualquer grau de contradição com o que se diz a p. 147, objectarei que, reconhecendo aos dirigentes do 19 de Outubro responsabilidades morais no decorrer dos acontecimentos, e até jurídicas (se a revolução não tivesse sido triunfante e sancionada pelo presidente da República) não poderia nunca ninguém atribuir-lhes, fundadamente, qualquer responsabilidade criminal, nos actos em questão.

Slhi

grama. Para o sr. Mira, é, pois, impossível existir um acordo entre diferentes indivíduos sobre ideias de governação sem que, *ipso facto,* esses indivíduos se constituam em partido político. O que definiria um partido desta natureza não seria, com um dado objecto, determinada acção, determinados meios, certos métodos, certos fins: o simples objecto seria a condição suficiente da existência de tal partido. Assim seja, se o sr. Mira tem nisso muito interesse: não gostamos de ser desmancha-prazeres, nem somos dos que arrancam às primeiras contra os grandes moinhos de vento das palavras. Simplesmente é necessário que a palavras se não prestem a confusões. Concedamos que somos um partido político; mas com a condição de nos concederem também que somos um partido político original, sem algumas das características essenciais que se julgavam inseparáveis de todo o partido político. A saber: que sendo democratas, não montámos nem montaremos nunca, como grupo, qualquer máquina eleitoral. Discutindo os actos e os princípios dos partidos republicanos, não fazemos guerra a nenhum deles. Aspirando a defender por todas as formas legítimas certas ideias de governo, não aspiramos a ser governo. Nem ao menos temos na forja uma revoluçãozinha — suprema abdicação de um partido político em Portugal! E tudo isto porquê? Porque julguemos nefastos, em princípio, os partidos políticos? Porque não reconheçamos a sua necessidade numa democracia organizada? Evidentemente que não. É porque julgamos que temos outra missão, nem mais alta nem mais baixa, mas diferente, a desempenhar na sociedade portuguesa. É porque entendemos que o ideal duma nação tem de ser definido pela sua *élite* intelectual. É porque julgamos que uma sociedade desorganizada como a nossa tem de encontrar em primeiro lugar um verdadeiro poder espiritual que ilumine as consciências, dite a verdade desinteres-

Slhi

sada, crie essa atmosfera moral sem a qual é impossível a verdadeira salvação. Não somos talvez dos mais competentes para realizar como políticos o que exige o interesse nacional; alguns dentre nós se consideram como autênticas incapacidades políticas. Mas há uma competência que eles se reconhecem: a de sentir e compreender o interesse nacional para obrigar os políticos a proceder em harmonia com ele. Em toda a parte as renovações políticas foram precedidas de renovações espirituais e de grandes movimentos de opinião. Fichte e Mommsen precedem Bismarck, como Mazzini precede Garibaldi e Cavour. Em política nada nasce por geração espontânea. E se esta *precedência do intelectual sobre o político* tem sido entre nós matéria desconhecida, é porque o intelectual português tem vivido fora do seu ambiente e do seu tempo: ele não tem sentido os mais altos deveres da vida. E quando um grupo de intelectuais, querendo sair dessa indiferença, vem à praça pública para exortar a *élite* portuguesa a cumprir o seu dever, não se compreende a significação do seu clamor e do seu protesto: trata-se, evidentemente, de um novo partido político. Assim a longa tradição do nosso alheamento e da nossa inércia perverteu as noções basilares do condicionalismo de todas as renovações nacionais. Não podemos cumprir a nossa mais alta função de intelectuais sem perdermos, desde esse instante, a nossa categoria de intelectuais!

Quanto à questão do regime, julgaríamos que a ninguém passaria despercebido que somos um agrupamento republicano. Dir-se-ia que não tem sido nas colunas desta revista que se tem feito a crítica do integralismo, e que estamos à espera da que porventura venha a fazer a imprensa diária republicana para definir a nossa atitude perante a república e a democracia...

O distinto jornalista passa depois a analisar a parte «constitucional» do nosso programa. E aqui as suas con-

Slhi

siderações escoram-se todas num equívoco. Quando falamos de «representação» das competências técnicas ao lado das políticas, não nos referimos à função executiva, mas à parlamentar. Condenamos assim o prosseguimento desse pleonasmo absurdo que é a existência de duas câmaras eleitas pelo mesmo corpo eleitoral, segundo o mesmo sistema de sufrágio e para os mesmos fins: em vez dessa inútil e redundante duplicação, concebemos a existência dum parlamento técnico, que estude e esclareça as questões, e de um parlamento político, que as resolva; de uma câmara que represente a *inteligência* e a *cultura* da nação, como a outra representa a sua vontade soberana. Querer as questões nacionais resolvidas ùnicamente pela decisão das competências, sem o acordo ou *veredictum* da nação, a que essas questões interessam, como pretendem os integralistas (e muitos que na república se não julgam integralistas) é o regime da autocracia dos técnicos, que pode ser muito diferente da política dos verdadeiros interesses nacionais: a «técnica» pode escolher os «meios» mais adequados de conseguir os «fins» socialmente mais condenáveis. Por outro lado, querer resolver essas questões ùnicamente pela vontade bruta do número, por um ou mais corpos legislativos saídos da eleição popular, não pode ser outra coisa senão o regime da incompetência. A nossa solução própria consiste na conciliação da inteligência dos melhores com a vontade da maior parte, da competência com a democracia, da *élite* com o número. Distinguimos os *fins* políticos e sociais, que são atribuição de todos, dos *meios* próprios para os atingir, que são função de uma minoria especializada. Assim estaremos certos que a democracia será o regime da vontade nacional, mas da vontade nacional *esclarecida.*

Todos esses paliativos de parlamentos *de eleição popular* funcionando por *secções técnicas,* que vejo para

Slhi

aí defendidos, são soluções tão irremissìvelmente vãs como a quadratura do círculo. Querer decompor uma assembleia política em assembleias técnicas, representa, na esfera constitucional, o mesmo absurdo que, na esfera da razão matemática, a decomposição dum círculo em quadrados.

Como se vê, estamos muito longe do superficialismo crítico dos que clamam por competências técnicas para as pastas ministeriais. Segundo essa crítica, o nosso mal seria a abundância de políticos. Como se não morrêssemos precisamente da falta absoluta deles (1)!

Tudo isto, e muito mais, será dito em tempo oportuno. É evidente que não podíamos descer a minúcias extremas. Desde já seja dito, porém, para tranquilizar o sr. Mira, que também julgamos que os ministros têm de ser, acima de tudo, políticos. O governo não é, para nós, na vida política normal, senão o fiscal do parlamento junto do funcionalismo, o nexo entre o legislativo e o executivo, um órgão de *contrôle,* e não de administração (2). Ideias similares têm sido defendidas em França por alguns escritores, entre eles por Henri Chardon. Separação das funções técnicas das funções deliberativas, no legislativo, separação das funções políticas das administrativas, no executivo, tal é o nosso programa de «separação de poderes», que melhor se

---

(1) Como se vê, é para nós ponto-de-fé que também é mister competência, e até, muita competência, para se ser político, quer dizer, ministro e parlamentar (tanto mais que a de político é a mais rara). Noutro artigo afirmamos que, embora excepcionalmente, um bom técnico pode ser também bom político, como o músico de Aristóteles poderia, acidentalmente, ser arquitecto. Mas não há nenhuma coexistência necessária dos dois dons. Também noutra parte dizíamos que os técnicos podem e devem pronunciar-se sobre os *fins* do político. Mas quem decide é o político, com a nação.

(2) Talvez melhor fosse dizer: «mais do que de administração».

exprimiria por «separação de competências». Enquanto este programa se não cumprir, não se organizará a república; integralismo e república falsificada serão dois erros políticos opostos, dois atentados igualmente revoltantes contra a natureza das coisas. É bom que se saiba que, ao terçarmos armas contra o integralismo, não temos aqui combatido pela República do sr. António Maria da Silva.

(N.º 14, 1 de Junho de 1922).

As delícias de Cápua dos aviadores

Fomos dos que mais aplaudiram a façanha de Coutinho e Sacadura. Chegámos a dizer que eram eles os únicos portugueses que mereciam as honras duma consagração nacional, fazendo assim contra-vapor às manifestações que se queriam levar a efeito em honra de Junqueiro, como às que se fizeram em louvor de António Cândido — pois que tanto a obra dum como a do outro nos pareciam destituídas de sentido verdadeiramente nacional. Uma nação inteira não consagra um poeta, só porque faz lindos sonetos; ou um engenheiro, porque levanta sólidas pontes; ou um pintor, porque pinta quadros inimitáveis. É necessário que esses sonetos, esses livros, esses quadros tenham um sentido, uma intenção, um valor nacional; que eles exprimam, ou o que há de mais alto no carácter dum povo, ou o que há de mais profundo e legítimo nas suas aspirações, ou o que lhe indica melhor o caminho do futuro. Não se dava isto com o grande poeta nem com o grande orador. Sendo a retórica o maior vício nacional, eles eram sobretudo duas expressões diversas do mesmo vício; Junqueiro em espe-

Slhi

cial, o de maior talento, não nos aparecia senão como o sacerdote máximo dum cabotinismo pretencioso e duma literatura sem miolo nem ideias (literatura de hipérboles, metáforas, jogos malabares e fogos fátuos), sem nenhuma preocupação humana, nenhuma emoção, nenhum sentido da grandeza da arte. Ele aparecia-nos, finalmente, como o exemplo genial (1), brilhante, lindamente facetado, daquilo que não devemos ser nem imitar. Um *anti-tipo,* e não um *tipo.* Não podíamos nem devíamos consagrar Junqueiro, porque o nosso mais alto dever é precisamente sermos diferentes de Junqueiro (2).

Os dois aviadores, pelo contrário, eram dois mestres de vida: erguiam-se sobre todos nós nas asas que o sopro da pátria inflara. Eram dois *revenants,* e dois homens do nosso tempo. Reatavam a tradição sem a reviver, e ressurgiam as empresas dos antepassados, sem delas fazer uma *reprise.* Tudo aquilo de que precisamos, o heroísmo, a dedicação, a audácia, o método, a ciência, o esforço, essa longa pertinácia e essa persistência inquebrantáveis que fizeram o segredo dos heróis quinhentistas, tudo isso eles nos ensinaram no seu feito. Eram dois portugueses de alma henriquíada e lusíada: revivia neles o espírito de Sagres...

Assim celebrámos o triunfo dos dois navegantes do ar, a quem Adamastor, nos rochedos de S. Pedro e S. Paulo, não conseguira entibiar o ânimo. Até aí a reedição dos *Lusíadas* saiu perfeita. Onde o *fac-simile* começa a tornar-se infiel, e a parecer-se mais com esses

---

(1) Havia aqui contradição com as outras afirmações sobre Junqueiro. Não há génio sem vasta e profunda inteligência e sem poder criador. Etimològicamente e psicològicamente, génio pressupõe criação. «Comparado a um génio, *isto é,* a um ser que *gera* ou cria...»: *assim falava Nietzsche,* no *Para além do bem e do mal* (afor. 206).

(2) Forma um pouco *outrée* de dizer o que eu pensava então sobre Junqueiro: muito talento, mas uma atitude pouco sincera perante a vida.

Slhi

cantos da *Gerusalemne liberata* de Tasso ou o *Orlando* de Ariosto, em que os heróis da Cruz se deixam prender nos encantamentos das Armidas, é por alturas do canto IX, no episódio da ilha dos Amores. Aí os dois nautas mostram-se muito abaixo da sua empresa e até — para que não o dizer? — da sua inteligência. E torna-se necessário gritar-lhes daqui, como o Poeta:

> ...Ó vós, que as famas estimais,
> Se quiserdes no mundo ser tamanhos,
> Despertai já do sono do ócio ignavo,
> Que o ânimo de livre faz escravo.

Exigia o lustre do acto e até a sua própria *teatralidade,* que Coutinho e Sacadura passassem no Rio como dois meteoros. Não quiseram; «estabeleceram-se» como dois bons burgueses dispostos a morder até ao fim a sua bela fatia de glória. Não compreenderam que a própria glória exigia que eles não se lhe mostrassem muito sensíveis. A glória é como as mulheres: ai daqueles que se babam em sua adoração! Esse abandono tão sensual e tão pouco viril dos dois homens nos braços de Cleópatra; esse disfrutar tão glutão e burguês das delícias de Cápua faz à fama do seu feito um mal enorme. Estão abusando da glória e exigindo dela o impossível. Não há prestígio que resista a trinta dias de jantares, missas campais, bailes, saraus, exibicionismos, discursos de D. Juans *parvenus*... Os dois heróis, dizemo-lo francamente, estão-se banalizando e comprometendo.

É preciso que os dois gloriosos aviadores não continuem a dar-nos este espectáculo deprimente do *aterrissage* dos seus espíritos. Que eles pairem sempre nas alturas em que vogou o *Lusitânia!* Ou acaso ter-se-iam derretido ao calor dos trópicos as asas de Ícaro?

(N.º 16, 1 de Agosto de 1922).

Slhi

Ainda os aviadores

O sr. Alfredo Pimenta bota artigo de fundo no *Correio da Manhã* sobre o nosso eco acerca dos aviadores. O artigo é absolutamente fantasioso e não faz justiça às intenções que ditaram o nosso comentário. Cumpre, porém, assinalar que o articulista não nos envolve no desprezo que revela pela imprensa republicana, e nos reconhece, dentro desta, um lugar à parte. Somos, segundo ele, a «Imprensa mais categorizada, a Imprensa verdadeiramente intelectual», «espíritos inteligentes e esclarecidos», «a coisa melhor que dentro das fileiras republicanas tem aparecido nestes últimos onze anos». Pena é que este espírito de justiça (se é que não há mesmo alguma coisa mais do que justiça nas palavras do sr. Pimenta) tivesse sofrido um grave desfalecimento ao analisar o articulista o nosso eco. Segundo o sr. Alfredo Pimenta, a nossa crítica teria como razão oculta o facto de os nossos gloriosos aviadores não terem proferido até hoje *(et pour cause)* uma palavra sequer de referência à República. Não lhes perdoaríamos que eles houvessem permanecido indiferentes perante o problema político, tivessem assistido a missas campais, e pisado o solo do Brasil sem erguer um morra aos jesuítas e um viva o sr. Afonso Costa. Eis o que se chama penetrar a fundo no espírito dos adversários!

Ora, não há um só leitor da *Seara Nova,* monárquico ou republicano, que possa acreditar no nosso jacobinismo. Todos reconhecem (e reconheceu-o o *Mundo* num eco publicado a propósito do artigo do *Correio da Manhã*) que detestamos o facciosismo político como uma ascorosa lepra da pele; que temos por todas as estreitezas sectárias uma verdadeira aversão fisiológica. Temos disso dado aqui, cremos, provas superabundantes. Se alguma

Slhi

coisa não perdoaríamos aos nossos dois heróis seria precisamente o que o sr. Pimenta finge julgar que lhes exigiríamos — o mau gosto de se declararem, num momento em que toda a nação se unia em volta deles, monárquicos ou republicanos. Foram os monárquicos, só os monárquicos, que chamaram a atenção para o singelo facto dos dois aviadores terem assistido a cerimónias religiosas — eles afinal, só eles que puxaram a brasa à sua sardinha. Sabendo de si, curam de aquilatar o próximo pela mesma bitola: inútil tarefa quando aplicada a nós outros, que temos dado sobejas provas de liberdade e largueza de espírito. Além disso, a nossa alma é bastante clara e as nossas intenções bastante rectilíneas para não dizermos nos nossos comentários tudo quanto temos a dizer; somos fundamentalmente incapazes, por uma questão de temperamento e de carácter, de motivos ocultos, pensamentos reservados ou intenções maquiavélicas. Tudo quanto é feminino, capcioso, indirecto, fica completamente para fora dos recursos do nosso espírito. A verdade é que admiramos tanto ou mais do que o sr. Pimenta os nossos dois imortais aviadores; mas isso mesmo nos leva a desejar que eles estivessem sempre à altura da nossa admiração. Agrada-nos que os grandes homens subam ao capitólio; mas a atitude de quem se comove e deixa vencer pelo triunfo não é para nós uma atitude capitoliana. O homem verdadeiramente superior deve ser sobretudo superior à própria glória. Na travessia pelo Brasil tem havido um excessivo e desregrado prazer da apoteose. Há aí qualquer coisa que choca o sentimento da medida; ora a sua empresa imortal foi sobretudo o triunfo da medida. Estão atraiçoando, pois, o seu próprio pensamento e a sua própria obra. Fotografias como as que publicou o *A B C* em 24 de Agosto comprometem inùtilmente o seu brio de homens e de heróis: quadro de revista do ano, que achincalha e ridiculariza. Todos nós,

Slhi

mais ou menos, pensamos isto, e se fomos os únicos que tivemos o ânimo de o declarar no meio da mudez das gentes apoteóticas, foi muito naturalmente porque não nos sujeitamos a idolatrias incondicionais e sobretudo porque não precisamos de «captar» para a nossa «política» os dois grandes portugueses. O que tanto monta dizer que aqui, como em tudo o mais, desprezamos a «força das conveniências» a que se refere o sr. Pimenta.

(N.º 18, 5 de Outubro de 1922).

A missão ao Brasil e o Dr. Jaime Cortesão

O nosso amigo dr. Jaime Cortesão foi envolvido nos azedos comentários que a maior parte da imprensa teceu sobre o envio da missão ao Brasil. O sr. Augusto de Castro, num artigo que lembraria terrìvelmente, pela nebulosidade e alta transcendência especulativa, a *Crítica da razão pura* de Kant, se não se parecesse mais nos intuitos e na confusa traça racional com a erística dos sofismas, afirmou que nenhum dos membros da comitiva tinha o direito de representar a intelectualidade portuguesa — como se a missão ao Brasil fosse uma representação da intelectualidade pura, indeterminada e abstracta, simples exposição de aves raras obrigadas a não deixar sair do bico senão os ditos de ouro de Marco Aurélio, indo pavonear-se às terras de além-mar para que lá se soubesse que Portugal também ser gente, e não para a defesa de determinados interesses materiais ou intelectuais do nosso país.

Encarada assim a missão sob este ponto de vista abstracto e teatral, estranhamente despido de toda a

Slhi

preocupação terrena, evidentemente que a missão ao Brasil se caracteriza por uma grande ausência de «chavões»: não foram Guerra Junqueiro, Teófilo Braga, Gomes Teixeira, Basílio Teles, sei lá quantos! O pior, para a crítica do sr. Castro, é que a missão parecia visar a certos fins precisos (tratados de comércio, convenção literária, etc., etc.) e não à exposição desinteressada e desvanecida da «baixela Germain» da nossa intelectualidade. Foi realmente pena que não tivéssemos enviado ao Brasil um certame de intelectuais domesticados, obedecendo às mesmas profundas razões por que do Brasil nos enviam as araras e as catatuas — para espantar as gentes — e é isto que lhe não perdoa o sr. Augusto de Castro.

Por seu lado, o sr. Cunha e Costa entende que Jaime Cortesão é um intelectual... e pêras. Tal é o nome finamente irónico e gracioso com que o famoso jornalista (campeão do mundo, com o sr. Alfredo Pimenta, no acrobatismo das convicções) quis delicadamente mimosear os membros todos da missão, excluindo, segundo parece, o dr. João de Barros. Não precisa evidentemente o poeta viril e sincero da *Morte da Águia,* o cantor da *Glória humilde,* o artista do *Infante de Sagres,* o combatente voluntário (e não simplesmente cronista) da Grande Guerra, que o defendamos aqui dos grosseiros ataques da doidejante filomela política. Poucos nomes há hoje no nosso país com mais prestígio que Jaime Cortesão, pela sua obra, pelo seu valor pessoal, pela distinção do seu trato, e ainda pela altíssima situação que ocupa como director da nossa Biblioteca Nacional. Quando de simples representação pura da intelectualidade portuguesa se tratasse (como o entende o sr. Augusto de Castro), não vejo hoje muitos nomes que pudessem emular com o de Jaime Cortesão nesse certame do pensamento e da arte. Mas tratando-se duma convenção literária com o Brasil,

Slhi

em que as maiores vantagens, diga-se de passagem, serão para Portugal (basta dizer-se que receberemos na nossa Biblioteca todos os livros impressos na República irmã), ninguém estaria mais naturalmente indicado do que ele. Seria ocioso demonstrá-lo. Foi *the right man* para *the right place*. Que significa, pois, o alarido das vestais? Será porque a *Seara Nova* tem recusado obstinadamente, apesar de viver numa situação financeira pouco desafogada, o auxílio que várias vezes lhe têm proporcionado as potências do dinheiro, e levado o seu escrúpulo até ao ponto de não aceitar a publicação, por um conto de réis, dum anúncio, relativo à administração colonial do sr. Norton de Matos, *que toda a imprensa, incluindo a monárquica, publicou por esse preço* (e isto quando não temos pelo sr. Norton nenhuma espécie de antipatia ou desconsideração), escrúpulo que nos leva mesmo, neste procedimento rectilíneo que traçámos, a pagarmos os próprios bilhetes de teatro — foi por esta situação excepcional dentro da imprensa portuguesa, quase toda ela a soldo da Moagem, dos Fósforos, dos Tabacos, dos Soutos Maiores, dos Mendonças, dos Rugeroni e *tutti quanti*, quase toda ela ligada ao sistema de exploração oligárquica que caracteriza a nossa vida nacional, foi por esta situação, que institui a *Seara Nova* na voz mais livre e independente que se tem erguido neste charco de interesses, que grande parte dos jornais lambeu os beiços ao julgar que poderia atirar sobre os telhados do vizinho uma pequenina pedra? Que as vestais calem aqui o seu coro inflamado de pudicícia. O sr. Jaime Cortesão não pediu para ir na embaixada; não o pediu, mas também não o recusou: o sr. Jaime Cortesão foi ao Brasil pelo mesmo motivo que foi à guerra da Flandres — porque esperou com isso prestar um serviço ao país. E se a outros apraz mais a situação de cronistas da Grande Guerra, aspirantes à legação de Paris e críticos da missão

Slhi

intelectual, isso não é com ele, nem connosco. Nem lhe falta a consolação de ter corrido, no *Porto,* graças à criminosa incúria dos nossos, os mesmos perigos que correu na Flandres...

(N.º 18, 5 de Outubro de 1922).

1923

O civismo e o regabofe nacional

Feriados e tolerâncias de ponto nas repartições públicas desde o dia 1 de Outubro a 15 de Novembro: 1 de Outubro, domingo; 5, aniversário da proclamação da república portuguesa; 8, domingo; 11, regresso do presidente da sua viagem ao Brasil; 15, domingo; 22, domingo; 26, regresso dos aviadores da sua viagem aérea ao Brasil; 29, domingo; 5 de Novembro, domingo; 11, aniversário do armistício; 12, domingo; 15, aniversário da república no Brasil: 12 dias feriados para 33 úteis; isto é, mais de 1 feriado por 3 dias de trabalho! Isto fora os feriados que por si mesmos decretam os senhores funcionários públicos. Comemorar o trabalho alheio com o regabofe próprio continua a parecer a esta gente como a mais bela afirmação do civismo. E passamos assim a vida a nada fazer em certos dias, pelo simples motivo de outros terem feito alguma coisa...

Reparar que naquela lista da madracice cívica aparece três vezes o nome do Brasil; adicionando o aniversário da descoberta, temos quatro; e a manifestação a Coelho Neto, que está no choco, cinco. Eis por quanto nos ficará, este ano, a expedição de Pedro Álvares Cabral. Achamos bem; e fazemos sinceros votos por que alguém mais vá, parta, regresse ou voe sobre o Brasil, para esse feito assim se traduzir tão magnìficamente no esforço

Slhi

de ressurreição que com estas manifestações e comemorações patrióticas se está realizando em Portugal. Simplesmente ousamos pedir, com a maior vénia, aos poderes constituídos, a suprema ventura de declarar também feriados nacionais os aniversários da proclamação da república na Checoslováquia, Andorra e S. Marino. Nesse dia teremos atingido finalmente as supremas culminâncias do mais acendrado civismo!

...E ainda havia ingénuos que esperavam da bela aventura aérea o começo da nossa regeneração! Se há mais uma dúzia de pessoas que se lembrem de fazer alguma coisa em Portugal, não há que ver, estamos perdidos.

(N.º 20, Janeiro de 1923).

O plebiscito

Realizou-se o plebiscito... nas eleições para as juntas de paróquia. A grande massa republicana cumpriu briosamente o seu dever, dando assim a garantia de que se pode contar com ela nas urnas, como se contou com ela em Monsanto. Separam-nos muitas dissenssões, e têm-se produzido entre nós muitos conflitos; mas quando se trata de nos pronunciarmos sobre a existência do regime, todos nós estamos de acordo. É este um ponto sobre o qual não há entre nós, é evidente, divergências possíveis. Esta verdade à Mr. de la Palisse esquecem-na, porém, muitas vezes os monárquicos: e daí as amargas ilusões que periòdicamente sofrem, e de que não há maneira de curá-los. — Se rejubilamos com o triunfo do regime, não podemos considerar as agressões de que foram vítimas alguns prestantes cidadãos monárquicos (e entre eles especializaremos o sábio dr. José Maria

Slhi

Rodrigues) senão como uma violência revoltante e a demonstração sobeja daquele princípio, já anunciado por Bruno, de que não é republicano quem quer e o diz ser. Todo o republicano *de verdad* admite a liberdade do adversário como a condição essencial da sua própria liberdade: ele não poderia admitir (ao contrário dos reaccionários) uma liberdade que fosse unilateral e de que só ele tivesse o usufruto. República democrata com cacete implica uma contradição nos termos. Demais, quando os monárquicos correm às urnas, dão, como nós, a sua adesão formal à democracia, aceitam da democracia o que ela tem de fundamental. Para quê, pois, tiros, cacetadas, quando, afinal de contas, somos tão bons correligionários?

(N.º 20, Janeiro de 1923).

Fora de portas

(A Inglaterra e a Itália)

Enquanto na Itália os desvarios do comunismo anárquico trouxeram a infalível reacção conservadora com a mão de ferro e o *panache* de Mussolini e sua corte de «cavaleiros», na Inglaterra, a lenta, a fleumática, a serena Inglaterra, o partido trabalhista alcançou nas últimas eleições um triunfo que teve o condão de assombrar e introduzir o pânico nas massas burguesas. E a ponto tal foi esse triunfo que a ninguém é lícito ter dúvidas sobre a sua exacta significação e as suas inevitáveis consequências: o socialismo inglês é hoje, sem contestação, o segundo partido de governo da Grã-Bretanha. Lição formidável para os que crêem possível a manutenção da actual estrutura económica, com a sua desorganização e as suas desigualdades, os seus «bambúrrios» e acasos, a sua falta de plano racional; mas não menos

Slhj

formidável, mister é reconhecê-lo, para os que julgam possíveis as mutações bruscas das instituições sociais e esperam remodelações profundas do estatuto económico sem a formação dum escol directivo compenetrado de novas ideias e a aquisição para a causa dum número relativamente elevado de chefes de indústria.

A verdade é que só é vencedor aquele regime que, numa determinada fase da vida social, melhor pode garantir a *ordem* — e chamo aqui ordem, evidentemente, não à tranquilidade aparente, à ausência de conflitos nas ruas, à disciplina mantida à força de espada, que é uma ordem artificial e precária, uma máscara mantendo sob a sua exterioridade um pavoroso conflito imanente, pronto a explodir no momento mais oportuno, mas à verdadeira ordem, que se manifesta por uma organização perfeita da actividade, uma disciplina consentida e uma sólida coesão social. O socialismo só poderá, pois, realizar-se e manter-se na medida em que garantir uma melhor ordem social.

E profundamente iludidos estão os que supõem que poderão instaurar a justiça sem garantir a ordem, ou garantir a ordem sem realizar a justiça. No primeiro caso, a sociedade que quer viver, e para viver necessita de ordem, obtê-la-á de qualquer maneira: estará madura para um ditador, — é o caso de Mussolini. No segundo caso, não há espadas que possam sustentar de pé um regime de violências e de injustiças, quando soou a hora de as consciências se esclarecerem e das boas vontades se congregarem; o que subiu pela violência acabará pela violência: é o caso dos ditadores que se não resignem a fazer concessões às novas exigências do trabalho,—será, ainda desta vez, porventura, o caso de Mussolini. Mussolini é filho da táctica comunista italiana, como Macdonald é filho da táctica trabalhista inglesa. A sua alma, sua palma.

SIhi

Inúteis, pois, todos os esforços, todas as quimeras, todas as resistências. Preguem o que pregarem, façam o que fizerem, no fim de tudo é o partido da ordem o que acabará por triunfar.

(N.º 20, Janeiro de 1923).

A salvação nacional e os movimentos revolucionários

Está visto: continuamos a procurar, com uma obstinação digna de maiores empresas, a resolução da quadratura do círculo. Não há imbecil ou aventureiro que use uma espada ou tenha lâmpada acesa nos corrilhos políticos que não ambicione salvar o país, por uma zaragata triunfante. É esta a solução que, digam lá o que disserem, vêem sempre diante de si todos os que em Portugal vieram ao mundo com o genial sestro de salvadores. E se se lhes pergunta o que têm para nos dar depois do triunfo, respondem uns: boas intenções; e outros: planos. Dos homens, da «atmosfera» e das condições reais do ambiente social ninguém cura. Todos os nossos «salvadores» sentem mais ou menos, ligada ao cóccix, uma rudimentar costela de demiurgo.

E o mal vem exacerbando-se e tomando dia a dia aspectos mais perigosos e ameaçadores. Não se prolonga debalde um período revolucionário sem trazer à supuração os piores instintos da vasa ignóbil onde se geram. Não se acendem as fogueiras sem atrair os lacraus. Os instintos criminais acham um derivativo nessa explosão de fortes sentimentos anti-sociais. Perde-se a noção dos *fins* revolucionários, para se tornarem as revoções um puro diletantismo, um desporte, uma simples

actividade de jogo. Cada vez se colhe mais na vasta rede dos criminais, dos apaches e dos inadaptados, e por isso de cada vez se desce mais na escala da humanidade e da generosidade revolucionárias. Crescem os ódios. Tecem-se os planos sinistros. Aumentam as vocações patibulares. O 19 de Outubro seria uma brincadeira inocente ao lado das chacinas formidáveis que andam na forja.

Mister, porém, é reconhecer que todas as classes preparam e justificam até certo modo este desenlace violento duma situação já de si alarmante. Todas elas colaboram na desordem, porque todas elas desatam os vínculos sociais, afirmam os direitos ilimitados do egoísmo individual, e sobrepõem aos interesses colectivos o domínio absoluto dos baixos apetites e das sórdidas ambições. Digam-nos os agricultores que não lavram, os comerciantes que espoliam, os especuladores que fazem o jogo dos câmbios, os industriais que colocam os seus fundos no estrangeiro, os jornalistas que se enfeudam aos grupos bancários, digam-nos todos eles, com a mão na consciência, qual pode atirar aos amotinados das revoluções a primeira pedra. Chamar apenas revolução, desordem, anarquia às explosões violentas do ódio, é uma limitação ilegítima do significado das palavras. Uma sociedade em que o egoísmo não tem freio, em que se perdeu o sentido dos interesses vitais da colectividade, em que todos contribuem para desatar cada vez mais os vínculos sociais, é uma sociedade em estado permanente de insurreição, não já contra tal ou tal governo, *mas contra os próprios fundamentos de toda a espécie de sociedade*. É essa a pior das revoluções, porque é ela que ataca directamente, dilacera e destrói as fibras todas do organismo social. De facto, não é a política do Estado, mas toda a vida da nação que está errada.

A *Seara Nova* reconhece desde o seu primeiro número estes erros e vícios fatais da vida colectiva, que

Slhi

nos levam à franca liquidação. Mas não esperou, não espera, nem esperará nunca dar-lhes remédio com os elixires ilusórios das revoluções. Somos contrários aos movimentos revolucionários, em primeiro lugar, porque somos democratas de convicção, e por princípio nenhum queremos impor ao país métodos e planos governativos de cuja benemerência e eficácia ele não esteja convencido. Sentimo-nos com pouca vocação para Giraldos sem Pavor, tomando por escalada nocturna as repartições do Terreiro do Paço. Somos, em segundo lugar, contra os processos revolucionários, porque sabemos que não há reformas possíveis sem um fulcro poderoso numa parte considerável da opinião pública. *Nenhum governo se pode firmar nas espadas se não se firma primeiro nos espíritos*. Viu-se com as juntas militares, viu-se com o 19 de Outubro. Tinham todos os elementos de força: faltava-lhes apenas o imponderável. E o imponderável é ainda o que pesa mais na existência, longa ou efémera, dos movimentos políticos. — E poderíamos dizer ainda que somos contra os movimentos revolucionários, porque não sonhamos com salvações à Mussolini, com visões de mágica e palácios encantados de miragens. Os fundadores da *Seara Nova* começaram por pôr, logo desde o primeiro número desta revista, a hipótese das soluções a longo prazo. Sabem que o governo nacional que urge constituir não poderá fazer outra coisa senão pôr os termos do problema e preparar uma geração que possa arcar com as responsabilidades da independência duma pátria. Quase todos nós ligamos ao problema da educação a importância suprema. Porque bem analisadas as coisas, sempre se vem a confessar que, no fundo, o maior mal que existe, e de que todos os outros derivam, reside na própria qualidade do homem. «Nada disto de vida nova — escreve no *Lázaro* o sr. Ezequiel de Campos — se pode fazer sem remodelar a mentalidade do escol português.» Toda a

Slhj

verdadeira solução é impossível sem a resolução dessa questão prévia, mesmo quando se nos apresentem os planos mais concretos e aparentemente mais realistas de governação. Até lá podemos dizer desses planos que quanto mais concretos mais quiméricos.

A salvação nacional tem, pois, de ser, pela irremissível fatalidade das coisas, uma obra necessàriamente lenta. A isso temos de nos resignar, se não nos queremos abandonar aos jogos de cabra-cega políticos, ou renunciar pura e simplesmente à felicidade, pelo simples motivo de a não podermos disfrutar imediatamente — duas atitudes igualmente irracionais e anti-humanas. A salvação nacional exige um máximo e um mínimo de cepticismo: nem a confiança absoluta nem o desespero mortal. Ora esta modesta e paciente atitude é incompatível com a mentalidade dos «salvadores».

Que cómicas ou trágicas surpresas nos reservará ainda o destino?

(N.º 20, Janeiro de 1923).

L'État, c'est moi

«Les Dieux s'en vont». E eis um Deus que o sr. Mussolini, qual Édipo matador de esfinges e dragões, acaba de liquidar com toda a franqueza: o espantalho da opinião pública. Para ele já não existe. Assim teve o desplante de se exprimir em plena assembleia das nações.

adventavit asinus
pulcher et fortissimus

No seu país, diz o ditador, há uma única opinião que o interessa: é a sua; o mais não conta; *L'État, c'est moi.* — É, como estão a ver, o triunfo pleno da democracia,

que a França, a Inglaterra, os Estados-Unidos e a própria Itália apresentaram como o objectivo supremo da Grande Guerra (1).

...Nem já se oferecem dúvidas que, sob este Rei-Sol, com gestos e atitudes de Napoleão em perspectiva de Waterloo, a Itália navega em franca regeneração. Segundo escreve um exaltado apologista da nova ordem de coisas, o jornalista sr. Tedeschi, o seu país atingiu um tão culminante grau de consciência e de sensibilidade moral, que os atentados à vida, à tranquilidade, ao decoro e à honra dos cidadãos cometidos dia a dia pelos fascistas na sua *primavera di belezza,* já não conseguem arrancar meia dúzia de linhas ao noticiário das gazetas! Assombrosamente edificante. Não sei porquê, me vem Swift à lembrança; mas devo dizer-lhes que tão refrigerante como isto só conheço aquelas sombrias palavras de Swift nesse formidável *Modest proposal* em que, com uma mestria admirável de aparente cinismo literário (ocultando no fundo, certamente, a mais latejante revolta que ainda surgiu num coração humano), aconselhava os ingleses a comer as criancinhas da Irlanda.

Quando uma nação, como a Itália, atinge tal estado de espírito público, passa com a mais fulgurante audácia

---

(1) Realmente os fundamentos morais apresentados em geral pelos chamados Aliados para a plena justificação da sua guerra «defensiva» eram, como todos estão bem lembrados, a causa da independência das pequenas nações e o asseguramento e fortalecimento da democracia. Pequenas nações ainda toda a gente as viu formar um pouco por aqui, por ali (à espera, é certo, duma fase de movimentos em sentido contrário, duma fase de reconstituição de velhos conjuntos, de se presenciarem um dia ainda maiores, como é um pouco o caso do *redivivo* Sacro Império germânico, como se diria em linguagem da *Cruzada*). Fortalecimento e asseguramento das democracias é o que se está vendo hoje também um pouco por toda a parte, na Itália, na Rússia, na Turquia, na Polónia, na Espanha, na Áustria e em Portugal. No que errei, porque supus o contrário.

Slhi

para além do bem e do mal, e realiza magnìficamente em si o Super-homem.

Assim falava Zaratustra. Mas lembre-se o sr. Tedeschi também... do eterno retorno.

(N.º 21, Fevereiro-Março de 1923).

"Seara Nova" — Remodelação

Tendo-se reconhecido a necessidade de uma maior unidade de doutrina e de um *contrôle* mais eficaz de todos os artigos destinados à publicação, foi decidido pelos membros do grupo *Seara Nova* que o número de directores desta revista se reduzisse ao estritamente indispensável. Ficou, pois, esse grupo constituído por todos aqueles que poderiam consagrar à *Seara Nova* um esforço mais contínuo, os antigos directores Câmara Reis, Faria de Vasconcelos, Jaime Cortesão e Raul Proença, a que se junta hoje o nome cheio de prestígio do espírito mais lúcido, mais penetrante e mais sólido da moderna geração, o homem que, nos seus admiráveis *Ensaios* de 1919, fez a crítica do pensamento nacional, o inventário das nossas mais perigosas ilusões e das nossas mentiras mortais, o processo minucioso da decadência do nosso escol, e marcou algumas das directrizes fundamentais da reforma a realizar. Não podemos ocultar que essa adesão preciosíssima representa o maior triunfo ainda obtido pela *Seara Nova*. Efectivamente nenhum dos homens da *Seara Nova* ignora que as suas conquistas se têm de reduzir nos primeiros tempos aos verdadeiros valores de *élite*. Mas também nenhum desses homens desconhece que quando o nosso grupo tenha obtido a adesão de cinco ou seis criaturas do valor de António Sérgio — não só

Slhi

literatos, não só artistas, não só eruditos — mas sobretudo homens que tenham a capacidade das ideias gerais, o interesse das questões políticas, o maior idealismo de doutrina unido ao mais objectivo realismo dos processos, e uma energia inflexível posta ao serviço da salvação nacional — nesse dia a crise portuguesa entrou, decididamente, em caminho de solução. Foi sempre assim, em todos os tempos da história; o próprio cristianismo, a maior empresa colectiva realizada, na esfera das consciências, pela civilização, partiu nas suas origens de um apostolado de doze homens. Antes de imprimir uma nova direcção à vida de um povo, — constituir o escol que lhe há-de dar essa direcção.

Todavia, nem a redução do número dos antigos directores, nem a adesão de António Sérgio alterarão a linha doutrinal e os processos de combate construtivo até aqui seguidos pela *Seara Nova*. A *Seara Nova* ficará — não precisamente o que os seus detractores pretendem que ela seja, mas o que dela quiserem fazer os seus fundadores. Continuaremos, pois, a ser democratas — quer dizer, a reconhecer apenas como válidos os actos governativos aceites e impostos por uma *opinião pública* esclarecida — *o que é justamente o contrário da demagogia,* que consiste no domínio dos corrilhos e no sectarismo das paixões políticas. Continuaremos a ser republicanos de tendência socialista — quer dizer, a aceitar o princípio da intervenção do Estado na regulamentação das actividades, para pôr termo na medida do possível à anarquia económica, e estabelecer progressivamente a maior justiça distributiva compatível com as condições necessárias de todo o trabalho colectivo e os interesses da produção — *o que é justamente o contrário do bolchevismo,* pois que nem este admite qualquer espécie de «progressividade», nem procura realizar, no fundo, a justiça distributiva, nem respeita as condições reais do exercício das

Slhi

actividades económicas. Continuaremos a ser partidários duma profunda reforma nacional — quer dizer, duma modificação estrutural, orgânica, da nossa vida colectiva — *o que é justamente o contrário dos intuitos que têm presidido aos vários movimentos revolucionários de todas as cores políticas,* pois que estes só procuram alterações nas tabuletas ou no predomínio das clientelas. Continuaremos finalmente a manter no problema *político* da religião, isto é, nas relações entre esta e o Estado, a mesma atitude de não perseguição — *o que é justamente o contrário do proselitismo sectário,* que pretende instituir em modos de ser obrigatórios simples convicções pessoais.

Continuaremos assim:

— a aceitar como bons os métodos governativos da democracia, e portanto a intervenção da vontade geral da nação, sob a forma de *parlamento político,* nos actos de legislação e administração nacional, ainda que reconheçamos a necessidade de essa vontade ser esclarecida pela competência dos melhores, e de uma colaboração efectiva organizada entre os políticos e os representantes das profissões, reunidos numa espécie de *parlamento técnico,* de missão esclarecedora e consultiva, com direitos de proposição, mas sem voto deliberador, pois que o congresso político continuaria a ser o único órgão supremo do *contrôle* e da vontade nacional;

— a defender a necessidade de coarctar os abusos da riqueza, opondo-nos assim ao *laissez faire, laissez passer* do liberalismo económico. Reconhecemos em toda a sua plenitude a propriedade dos instrumentos de consumo, e como exigida (pelo menos) pelo estado actual do mundo, a propriedade dos próprios instrumentos de produção, mas não esquecendo: *a*) que o direito de propriedade não é um absoluto, e que portanto ele tem de se limitar e «constitucionalizar», por assim dizer, por um

Slhi

conjunto de medidas que lhe fixem o exercício, lhe marquem as indispensáveis restrições, lhe tirem o seu carácter soberano e irresponsável, e o impeçam de colidir com o maior bem da comunidade; *b*) que o direito de herança deve ser limitado ao indispensável para constituir um móbil da actividade individual, devendo ser suprimido sempre que se reconheça à evidência que ele não tem nehuma influência benéfica na produção ou na conservação das riquezas;

— a combater enèrgicamente todos os motins revolucionários e a própria ideia de salvar a Pátria por métodos catastróficos — essa ideia brutalmente absurda de que o que é preciso é uma limpeza geral, um mundo novo formado sobre os escombros do mundo velho, sem se saber *para quê,* nem *porquê,* nem *como,* nem *com quem;*

— a afirmar a independência da religião e da política. Há na *Seara Nova* quem seja religioso, e arreligioso. Mas nem os religiosos pretendem uma confissão do Estado, nem os arreligiosos o silêncio alheio ou a transposição do seu irreligiosismo doutrinal em anti-religiosismo político, *porque tudo isso são formas diferentes da mesma tirania dogmática e da mesma invasão ilegítima do Estado nos domínios invioláveis da consciência;*

— finalmente, continuamos a desejar a organização e predomínio de uma *élite* generosa, inteligente e sabedora; a disciplina social, fundada na disciplina intelectual, na moralidade governativa e na prática da justiça; a combater a política de expedientes ou de tendências vagas e indefinidas; e a não crer na eficácia de uma obra de governo que não seja a execução de um plano sistemático, com ideias concretas de administração, e prèviamente propagado num contacto imediato com a opinião pública.

Slhi

Seremos, pois, o que sempre temos sido até aqui — não por teimosia, mas por convicção. Todos os que julgaram que outras ideias defendíamos, ou nos não leram, ou nos não souberam ler. Aos primeiros, pedimos a abstenção na crítica; aos segundos, um esforço de compreensão.

(N.º 22, Abril de 1923).

A União Cívica e a "Seara Nova"

Uma nação é apenas, meus senhores, o que dela faz a sua élite — *R. P. (*Seara Nova, *n.º 1).*

Os membros do grupo *Seara Nova* têm revelado, sobre os problemas sociais e políticos, ideias e tendências próprias. Nunca eles ocultaram as suas simpatias pelo socialismo objectivo e realista, um socialismo sem alucinações nem pressas febris, que não desconhece a natureza humana, o carácter forçosamente evolutivo das transformações sociais, e é animado acima de tudo pela intenção de pôr termo à anarquia económica e de realizar uma ordem mais perfeita. Nunca em caso algum eles renegariam essa atitude, que foi afirmada desde os primeiros números desta revista. Mas não os impede isso de ser portugueses, e de desejar, acima de tudo, o bem-estar da pátria comum: *se há uma política que as necessidades nacionais de momento imponham, não seriam as suas concepções particulares que os impediriam de dar a sua adesão a essa política.* Reconhecendo-se, pois, de todos os lados, a necessidade instante de carrilar noutro rumo a existência nacional — de marcar o sentido das mais urgentes transformações — de substituir o regime de

Slhi

acaso em que temos vivido por um plano de vida, um plano concatenado de reformas, visando à reconstituição do país pelas modificações essenciais da estrutura económica e do tipo nacional — nunca negámos o nosso esforço a todas as tentativas que tivessem aquele objectivo — e, claro está, se fizessem com o espírito e os métodos preconizados pela *Seara Nova,* e um mínimo, se assim podemos dizer, de *radicalismo,* quer dizer, de moderação das supremacias plutocráticas e de justiça social.

Aceitando em toda a sua plenitude os métodos democráticos, que pressupõem a formação duma opinião pública consiste e só admitem as revoluções políticas em que a nação inteira colabore (1), repudiámos sempre com energia toda a intervenção nos movimentos revolucionários de surpresa, nas ciladas nocturnas, nas maquinações das alfurjas políticas, em que se sujeita o país ao regime da aventura e do capricho individual, sem lhe reconhecer, não digo já o direito de o consultar, mas mesmo de o esclarecer, e se instauram situações infalìvelmente condenadas a sossobrar pela rarefacção crescente da atmosfera revolucionária que os fizera surgir. Reconhecendo que a salvação nacional só pode provir de um longo esforço colectivo e progressivo, de uma obra necessàriamente lenta, que exige uma acção contínua e pertinaz, negámos sempre o nosso auxílio a tentativas que se limitassem à formação de um governo de força, decretando por assim dizer a salvação nacional por um golpe de Estado da sua vontade omnipotente, e ignorassem a necessidade absoluta de constituir, acima ou ao lado dos governos, um grande troço de *élite agissante,* ligada por uma salvadora «fórmula de aliança» e uma mesma aspiração nacional, um órgão supremo da cons-

(1) Nisto de «nação inteira» houve um deslise de expressão. Devia-se ter dito: «a maioria da nação».

Slhi

ciência cívica e da *vontade deliberada de salvação,* que garantisse a continuidade do pensamento e da acção reformadoras. Finalmente, a nossa atitude política, se não era exclusiva das nobres transigências e das conciliações necessárias, impedia-nos, porém, de ingressar em pretensos movimentos nacionais (como o da Cruzada), que, em vez de caminharem para uma maior efectivação da justiça, pareciam empenhados em promover uma reacção conservadora e em assegurar e consolidar as supremacias plutocráticas. Mas sempre que, dos pontos mais distantes do horizonte político, se apelou, dentro das condições expressas (que são as condições *mínimas* dum entendimento) para a nossa solidariedade, nunca recusámos juntar os nossos esforços aos de todos os homens bem intencionados.

Como poderíamos recusar? Em nome da nossa intransigência? Mas não temos, por nós, o prazer das posições singulares e das irredutibilidades doutrinárias. Transigir não é abdicar (1). Ao contrário de muitos outros portugueses, que procuram divergir a cada momento, ou fingir, pelo menos, que divergem (a única maneira, muitas vezes, de provar que temos ideias, consiste em desfazer nas ideias dos outros), sentimo-nos animados acima de tudo por um desejo fervoroso de conciliação. Recusaríamos em nome do nosso idealismo? Mas as ideias não foram feitas para nos diminuir, para nos inutilizar na acção, para nos talhar coletes de forças, para nos traçar círculos defensivos, muralhas da China, redutos insuperáveis em que cada um se intrincheira e torna impossível toda a obra em comum. As ideias não são as eternas inibidoras, mas as eternas criadoras e as eternas fertilizadoras. Aceitamos aquelas que nos permitem um acréscimo de eficácia e nos aumentam em

(1) Deveria talvez ter escrito: «nem sempre é abdicar».

humanidade e dignidade social, e não as que se tornam instrumentos de isolamento, de renúncia ou de divisão. *Fazer do nosso ideal uma tarefa* — eis ao que nos leva a nossa sede de idealismo. Uma tarefa, digo, e não uma distracção, uma atitude literária ou uma quimera gratuita. É bonito entrincheirarmo-nos numa atitude sobranceira e inacessível, com a remuneradora condição de não descermos à liça. Viver um grande ideal — isso exige por vezes o desprezo das grandes frases e a renúncia a grandes ambições imediatas; mas um ideal que se não vive é um ideal que só tem existência na terceira circunvolução do lóbulo frontal. Compreender as limitações impostas pelo existente, ter o sentido das oportunidades, atender às resistências que nos oferece a sociedade concreta, tal é a condição eterna de todas as realizações sociais. Acção social pressupõe sempre, infalìvelmente, oportunismo — por outras palavras, o ideal pressupõe a consideração do real, o espírito a consideração da matéria, as grandes aspirações humanas as grandes imperfeições humanas. Amamos bastante o ideal para o querermos atingir pela única maneira que a realidade comporta — por aproximações sucessivas. Eis porque preferimos todos os oportunismos legítimos aos idealismos de torres-de-marfim.

Não é, pois, para espantar que, quando, em princípios de 1922, surgiu um grupo de homens com uma tentativa de movimento nacional por meios profundos e segundo os métodos democráticos, nós tivéssemos achado possível traçar, para além de nós, e dos srs. Ferreira da Silva, Trindade Coelho, João de Deus Ramos, Herculano Nunes, Pinto de Lima e alguns outros, que hoje vivem abrasados num desejo imoderado de singularidade, defendendo os direitos do seu temperamento pessoalíssimo da acção dos *outros* — os *inimigos,* na frase do Barrès da fase anarquista —, nós tivéssemos achado

possível traçar, ia eu dizendo, essa «órbita de estrela» de que falava Nietzsche e que conglobar pudesse as pequeninas órbitas particulares que cada um de nós seguia. Sem a menor hesitação, nem a sombra sequer de um pensamento reservado, demos a nossa adesão a essa tentativa. E se ela abortou, não foi decididamente por culpa da *Seara Nova:* a *Seara Nova* manifestou no ensejo a maior cordura e o mais largo espírito de conciliação. O facto é que em certa altura das nossas sessões olhámos uns para os outros — e reconhecemos que estávamos, muito simplesmente, em assembleia geral da *Seara Nova.* O movimento liquidara; mas com ele não liquidou a nossa disposição em nos pormos ao serviço de outras empresas análogas.

Uma nova falange, mais numerosa, a denominada *União Cívica,* requer hoje o nosso apoio. Dá-lo-emos sem hesitar. Divulgaremos os traços fundamentais do seu programa. Instaremos pelas soluções que preconiza. Compartilharemos com ela o mesmo repúdio de todas as ilusões, todas as mentiras, todas as «espertezas» vãs, ridículas ou interesseiras que têm caracterizado até hoje os vários movimentos políticos. Reconhecemos com agrado que, quando os outros procuram a quadratura do círculo, pelo emprego de métodos já cem vezes desacreditados (a não ser para uma mudança nos empregos e no domínio das clientelas), ela se lança em novas vias e marca na sociedade portuguesa uma atitude original. Pode ser que esse movimento não leve a um *governo;* mas, em primeiro lugar, nós repudiamos toda a colaboração com um governo que tente outras vias de acesso; e, em segundo lugar, mesmo quando esse movimento não tenha repercussão imediata nas altas esferas governativas, nem por isso ele deixa de ter a sua utilidade. A opinião contrária, que tenho lido nos jornais, resulta do erro em que estão, de que em Portugal a única coisa que falta constituir é

Slhj

um *governo* que governe; mas a verdade é que não pode haver governos que governem, nem governados que se deixem governar, sem uma falange, um escol que prepare as condições necessárias de todo o governo — que tais me parecem ser as ideias (ou poderá acaso viver-se sem ideias, como perguntava o meu amigo António Sérgio?), e um ambiente que não só permita, mas imponha a sua realização. É isto sobretudo que nos tem faltado; temos carecido absolutamente de todo o órgão colectivo do pensamento político; temos procedido como se os partidos fossem os únicos detentores da consciência cívica da nação. Há um novo 1820 a fazer: jurar a carta constitucional dos direitos do pensamento criador, constituir uma espécie de Senado em que se congreguem todos os elementos de orientação intelectual. É isso, repetimos, o que nos tem faltado. Não tenhamos ilusões; como dissemos em tempo, é impossível encher as nossas redes na vasa espessa do Mar Morto.

Com a *União Cívica* estamos; mas, se lhe damos o nosso apoio, com ela nos não confundimos. Trabalhamos a seu lado, mas sem desprezar a tarefa que nos circunscrevemos. A *Seara Nova* continuará a entregar-se à lenta preparação dos espíritos, à obra de propaganda que constitui a sua mais forte razão de ser. Se este novo movimento estivesse também condenado a um fracasso, a *Seara Nova* não sossobraria com ele, como não sossobrou em 1922.

Definidas por esta forma as relações da *Seara Nova* com a *União Cívica,* e declarada, com a nossa independência como grupo, a nossa colaboração com esta no seu esforço por uma *política nacional,* julgamos dever responder agora às principais objecções suscitadas pelo espírito e os métodos de acção da União Cívica — que são, fundamentalmente, o espírito e os métodos de acção da *Seara Nova.* Já António Sérgio, numa conferência publi-

Slhi

cada no último número desta revista, «catalogou» alguns dos tipos de argumentação que a União Cívica encontrou na sua frente, e revelou os seus *ressoris* psicológicos e móbeis íntimos — quer dizer, a concepção falsa ou interessada das coisas, o erro ou estreito ponto de vista inicial sobre que se fundam. Entraremos também no assunto, à uma, porque as ideias não ganham senão em ser reafirmadas, consistindo grande parte do êxito da propaganda numa espécie de táctica por repetição, que grave nos espíritos as verdades que queremos ver triunfar; à outra, porque há mais a dizer, já que novos argumentos vieram à luz, já porque os velhos têm de ser encarados sob novos prismas. E tanto o meu artigo como o de António Sérgio poderão ser considerados em rigor como mais uma peça para o «processo» da mentalidade nacional, e como uma nova contribuição para o estudo da nossa *psicologia política* — quer dizer, no fundo, como uma *filosofia dos nossos erros políticos*.

Digamos antes de mais nada, como já o disse António Sérgio, que, em vez de repelirmos essas críticas, as daremos sempre por bem-vindas, desde o momento em que não envolvam desprimor ou menos respeito por nós próprios. Tratá-las-emos com todas os honras, e a melhor maneira de assim as tratar é responder a elas — com maior ou menor arranco, de maneira mais ou menos viva, desde que seria de mau gosto querer reduzir os temperamentos ao mesmo tom do diapasão. Os desdéns absolutos (seguir adiante e deixar os cães a uivar à Lua) — essa atitude olímpica de desprezo, só pode efectivamente explicar-se por um dos seguintes motivos: 1.º por o criticado se julgar superior a toda a crítica, como novo Moisés, ditando entre a sarça ardente as tábuas da lei — o que é simplesmente idiota; 2.º por não admitir que as medidas propostas estejam sujeitas a correcções — o que representa uma forma de dogmatismo

senil e um dos maiores erros a combater; 3.º por não compreender que toda a doutrina ganha força e nitidez quando se define e precisa em face das objecções levantadas, sendo essas objecções, por assim dizer, aquelas que quereríamos ter presentes no espírito ao expormos a doutrina (o crítico torna-se assim o mais precioso colaborador do doutrinário, porque concorre para a demonstração e clarificação da tese sustentada; faz-lhe ver todas as faces do problema — *e ver todas as faces dum problema* deve ser o supremo intuito de todo o pensador de boa consciência); 4.º porque defende, muito simplesmente, interesses inconfessáveis, ou caprichos pueris, ou vaidades ridículas — e não há então realmente melhor táctica do que o silêncio: é a alma do «negócio». Eis porque *estar acima de toda a crítica* é a maneira que os homens têm de dizer que estão abaixo dela.

Ninguém se encontra na União Cívica com aquelas disposições. Efectivamente, não nos apresentamos, como diz o *Rebate,* «como únicos elementos capazes de operar o ressurgimento nacional», e repelindo, pois, toda a colaboração e toda a crítica. Precisamente o contrário disto poderia ler o colega no preâmbulo no nosso manifesto, se lhe não obnubilasse a visão a paixão indómita do ataque: «As pessoas que o assinam (o apelo) não têm espírito messianista; *sabem que a Nação é que se há-de salvar a si mesma*». Torna-se, pois, singularmente difícil afirmar que nos apresentamos como Messias salvadores, desde o momento em que começamos por declarar que não cremos em Messias! A letra expressa do texto comentado destrói a afirmação do comentador. O *Rebate* sofre de aberrações visuais; há lentes para isso. — Muito ao contrário, dir-se-ia que os partidos políticos é que se consideram neste país os únicos detentores das verdades políticas e os únicos instrumentos do ressurgimento nacional, pois forçoso lhes parece constituirmo-nos em

partido novo, ou enfileirarmos num antigo, para podermos exercer qualquer acção política. De todos os pontos do horizonte nos impõem a obrigação de nos estendermos nesses leitos de Procusto. Integrem-se nos partidos e combatam dentro deles, aconselha-nos o *Rebate*... e o sr. Alfredo Pimenta. «Formou-se agora um novo partido — escreve a *República* —, o partido nacionalista... Porque não ingressam ali esses homens?» Segundo o sr. Pimenta, deveríamos antes ingressar no democratismo; segundo o *Dia*, no monarquismo — prova provada de duas coisas: 1.ª de que defendemos uma política verdadeiramente nacional; 2.ª de que os partidos não têm programas.

«Integrem-se num partido», excelente receita; torna-se, porém, mister indagar se a fórmula é aplicável. Mas então os partidos, para estes senhores de partido, são simples moldes vazios onde todas as ideias e todos os propósitos se podem fundir, tábuas de cera mole que admitem todo o género de escritura? E quem assim nos fala são os *apologistas* dos partidos? Dir-se-ia, pelo contrário, que são os seus mais implacáveis inimigos, pois nos dizem dessa maneira que eles não têm ideias próprias, programas que os diferenciem essencialmente. Paus para toda a obra, os partidos; receptáculos de todas as ideias, os partidos. E é desta estranha coisa, destes caos de Anaximandro, destes mundos de Epicuro, que permitem toda a casta de determinações, que os senhores são os apologistas?

Ingressar num partido quer dizer, para nós, aceitar-lhe o programa. Ora, o programa da União Cívica não é o do nacionalismo, do democratismo, do monarquismo, é — o da União Cívica. Ingressar nos partidos! Ingressem os partidos no nosso programa, e a coisa ficará certa. O contrário é pedir à esfera que seja cúbica, ao cubo que seja redondo, e ao português que tenha senso

Slhj

crítico. Mas uma grande verdade se deduz afinal de tudo isto, e é que, apesar das *irredutíveis diferenças* que separam os partidos políticos, numa coisa estão todos de acordo: é que se não distinguem absolutamente nada uns dos outros quanto aos problemas capitais da administração nacional — o que nos leva a concluir a nós, os da galeria, que, tais como estão constituídos, não têm razão de existir. Separam-nos apenas questões secundárias, prestígio de chefes, vagas tendências imprecisas, antipatias irracionadas, direi mesmo, o desejo instintivo de que existam em política duas vozes distintas, mesmo que essas vozes articulem as mesmas palavras e exprimam os mesmos pensamentos — e o que é instante, o que é essencial, aquilo de que depende a vida da nação e seria a pedra de toque de toda a política dum verdadeiro partido, isso a todos escapa, porque é a terra de Ninguém.

Nesta «indeterminação» caótica dos partidos quanto aos objectivos supremos da política nacional, ser-nos-ia, pois, um pouco difícil escolher. Como optar entre indiscerníveis? Lançando uma moeda ao ar — *cruz* ou *cunhos?* Deitando as cartas? Consultando M.me Brouillard? Bem sabemos: o sr. Júlio Dantas fez a *Ceia dos Cardeais*. Mas não achamos a ceia suficiente para cair nos braços do sr. José Barbosa.

Todavia, segundo muitos, o nosso programa não diferiria do dos partidos (o que é uma maneira de dizer que os partidos se não diferençam uns dos outros, pois é uma verdade euclidiana que duas coisas iguais a uma terceira são iguais entre si — sempre nisto vem a cair, afinal, a *apologia* dos partidos!) Mas transcrevamos: «Um programa que aliás não difere em quase nada dos muitos programas sabidos e repetidos em todos os tempos, *por todos os partidos e por todos os governos*». *(Imprensa Nova)*. Programa «cujas promessas e afirmações se contêm já nos programas dos *partidos consti-*

Slhi

tucionais do regime». *(Rebate)*. «O manifesto anuncia um amontoado de aspirações que faz parte dos programas de *todos os partidos* e das declarações ministeriais de *todos os governos*». *(Mundo)*. A ideia «nem sequer prima pela originalidade» *(Dia)*. «Traz ao menos ideias novas? Novos planos de governo? Soluções administrativas e políticas diversas? Não. De novo nada traz, de novo nada nos diz. Tudo o que ali vem no manifesto anda já dito e redito.» *(República)*. Que desconsolo! Não teríamos então nós inventado a pólvora? E vejam como todos eles se reconhecem de acordo, e como de tantas dissonâncias sai uma tão perfeita, suave, cérula harmonia pitagórica! No fundo, são todos bons irmãos, a quem separa apenas — a costureira do quinto andar.

Mas, em primeiro lugar, o problema, *sob o ponto de vista nacional,* não se põe assim dêem-nos meia dúzia de lugares comuns salvadores, e tudo irá bem — se são salvadores, e tanto melhor quanto mais lugares comuns! Quando, pois, um grupo de homens preconiza um conjunto de soluções, não se trata apenas de saber se esses homens apresentam o *dernier cri* da doutrinação política, mas se eles, afinal de contas, têm esta coisa que pela leitura dos jornais se julgaria de importância infinitamente secundária — razão. Meus senhores, ter razão também importa... Foi a utilidade das nossas medidas que ninguém discutiu; *de minimis non curat;* preferiam-nas menos úteis, mais erradas, com a condição de serem mais originais! Em segundo lugar, a asserção dos críticos é falha de base: o nosso programa é de facto inteiramente novo. É certo que algumas das ideias que defendemos outros as defenderam antes de nós; quando nós nascemos já o sol brilhava (eis o que os críticos nos não perdoam!) Mas: 1.º nunca elas entraram, como agora, num conjunto integral, num *corpus,* num *organon* de todas as reformas necessárias para a solução dos pro-

Slhi

blemas nacionais; 2.º outras das ideias que constituem o nosso programa têm sido, é certo, muito defendidas, mas justamente por alguns dos signatários do manifesto, como, na parte económica, por Ezequiel de Campos (eles não podiam, para satisfazer o desejo de novidade dos críticos, dar-se ao luxo de pôr do avesso todas as suas convicções); 3.º algumas delas, finalmente, vêem pela primeira vez à grande luz, como as que se referem à educação — que nenhum partido, nenhum grupo esboçou sequer ainda. Como se compreende então que os nossos opositores não tenham vista a originalidade do nosso programa, já em si, como corpo de doutrinas sistemáticas e coerentes, já pelas ideias que contém? Tudo tem explicação no mundo: é que temos o paladar e o olfato embotados, e à força de nos terem propinado tantos linguados de programas já os não distinguimos afinal: todos nos parecem o mesmo empadão de amêijoas. A isto nos reduziu a nossa abundante cozinha programática, farta em aperitivos, em promessas, em palavras — encobrindo todos a mesma inanidade, a mesma vacuidade, a mesma fantasmagoria verbal e teatral. A tal ponto chegou entre nós a indiferença pelos programas, que se podia invertê-los, virar-lhes do avesso as afirmações, sem deixar de produzir a mesma impressão no espírito público. Mais um realejo a tocar na praça pública — eis tudo. Desinteressados das ideias, todas as ideias para nós se equivalem. E aquilo que pela primeira vez vemos reunido num plano concatenado de reformas, já o lemos num artigo, já nos fez adormecer num volume, já o ouvimos numa conferência, e, se assim não foi, é porque dele guardamos a recordação — de outra vida... *Nada é novo,* conclusão expressa; *nada é útil,* consequência sub-reptícia.

A triste verdade, porém, é que os programas dos partidos republicanos se têm mostrado completamente

Slhi

alheios aos mais importantes problemas nacionais. *Todos eles deixam a questão nacional sem solução.* Só reconhecem, em grande ou em pequeno, uma espécie de política: a política de expedientes. Tudo o mais é idealismo. Isto pelo que diz respeito aos partidos republicanos; quanto ao monárquico, sabemos apenas que o seu programa consiste... na proclamação da monarquia.

Mas, objectam-nos ainda, se não se arregimentam num partido já constituído, *por os programas desses partidos os não satisfazerem,* porque não formam um partido novo? Já há muito previramos a objecção para a *Seara Nova,* e a ela respondêramos antecipadamente. Veja-se, no n.º 2 da *Seara,* o nosso artigo *Porque não somos um partido político.*

Não somos um partido político, dizíamos em resumo, porque a nossa missão social excede o campo de acção de todo e qualquer partido político; uma *élite* social cria e elabora ideias; os partidos políticos não fazem, em geral, mais que *escolher* entre as ideias já criadas e elaboradas por aquela *élite.*

Não somos um partido político, continuávamos, porque queremos servir a nação da maneira mais desinteressada, não pôr entre ela e nós nenhum objectivo secundário, mas: — fazer uma única meta, marcar um único destino; porque não queremos criar *interesses próprios de partido,* tomar uma *psicologia de partido,* transformarmo-nos em *homens de partido,* porque sabemos que, dado um mesmo grupo de homens, esse grupo dará mais garantias de desinteresse conservando-se completamente fora de todas as facções, e que o sentido dos interesses nacionais será assim menos refractado que através dum ambiente puramente partidário.

Não somos finalmente um partido político, concluímos porque, mesmo na hipótese de nos constituirmos num agrupamento dessa natureza, nem por isso deixava

Slhi

de subsistir a necessidade de existir acima dele e de todos os outros partidos um *órgão supremo da consciência nacional* que fizesse a grande política especulativa e fosse a chama ardente e pura que mantivesse na nação o interesse sempre vivo pelas questões nacionais, que guardasse vigilante os interesses do país e propagasse as grandes verdades salvadoras. Enquanto esse órgão se não constituir, acrescentávamos, o corpo da nação será sem alma e sem vontade, sem rumo e sem destino. Ora, nós quereríamos ser essa alma, constituir essa vontade, marcar esse destino. O intuito de servir a pátria obrigava-nos a ser alguma coisa mais, ou pelo menos alguma coisa diferente, dum partido político.

Mas tocamos agora mesmo uma das teclas fundamentais, uma das peças mestras da ilusão colectiva. Porque é esta necessidade mesma de um poder espiritual, dum órgão director das consciências, mais ainda, duma *vida política extrapartidária,* que os senhores políticos não reconhecem. Concordam todos na necessidade de engenheiros e de sábios teóricos, de fabricantes de produtos químicos e de químicos, de agricultores e de botânicos: só não reconhecem a necessidade de haver, ao lado dos políticos profissionais, os pensadores políticos (1). As verdades políticas, para eles, só se elaboram no próprio campo das lutas políticas; *l'intelligence n'a pas de prise sur elles.* Mas, por nosso lado, sustentamos que é a falta duma *élite* orientadora, consagrada ao bem colectivo, activamente *política,* mas não *partidária, élite* crítica e construtiva, capaz de indicar o caminho a seguir e de censurar e flagelar, grande no pensamento como nas

(1) Um Stuart Mill ou um Cobden, e um Mac Donald; um James Bryce e um Roosevelt; um Daladier ou um Léon Blum, e um Parodi ou um Bouglé. Podia citar ainda no campo oposto: um Mussolini, e um Gentile. Mas na democracia a necessidade dos Mills e dos Parodis parecia-me mais essencial.

Slhi

indignações — o último reduto inexpugnável da consciência da nação — é esta falta que sobretudo nos tem conduzido ao estado anárquico, anómalo, desesperado, em que se encontra a nossa vida colectiva. *Temos querido viver sem ideias;* e já Antero disse que é muito difícil viver sem elas. Não que os homens de *élite* as inventem, porque elas nascem em última análise das realidades sociais, do choque dos interesses, das aspirações de justiça, das necessidades de trabalho de toda a nação. Mas são eles que melhor as podem compreender, elaborar e sistematizar, são eles que formam essa corrente de ideias, que constitui a seiva e o alimento de toda a vida política, e sem a qual esta é puro artifício, existência descarnada, simples embate de paixões sem objectivos superiores. Se os senhores políticos compreendessem as maiores necessidades do país que governam ou pretendem governar, diriam ao aparecermos em público: «Ora até que enfim! era isso mesmo que nos faltava!» Em vez disso, mandam-nos para um partido político. É de os mandar... para casa do diabo.

Isto que faz a nossa força, que constitui o mais alto sentido das necessidades nacionais, é, segundo os críticos — a nossa quimera. A coisa é posta nos termos mais claros pelo sr. Rocha Martins, que nessa questão foi, como sempre, o mais apaixonado e parcial de todos os críticos (ver a verdade só de um lado é a sua máxima de historiador — por vezes não a ver de lado nenhum), mas a quem se agradece a rudeza antiga, a nitidez flagrante que põe em evidência o erro essencial, a convicção desvairante, o *busilis,* o porco em que a porca lusitana torce o rabo hermínio. Quase todos os outros se servem mais ou menos de rodeios, circunlóquios, meias-tintas; este é claro, por Minerva, e vai direito ao fim: «Claro que toda a gente — a Nação para a qual se apela — sabe que isto vai mal, que não pode continuar; mas não res-

Slhi

ponderá a quem se lhe dirigir, *enquanto não chegar ao poder*». Aí está a mais pesada metralha, o obus mais formidável com que atacam os nossos métodos: somos quiméricos, porque queremos formular um programa, propagá-lo, explicá-lo, mais ainda, porque queremos pronunciar uma simples palavra, *fora do poder!* A nossa quimera reside nesta louca obstinação de não acedermos a golpes-de-estado ou a revoluções de surpresa; de não querermos subir a torre do poder, por cilada nocturna, sobre os degraus das lanças; o sr. Rocha Martins não encontra, no seu arcaz das descomposturas, frecha mais eivada do que esta para nos ferir no coração: nunca ninguém nos viu em qualquer movimento político! Vergonha das vergonhas: nunca ninguém nos viu em qualquer movimento político! E queremos contribuir para a salvação de Portugal! Neste alfobre de revolucionários, que tanta ventura têm dado à nação, nós mantemo-nos na teimosia inclassificável de o não sermos, de não criarmos mais uma fornada de revolucionários civis, de não dispararmos mais uns tiros, de não contribuirmos também, como os nossos valentes compatriotas, para o prestígio e bom nome revolucionário de Portugal. Decididamente, nós ofendemos a consciência cívica da nação.

Neste nível está a nossa inteligência política. É de estarrecer as gentes. Dá vontade de repetir a palavra perdoadora de Cristo... Eis ao que nos intimam: apossem-se do governo de qualquer maneira, e uma vez lá, sem haverem tido prèviamente a menor troca de ideias com o país, sem o terem esclarecido sobre as suas intenções, sem terem assegurado um mínimo de apoio firme e consciente, sem ao menos terem assente antecipadamente um plano de governo e garantido a colaboração das competências, metam-se então à obra... do ressurgimento nacional. E não se lembram que nos aconselham os métodos mesmos que nos têm levado aos becos sem saída.

Slhi

E são as nossas ilusões mortíferas que nos propõem como o supra-sumo da sabedoria, os nossos próprios males que nos receitam como remédio. Como se não tivesse sido feita mil vezes a experiência, como se o método por eles proposto não tivesse revelado já todos os seus resultados. Perante o nosso método novo, *o que não está experimentado,* esses senhores piscam o olho, e riem-se da nossa ingenuidade. Positivamente nós somos umas crianças: não acreditamos na eficácia do tiro ao alvo! *Rira bien qui rira le dernier.*

E pensar-se que todos esses homens, sem exclusão (pois que os integralistas nos não atacaram), se dizem democratas! E renegam assim, pelo desprezo completo dos métodos democráticos, que revelam com a sua atitude, as primeiras letras do alfabeto da democracia. A análise interior das convicções e dos pensamentos não é decerto a nossa força. Defendemos as doutrinas em abstracto, mas não as sabemos aplicar, não as vivemos, porque as não sabemos fazer entrar na própria alma. Elas são a casca morta, estranha ao núcleo do nosso ser, vivendo apenas uma vida de aparência e superfície. Não vemos nem de uma maneira aproximada como somos os irredutíveis adversários daquilo mesmo que pretendemos ser; e como representamos terrìvelmente mal o que já agora não podemos deixar de chamar — a *comédia dos princípios.*

Criticam-nos por querermos iniciar um movimento fora do poder; atacam-nos em seguida por pretendermos constituir um governo sem que possamos contar com força alguma. Círculo vicioso que não surpreende, desde o momento em que reconhecemos as nossas disposições hipercríticas.

«O governo nacional não dará um passo não tendo uma força política que o apoie, que o sustente, que o

Slhi

ampare» *(República)*. «Não há possibilidade de existir um governo — quanto mais de se manter uma ditadura! — sem um ponto sério de apoio» *(Imprensa Nova)*. Todas estas afirmações são truísmos de colegial; dizer isso, ou que quando chove cai chuva, parece-nos quase a mesma coisa. Ninguém na União Cívica pensa em infringir as leis fundamentais da estática e da estabilidade dos materiais. Pelo contrário, o que todos nós pretendemos é pôr pela primeira vez o problema *estático*, do equilíbrio, da duração, da resistência, nos seus verdadeiros termos. Os partidos, as facções, as lojas políticas, as carbonárias e maçonarias de todos os tons, pretendem apoiar-se num ponto, ou num limitado número de pontos: uma chafarica demagógica, um cacique eleiçoeiro, ou as simples pontas agudas das baionetas. Resolvem assim o problema em termos de equilíbrio instável: lembram um homem que quisesse firmar a Acrópole na ponta do nariz. Ao contrário, nós queremos aumentar a superfície de apoio, estendendo-a à massa verdadeiramente consciente, enérgica e desinteressada da nação — que é ela que constitui de facto a *opinião pública*, e não o conjunto de pesos mortos das consciências estéreis ou adormecidas. É verdade que isso nos inibe de pormos em prática os métodos de suborno aconselhados pelo sr. Rocha Martins. Atendendo apenas aos interesses nacionais, não podemos prometer postos de general, retribuições pecuniárias, empregos chorudos, ou um chafariz para qualquer aldeia sertaneja. Isso é verdade; mas o que o sr. Rocha Martins nos propõe como remédio é o que atacamos como mal; quem quiser subir por esses processos aos cimos do poder, é para benefício e logradouro próprios, e não para vantagem da nação. Na base de todos os raciocínios, há sempre este pensamento: quem suspira por tal ou tal governo, o que deseja no fundo é governar-se. Daqui os métodos preconizados, que são os que levam ao predo-

Slhi

mínio temporário dum grupo, cavando-se cada vez mais a ruína da nação. É difícil compreender o que nós queremos, porque, decididamente, falamos outra língua.

Desde o primeiro número da *Seara Nova* que vimos denunciando ao país a ilusão mortífera dos que julgam poder *ditar* a salvação nacional por conspirações surdas e apoios instáveis e fictícios. É um erro de método que temos vindo revelando como a mais perigosa das nossas «mentiras políticas». Escrevemos na *Seara Nova:* «Não havendo *opinião pública expressa*, mas *aspiração pública indefinida,* não há governos, por mais inverosímeis, que se não formem, nem por mais competentes que não caiam... Não sendo suscitado em volta de cada medida de salvação pública um movimento formidável de opinião nacional que forçosamente a imponha, só se fazem ouvir os interesses dos grupos, das classes e até dos indivíduos, assim soberanos no seu exclusivismo egoísta, porque acima deles não retumba, mais poderosa, a voz da nação». Desde o momento em que a nação souber o que há-de querer, de nada valerão os combates das clientelas e as pressões dos grupos financeiros: a sua vontade há-de cumprir-se. Ter-se-á feito este milagre: a nação *querer.* Porque, na verdade, nunca, até agora, a nação quis coisa alguma.

Os princípios da União Cívica seriam, evidentemente, partilhados por todos os homens públicos de Portugal, se todos tivessem o mesmo fim que ela visa. Se divergimos, é porque nos colocamos em pontos de vista diferentes. Se assim não fosse, o que teríamos então de admirar nesses homens, depois de tão sucessivas e *catastróficas* experiências, seria a sua incomensurável *capacidade de utopia,* resistindo prodigiosamente a todas as provas e desmentidos. Seríamos nós os cépticos, e eles os eternos filhos da ilusão, as eternas crianças de sonho, se antes se lhes não aplicasse aquela poesia de João de

Slhi

Deus, parafraseada: *O poder é tão bonito — tem tanto chiste o ladrão.*

Depois de terem criticado os nossos métodos (que não podem compreender nem apoiar, à uma porque não são democratas de *verdad,* à outra porque não querem o mesmo que nós queremos), atacam os políticos a nossa concepção do governo nacional. Para uns, tal concepção peca por ser republicana; para outros, por ser reaccionária. Segundo o *Dia,* só daria garantias de governo nacional, dentro da República, aquele que começasse por dizer aos monárquicos: «Meus senhores, se puderem proclamar a monarquia, dar-lhes-emos para isso todas as facilidades... O governo pede-lhes imensa desculpa de a não proclamar pessoalmente». A nossa noção de governo nacional é, pois, acima de tudo, monstruosa: começamos por querer um governo que manifeste uma preferência decidida pela actual forma de governo, que considere como uma das suas primeiras obrigações defender o governo constituído! E, segundo parece, paradoxal. A concepção, por assim dizer, *histórica,* do governo nacional, segundo os monárquicos, é outra muito diferente: eles chamam assim os *governos suicidas,* que pretendem constituir-se tendo o pescoço ligado à corda monárquica que os há-de estrangular. A utilidade desses governos não é, pois, medida em função da sua força, mas da sua espantosa vontade de aniquilamento. Por isso não concebem outra *política nacional,* que não seja a reedição do erro funesto de Sidónio Pais, a *mise-en-scène* da restauração monárquica, a monarquia dada de mão beijada, a inversão, *mutatis mutandis,* do famoso princípio de Karl Marx (1). E não compreendem como nos não capa-

(1) A fórmula era pouco mais ou menos: a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores. E a inversão a que me referi: «a proclamação da monarquia deve ser obra dos republicanos». No que não fariam aliás senão imitar os monárquicos, que tudo tinham feito para que se proclamasse a república.

Slhi

citamos de que só a monarquia deles — a monarquia de 1910 menos alguns homens de maior prestígio desse tempo, hoje mortos, doentes ou afastados, e acrescida de *revolucionários civis* do pior calibre, que não deixariam de fazer valer os seus direitos — como nos não capacitamos de que só essa monarquia, sem atmosfera, sem pessoal e sem ideias, poderá salvar o país da ruína. «Com treze anos, quem poderia exigir mais a uma república que teve de dar cabo duma nacionalidade que durava há mais de oito séculos?» O argumento não se me antolha claro, mas nesta afirmação do sr. Moreira de Almeida há, pelo menos, um ligeiro lapso de história: ainda não era República em 1580 (1).

O sr. Cunha e Costa borda todo o artigo que, na *Época,* sob o título *Trovas políticas,* consagrou ao nosso manifesto (que aliás diz ser redigido em óptimo português) nesta argumentação piramidal. «*Governo nacional* dentro de um regime *ne varietur* é um desacerto de alto coturno». Falou S. Ex.ª como as próprias escrituras. Esse governo deverá ter ideias definidas sobre todos os domínios da política e da administração: terá de optar entre duas medidas económicas, financeiras, pedagógicas, que têm, umas e outras, seus defensores na massa do país; uma escolha, porém, lhe está vedada: pronunciar-se sobre duas formas de governo antagónicas. Nesse ponto deve professar o mais modesto e silencioso agnosticismo, à espera dos antípodas.

Mas será bem esse, no fundo, o pensamento do sr. Cunha e Costa? Não o julguemos. S. Ex.ª, como o sr. Rocha Martins, se encarrega de desmascarar as baterias. Na realidade, aquela neutralidade ante os regimes deve levar, para ser válida, água no bico; e o que o

(1) Podia-se ainda dizer que quem deu cabo da monarquia foram, acima de tudo, os monárquicos.

SIhi

articulista deseja é que o governo nacional não seja nem carne nem peixe, para no fim, com a ajuda dos correligionários, o preparar de escabeche. «Quando todos os partidos constitucionais de um regime faliram, um *governo nacional* só pode sair do tácito ou expresso acordo de todas as forças políticas da nação, para preparar a queda airosa do regime». Eu não inventei isto, palavra de honra, está lá escrito. E chama a isso o sr. Cunha e Costa a *queda airosa* do regime! Para que sorte de ignomínias e traições reservará S. Ex.ª o qualificativo de *desairosas?*

Mas então onde fica esse princípio de que «um governo nacional dentro de um regime *ne varietur* é um desacerto de alto coturno»? Pedimos ao sr. Cunha e Costa que corrija essa proposição no sentido das suas ulteriores afirmações e da própria lógica íntima do seu pensamento: «um governo nacional dentro de um regime *ne varietur* é um desacerto de alto coturno, *quando esse regime é o republicano*». O argumento cai *ipso facto* do sétimo céu platónico em que o tinha erguido, com toda a sua generalidade teórica, o antigo colaborador de França Borges na feição demagógica do *Mundo,* e passa a significar, muito simplesmente, a *fórmula tradicional* dos monárquicos: governo nacional é aquele que, sem risco nenhum para os monárquicos (1), prepara a vinda da monarquia. Tal é a fórmula; *mais nous n'aimons pas cette formule-là,* como se diz numa comédia que andou há tempos em Paris. Só porque somos convicta e estruturalmente republicanos? Monárquicos convictos e estruturais que fôssemos, a engeitaríamos. As convicções monárquicas não são incompatíveis com o sentimento da dignidade humana, e não pode ter este sentimento

(1) Talvez dissesse melhor: sem responsabilidade nenhuma dos monárquicos.

Slhi

quem só aspira a realizar o seu ideal pela deslealdade e pela traição. Uma monarquia fundada sobre tais cálculos e tais esperanças não poderia passar dum regime de poltrões e de apaches, que os homens verdadeiramente dignos da grei monárquica não tardariam a renegar.

Não satisfeito com a defesa de semelhantes ideias de política maquiavélica e tortuosa, o sr. Cunha e Costa calunia ainda monárquicos e republicanos. Calunia os republicanos, dizendo que seria mais fácil abdicarem nos monárquicos que em outros republicanos. Calunia sobretudo os monárquicos, quando afirma que a única atitude que deles se pode esperar é «a *resistência passiva* contra tudo ou contra todos que, de perto ou de longe, lhes lembrem o regime... Noventa e cinco por cento dos cidadãos portugueses, sempre que, *sem risco das suas pessoas,* podem contrariar o regime ou os seus homens, nunca deixam de o fazer». Não, eis o que é demasiadamente forte; positivamente o sr. Cunha e Costa calunia o país. Não é possível que entre cem portugueses haja noventa e cinco criaturas que se desinteressem das questões vitais da nacionalidade enquanto não houver um rei, contrariando todos os esforços de salvação dentro do regime, e que demais a mais só o façam *quando as suas pessoas não correrem risco.* Por cada cem portugueses, noventa e cinco sectários e poltrões desta força, noventa e cinco «patriotas», cujo patriotismo é o que lhes impõem os artigos do Código Penal, noventa e cinco miseráveis oscilando entre o medo e o facciosismo, não, por Deus, S. Ex.ª exagera! E o que mais espanta é que seja precisamente nesses noventa e cinco por cento de portugueses (5.700.000) que, pela sua inconcebível cobardia, não conseguiram até hoje vencer o heroísmo sobre-humano dos outros cinco por cento de portugueses (300.000), capazes, pelo visto, de conquistar o mundo, é nesses portugueses indignos de tal nome, que estão à espera de

Slhi

proclamar a monarquia *quando isso se puder fazer sem risco das suas pessoas,* que o sr. Cunha e Costa deposita todas as suas esperanças de salvação. E somos nós que procuramos «meio dia às quatro horas», como diz, em óptimo... francês, o sr. Cunha e Costa.

Na *dérive* tumultuária que arrasta o fogoso causídico (a oratória é, por vezes, a pior inimiga do pensamento), chega S. Ex.ª a afirmar que «basta que um prosador, um poeta, um jornalista, um orador, um artista, tenham a marca republicana, para logo não prestarem; mas o prosador, o poeta, o jornalista, o orador, o artista *conservadores,* só porque o são, levam logo cinquenta de partido às cem no bilhar, em concorrência com os seus adversários políticos». Eis o admirável espírito de justiça que poderemos esperar da *monarquia restaurada,* segundo este seu fervoroso apologista. Quem não pode abstrair, na apreciação duma obra literária, das convicções políticas do seu autor, não poderá também nunca abstrair, na discussão duma medida política, dos seus interesses pessoais. Será o seu ventre, em tudo e por tudo, a «medida de todas as coisas» (1).

Mas, felizmente, o que este mau advogado dos monárquicos sente tanto prazer em afirmar, é redondamente falso; grande número de monárquicos não confundem o ventre com as calças, e sabem que não é em função das convicções políticas dum escritor que se deve avaliar dos seus méritos literários. A estatística, que se não deixa desvairar, como certa crítica literária, pelas paixões políticas, demonstraria que a tese do sr. Cunha e Costa é absolutamente errada. Se é realmente difícil, para uma pessoa que não seja o sr. Cunha e Costa, fazer o cômputo dos monárquicos e republicanos do país, nada

(1) Poderia aqui ter acrescentado: «Eis qual seria o seu *Governo nacional*».

mais fácil do que avaliar, *em números precisos,* do êxito de um escritor pelas tiragens das suas edições. E eu pergunto ao ilustre causídico qual o escritor português que alcança maiores tiragens que o sr. Júlio Dantas, republicano; o romancista monárquico que nesse ponto excede o romancista republicano Aquilino Ribeiro; o escritor de contos e memórias que supera Raul Brandão; o economista mais lido e apreciado pelo público que Ezequiel de Campos; os dramaturgos mais aplaudidos que Carlos Selvagem; os «cronistas da guerra» a quem Pina de Morais tenha de invejar o êxito; os pedagogos a quem se confira maior competência que a Faria de Vasconcelos e a António Sérgio, hoje um dos nossos; e finalmente, para encurtar razões, e não me referir aos artistas, aos críticos, aos médicos, aos oradores, e *tutti quanti,* eu pergunto ao sr. Cunha e Costa se julga que as edições dos srs. Lopes Vieira, Correia de Oliveira e Alves Martins, os únicos verdadeiros poetas da causa monárquica, excedem as tiragens dos poemas de Jaime Cortesão, Augusto Gil, João de Barros, Afonso Duarte, Américo Durão, e tantos outros. Note-se que não faço neste ponto comparações de valor; sei muito bem que o êxito dum escritor excede muitas vezes o seu valor real, e quantos cabotinos hoje incensados pela imprensa não deixarão uma página sequer às selectas e antologias de amanhã. Coloco a questão no terreno em que a põe o sr. Cunha e Costa (1), para deduzir daquele confronto que o público português, monárquico e republicano, está, apesar de tudo, muito acima da craveira intelectual a que o quer rebaixar o fogoso caudilho da Monarquia.

---

(1) Quer dizer, no terreno objectivo do facto, e do facto êxito, apreço público medido objectivamente pelas tiragens das edições, e índice da concorrência e competição literária ou intelectual.

Slhi

A lição que se tira *del cuento* é que, perante esse estado de espírito revelado pela maior parte dos jornalistas monárquicos, mais do que nunca nenhum grupo de homens que em Portugal pretenda agir politicamente poderá desinteressar-se da questão de regime. Estando sempre a maior parte dos dirigentes monárquicos de pé atrás, com pensamentos reservados, querendo *tudo, tudo,* menos *isto,* e *nada, nada,* se não já com *aquilo (quanto pior melhor* é a fórmula consagrada pelo *Dia),* o ressurgimento nacional tem de ser necessàriamente obra dirigida pelos republicanos, ainda que com a assistência de todos os cidadãos portugueses de todas as cores políticas. Se houve ilusões, elas desfizeram-se. O artigo do sr. Cunha e Costa não é mais do que a «traição de Monsanto» erigida em norma de moral política.

P. S. — O sr. Rocha Martins borda, nos *Fantoches,* algumas considerações sobre o nosso último artigo. Não responde de modo nenhum aos argumentos fundamentais. Julga que a gente da União Cívica não tem espírito combativo; quer que vamos auscultar *(sic)* a nação pelos campos, e por fim revoltá-la; afirma que os «sábios da *Seara Nova* possuem «teorias complicadas» para que se possam lançar numa acção positiva: «acção, acção, acção, eis o que é indispensável»; e pergunta, por fim, o que tem feito até hoje a União Cívica, depois de alguns meses da mais «retumbante publicidade».

O sr. Rocha Martins é dos que julgam que a acção não permite «teorias complicadas». Está nessa fase romântica de simplismo, a que chamei em tempo, em polémica com outro caudilho da causa monárquica, o «activismo transcendente, exercendo-se no puro vácuo intelectual». Nada de teorias complicadas, nada de planos, de estudos, de pensamento. Tudo o que há a fazer é por inspiração ou por palpite; é a continuação do

Slhj

regime das inspirações políticas, que tão brilhante resultado nos tem trazido. Ainda há dias aquele mesmo caudilho monárquico atacava a reforma de instrução por envolver *pedagogias*. Pedagogias, economias, higienes, sociologias, tudo «teorias complicadas» para *épater le bourgeois*. Nisto de salvação nacional, quanto menos ideias melhor.

Quanto à inacção da União Cívica, é pena que ao sr. Rocha Martins passem despercebidos certos factos que se estão dando na sociedade portuguesa e que mostram a influência já considerável daquele grupo. São homens da União Cívica que estão reformando a nossa primeira biblioteca, elevando-a a um órgão de cultura. São homens da União Cívica que estão orientando os trabalhos para a reforma da instrução nacional. São homens da União Cívica, finalmente, que lançam as bases da *Liga de Estudos Nacionais,* a instituição de maior alcance que se tem fundado ainda no nosso país. Bem sei que tudo isto pouco valerá para o sr. Rocha Martins. O que lhe importa é o poder. Mas é o que não importa absolutamente nada para nós.

(N.os 22, 23 e 26, Abril-Setembro de 1923).

Guerra Junqueiro

Seria milagre que todos os homens da *Seara Nova* tivessem sobre a tão discutida figura literária de Junqueiro uma opinião unânime. Pelo contrário, não podem ser mais discordantes os seus juízos. Mas reconheceu-se, depois de uma longa troca de ideias, que o autor deste breve comentário seria porventura quem entre todos poderia formular, não a *média* das opiniões, pois não há aqui média possível, mas uma ideia de conjunto, muito

SIhi

sumária, que, não participando da admiração quase sem reserva duns, se não confundisse também com o juízo extremamente depreciativo dos outros (1). Aceitei o encargo, não porque me agrade particularmente falar de Junqueiro, mas porque mais uma vez se punha à prova a minha coragem moral, em face das afirmações delirantes de certos jornalistas citadinos, tomados da loucura periódica das apoteoses. Aqui, como em outras emergências, algumas bem recentes, perdeu-se de todo o sentido das proporções, e deu-se largas ao nosso mofino sestro de exagerar e *surfaire* todas as coisas. Falta-nos inteiramente o sentido da medida, a delicada visão dos matises, a rigorosa disciplina das qualificações. Toda a nossa crítica se encerra nos dois termos antinómicos dum dilema: a apoteose ou a descompostura, as glorificações do Capitólio ou as violências da Rocha Tarpeia. Resvalamos sempre sobre um plano inclinado: deixamo-nos ir à mercê do impulso laudatório ou pejorativo que nos deu embalagem, sem nos deter na descida precipitosa a mínima preocupação de fazer distinções ou restrições, de ver os defeitos ou as qualidades daquilo que se elogia ou censura. Não há por isso crítica em Portugal, o que tanto monta dizer que raro um escritor pode aqui atingir a plenitude inteira do seu génio.

Dada esta atitude essencialmente *anticrítica,* inimiga por natureza e consequência dos mais altos interesses literários, não admiraria, pois, que tivéssemos decretado quase oficialmente ser Junqueiro *o maior génio*

---

(1) Poderia formular, porque essa posição intermediária era já no momento ocupada pelo autor, e não porque tivesse mais capacidade do que os outros para determinar as médias, e assim, artificialmente, como por uma espécie de processo aritmético, colocar-se na média, assinando um artigo com cujas ideias plenamente não concordasse ou que só teriam tido origem naquele momento de génese, por uma gestação puramente aritmética.

Slhi

da raça latina, se a afirmação não transpusesse os limites de todo o juízo razoàvelmente formulável e não redundasse numa calúnia aos maiores génios da nossa raça. O sentimento pela morte recente dum escritor, a sua admiração por ele, a ninguém dão o direito de diminuir os outros. Não é necessário cuspir na campa dos nossos maiores para exteriorizar o nosso luto. A verdade é que Junqueiro não chegou mesmo a ser o maior escritor do seu país e da sua geração. Excederam-no certamente, pela originalidade do seu génio como pela grandeza das concepções, pela larga capacidade intelectiva e as faculdades literárias de construção, homens como Antero de Quental e Oliveira Martins, que seriam grandes em todas as literaturas do mundo, e Eça de Queirós, o renovador prodigioso do nosso estilo em prosa, o mais equilibrado, o mais de raiz escritor de todos eles. Martins era um espírito muito mais vasto, como Antero muito mais profundo e Eça muito mais subtil; todos eles muitíssimo mais inteligentes. Finura, vastidão, profundeza, nenhuma destas qualidades mestras, que são o quilate dos grandes espíritos, se pode reconhecer em Junqueiro. Foi o seu estupendo poder de imaginação verbal, a sua eloquência persuasiva e arrebatadora, a sua conversa fulgurante, o seu mesmo ar inspirado e sibilino de «profeta», que enganaram toda a gente — menos aquela que sabe distinguir, e não confunde a eloquência e as brilhantes faculdades de expressão com as qualidades máximas do pensamento.

Resvalaremos também, como os apologistas incondicionais, no plano inclinado, e concluiremos daqui que Junqueiro não foi um dos homens de maior talento do seu país? De modo nenhum. Quando apareceu a *Morte de D. João,* viu-se bem que alguma coisa de inteiramente novo tinha surgido na poesia portuguesa. Lembre-se que pontificava então, como se costuma dizer, o velho

Slhi

Castilho, e que das longas tiradas líricas dos bardos *ultra-românticos* destilava um tal linfatismo de emoção, uma tal pobreza de imagens, uma tão grande vacuidade de pensamento, uma *sensiblerie* tão doentia, uma tamanha moleza de formas poéticas, da mais degradante e narcótica melopeia, que ser-se poeta, a esse tempo, quase equivalia a um ferrete de ignomínia. Devo confessar que tenho um verdadeiro horror fisiológico a quase todas as composições dos Soares de Passos, dos Tomás Ribeiro, dos Antónios de Serpa, dos Joões de Lemos, dos Rodrigues Cordeiro, de todos esses vates que encheram de «sons maviosos» as páginas do *Trovador*, punham versinhos delicadoces na Lapa dos Esteios, e que Castilho protegia com a sua autoridade indiscutida. Mas surgiu a *Morte de D. João*, e pareceu que um sopro de vida reanimava a nossa literatura e se fazia força eficaz na própria técnica. A novidade e arrojo das imagens, o fulgor e imprevisto das comparações, a rijeza e maleabilidade do verso, o recorte muitas vezes escultural do seu brilhante e sonoro alexandrino, e certa frescura de sensibilidade poética, singularmente evocativa, triunfando na descrição de certos estados de alma e notas fugidias de paisagem, faziam na expressão poética a mesma revolução profunda que, na prosa, fez a arte de Queirós. Não me alongo a notar as influências, e o que essa nova arte devia a Hugo, a Gautier, a Baudelaire (1). Seja como for, o certo é que a poesia de Junqueiro transportava-nos a um mundo novo, e que nela se revelava um

(1) Pensava sobretudo na influência de Hugo, na prosa das últimas páginas da *Pátria*, comparadas com as tiradas e divagações psicológicas e «filosóficas» do autor dos *Miseráveis*, de *O Homem que ri*, do *Noventa e três*, e em certas poesias «impressionistas» da *Musa em férias* (subintitulada *Idílios e sátiras*), em confronto com outras do poeta francês, sobretudo dos «recueils» líricos, das *Chansons des rues et des bois*, *L'art d'être grand-père*, *Les rayons et les ombres*, etc.

Slhi

dos mais ricos temperamentos da nossa literatura. A futura evolução da poesia portuguesa não se compreenderia talvez sem a influência de Junqueiro: o próprio Gomes Leal, de sensibilidade aliás mais profunda, sofreu também essa influência.

Mas, se a *Morte de D. João* revela desde logo as qualidades magistrais do poeta sob o ponto de vista da inspiração *sensível* e da expressão plástica, revela no mesmo passo os mais singulares defeitos de construção e de elaboração mental. A concepção do poema era efectivamente frouxa e contraditória. Mas frouxa e contraditória, sob o ponto de vista conceptual, foi afinal toda a sua obra. Os delírios da sua espantosa imaginação verbal, que faziam dele um conservador inexcedível de pujança, eloquência e colorido, foram confundidos pelo poeta e por alguns dos que se lhe aproximavam com os pensamentos organizados dum filósofo, e persuadiram-no de que tinha reais capacidades de pensador. A verdade, porém, é que poucas vezes na literatura portuguesa tem aparecido um escritor de menor elevação e profundidade de pensamento. Fialho, o próprio Fialho, tão incapaz de escrever um romance como Junqueiro um poema, esse próprio o excedeu na capacidade de arquitectar, de conduzir um raciocínio às suas consequências lógicas, de ligar uma narrativa, de dar unidade e harmonia a um quadro, de desenhar uma figura sem que ela resultasse inteiramente falsa ou inconcebível. Junqueiro era um grande *virtuose* da forma, não era um grande espírito.

Evidentemente não se discute a sua «filosofia»: onde não é vaga, é contraditória; onde não é um amontoado de fantasias, é um acervo de lugares comuns. Refiro-me apenas àquele mínimo de organização, de harmonia, de concatenação mental, de plano arquitectónico, sem o qual não há obra de arte perfeita. Não se exige a um poeta que seja um pensador, mas a toda a obra poética se deve

Slhi

exigir um mínimo de necessidade lógica e de pensamento construtivo. É isso o que falha quase absolutamente em toda a obra poética de Junqueiro: demonstrou-o com severidade, mas com justiça, António Sérgio, nos seus *Ensaios*. Só essa falha, e também porventura certas faltas de requinte no gosto, o impediram de ser um poeta de primeira ordem.

A *Musa em férias,* de uma exuberância juvenil raras vezes excedida (revelando aliás grandes influências de Hugo e Gautier), a *Velhice do Padre Eterno,* a sua obra plàsticamente mais perfeita, de sarcasmos estupendos (a que se deve, porém, rasgar, como ofensiva para a memória do poeta, a página grosseira do *Genesis),* revelam ainda a mesma pujança do estro, a mesma fluência do estilo, o mesmo brilho fulgurante das imagens, o mesmo fustigante das apóstrofes, a mesma cinzeladura impecável do verso. *A Sesta do Sr. Abade,* por exemplo, é uma obra prima inexcedível no género. A *Pátria,* porém, muito embora se leiam ainda com agrado os tercetos de Nuno Álvares, muito embora a rima ainda seja rica, o verso bem construído, a sátira sangrenta, acusa já um declínio. Já são aceites os processos «decadistas», que depois no *Finis Patriæ,* nos *Simples,* nas *Orações,* constituirão a técnica nova do poeta. A prosa das *Anotações,* essa é um puro *pastiche* de Vítor Hugo, do pior gosto concebível. Vêm depois os *Simples* (1), de técnica e inspiração decadista, ritmo chouteante e monótono, emoção fruste, estilo banal e pobre: é já a franca decadência. Na fogueira do castanheiro morto ainda crepita uma faúlha de inspiração, mas não tarda a apagar-se na cantilena fastidiosa

(1) O autor já teve ocasião, em polémica com Júlio de Matos, de defender ideias diferentes. Dá hoje, nesse ponto, as mãos à palmatória. (G. J. julgava os *Simples,* como neles se declara, a sua melhor obra).

e obsidente de versinhos ingénuos e sem fôlego. Junqueiro tinha estreado as suas armas contra os processos do ultra-romantismo, e acabava afinal numa nova forma de ultra-romantismo, com a mesma fraqueza de inspiração, a mesma *sensiblerie* nevrótica, o mesmo ritmo cantante e monótono das melopeias. A *Oração à luz,* em que muitos pretenderam ver a maior maravilha da poesia contemporânea, é, como forma, prosa rimada, e da pior (1), como pensamento, a ideia, tantas vezes poetada por Junqueiro, da eterna evolução de todas as coisas — ideia que já entretera, com magnificência, os ócios do velho Lucrécio, ao cantar a Natureza das Coisas (2).

Se quisermos caracterizar o que se chama a «evolução» de Junqueiro, teremos, pois, de admitir: 1.º que, sob o ponto de vista da forma e dos recursos de imaginação pitoresca, ela é, a partir da *Velhice,* uma evolução regressiva, uma decadência; 2.º que, sob o ponto de vista das ideias religiosas, ele se aproximou *aparentemente* do catolicismo, embora de facto morresse tão católico e tão pouco conhecedor dessa religião como quando escreveu a *Velhice do Padre Eterno* (a sua religião, está já dito, foi sempre uma singular mistura de panteísmo naturalista com o catolicismo dos «simples»); 3.º que, no resto, a evolução das suas ideias não é mais que uma «evolução-zinha toda literária», ao contrário do que ele pretendera

---

(1) Teria aqui que fazer excepção da abertura sinfónica do poema, realmente interessante pelo seu movimento melódico e força expressional.

(2) Eu julgava a poesia didáctica e a «científica» das piores coisas que tinha criado o homem. Pôr em verso os elementos da Filosofia química, a lei de Lavoisier ou a teoria da radioactividade de Curie ou de Le Bon, e casar com beijos de luz o oxigénio e o hidrogénio para a formação sintética da água, parecia-me então coisa abominanda. E todavia, pela elevação do pensamento, Lucrécio salvava tal poesia, a-despeito-de a filosofia científica em questão ser epicurista! Só à custa de muito génio, diria eu, se poderia salvar, fazer valer género tão ingrato.

Slhi

fazer acreditar no posfácio dos *Simples*. A incapacidade de compreender nìtidamente uma doutrina, um sistema filosófico, uma atitude fundamental do espírito; a sua comprovada confusão mental, que só parecia iluminada pelos fulgores do seu verbalismo coruscante; a inaptidão a todo o trabalho interior do pensamento, a toda a organização voluntária, a todo o aprofundamento mental; e as qualidades renitentes da sua alma, um tudo-nada maliciosas e afastadas o mais possível do modelo que literàriamente se tinha proposto (S. Francisco de Assis), explicam a natureza dessa «evolução», muito teatral, muito apregoada, mas no fundo inteiramente de superfície e sem alcance.

A verdade é que, sob nenhum aspecto, a última fase de Junqueiro marcou um progresso sobre as fases anteriores. A sua atitude na vida pareceu menos sincera, mais hierática, com gestos e ditos estudados e cem vezes repetidos, numa preocupação constante de posturar para a eternidade.

Quanto à sua arte, ler-se-ão ainda as suas páginas irreverentes e maliciosas, os seus versos de amor, as suas sátiras pungentes, os seus sarcasmos impiedosos, quando os *Simples* e a *Oração à luz* tiverem já desaparecido para sempre da memória dos homens. Junqueiro só foi grande naquilo em que se não renegou, naquilo em que pôs a sua personalidade. Não há uma só poesia do autor das *Orações* que valha, em delicadeza e profundidade de emoção, o soneto *Ã virgem santíssima* de Antero de Quental (1). Esse era outro homem, porque não conhecia as «evoluçõezinhas todas literárias». É como poeta satírico e como poeta erótico que Junqueiro ficará na história literária portuguesa. Penso que é a primeira vez que se

(1) Agora pergunto se não fui excessivo para a *Virgem* de Quental. Aliás a comparação com Antero poderia ser mais completa.

Slhi

chama a atenção para as pequeninas obras-primas de poesia erótica, lùbricamente sensuais, que esmaltam como pérolas sem jaça, inexcedidas na poesia portuguesa, os seus três primeiros livros (1). Lembram-se todos decerto da *Morena* da *Musa em férias*. Mas a *Noite dos amores* da *Morte de D. João* é dos mais perturbantes trechos que a poesia erótica de todos os tempos tem produzido. São esses trechos que fazem sobretudo o valor do livro, e não a trovoada de lata da Introdução, hoje ilegível.

A conclusão a que chego é que Junqueiro ocupa apenas um dos primeiros postos entre os nossos escritores de segunda ordem, e que mais direito do que ele a entrar nos Jerónimos têm certamente Eça de Queirós e Antero de Quental — de primeira plana, esses, sem dúvida. O tempo se encarregará de pôr os homens e as coisas nos seus lugares, quando se fizer a distância que permitirá avultar os gigantes, e reduzir os que o não foram à sua exacta proporção.

(N.º 25, Julho de 1923).

Ainda Guerra Junqueiro

Quis o jornalista Bourbon e Meneses dedicar às palavras que aqui escrevi sobre Guerra Junqueiro um artigo do *Mundo*, em que, afirmando a mais irredutível divergência de vistas, o faz todavia com elevação e nobreza.

---

(1) Poder-se-ia pronunciar, a propósito disto, o *veredictum* seguinte: «Afirmava-se assim, implìcitamente, que ele tinha génio». Mas o autor considerava que não bastava fazer obras-primas de poesia erótica para revelar verdadeiro génio.

Slhi

Julga o sr. Bourbon e Meneses que o meu artiguelho foi «injustíssimo», não menos, e para o provar faz várias considerações a que passo a responder.

Começou ele por arguir o crítico de se ter abstido de explicar em que se distingue a *ideia de conjunto* que formulou sobre a obra de Junqueiro «da tal *média* que entre as opiniões discordantes sobre a obra e o valor de um poeta, ele não reputa, e com razão, possível». Ou eu não compreendo o que se me exige, ou o que se me exige é a pura impossibilidade lógica. Se não reputo possível essa média — *e com razão,* apressa-se a declarar o meu prezado antagonista! — como e para quê havia de estabelecer comparações entre a minha opinião, bem existente e concreta, e um puro ente de imaginação, dotado de simples existência verbal? Se tivesse explicado tal diferença, teria definido e qualificado a média, e logo esta existiria. Nem eu nem o sr. Bourbon e Meneses poderemos admitir esta consequência (1).

O meu contraditor ataca depois impiedosamente o que supõe ter sido o meu objectivo. «Traçar uma apreciação de Junqueiro, embora sumária, que o sr. Raul Brandão pudesse assinar, e por baixo da qual o sr. António Sérgio se não esquivasse de pôr o seu nome, eis uma tarefa a que eu me recusaria a *pies juntillos,* se alguém, embora invocando a minha coragem moral, se lembrasse de ma oferecer...». Dir-se-ia que me propuseram essa tarefa, e que acedi a desempenhá-la. Mas onde viu Bourbon e Meneses que eu houvesse tido essa pretensão? Pois não declarei peremptòriamente que, não podendo exprimir uma opinião geral, nem mesmo uma opinião média (que não achava, *com razão,* possível), me limitava a exprimir a minha simples opinião pessoal? Toda a

---

(1) V. sobre este ponto o artigo antecedente, pág. 235, nota.

Slhi

confusão deve resultar aqui de eu ter afirmado que, encontrando-me numa situação intermediária em relação a Junqueiro, nem apologista nem fundibulário, fora por isso escolhido pelos meus amigos para traçar umas linhas sobre o Poeta. Mas escrevendo, por este motivo, o meu artigo, ele bem expressamente arredava a hipótese de um acordo dos meus camaradas, que conservavam, de pleno direito, as suas antigas convicções. Se proferi algumas heresias de apreciação literária, só eu devo arcar com essa responsabilidade.

Entrando depois na análise do meu trabalho, escreve Bourbon e Meneses: «Não compreendo a afirmativa de que o facto de não haver crítica em Portugal justifique a asserção de que «raro um escritor pode aqui atingir a plenitude inteira do seu génio». Mas onde é que um escritor atingiu a plenitude do seu génio por obra e virtude da acção crítica? O génio é uma força da natureza que as circunstâncias podem, sem dúvida, desviar ou perder... Mas que, pela acção da crítica, e de alguma maneira como função dela, o génio de um escritor se tenha afirmado e atingido a plenitude (1), eis uma tese que me estarrece até à medula dos ossos...» É o que acontece, meu caro Bourbon e Meneses, sempre que se dão saltos mortais de lógica, e se mascaram e desfiguram as teses, substituindo-as por proposições inteiramente diferentes. Bastou que Bourbon e Meneses, como numa escamoteação de prestidigitador, tivesse introduzido sub-reptìciamente aquele *afirmado* antes do *atingido a inteira plenitude,* que eu escrevera, para a sua indignação contra as minhas palavras tomar a aparência de justiça. Não se tivesse entregue o meu antagonista aos acrobatismos das sinonímias forçadas, não tivesse assentado uma equivalência, que ninguém admite, entre *afir-*

(1) Chamo particularmente a atenção para esta parte da frase.

Slhi

mar e *atingir a plenitude,* não tivesse ele dado o salto mortal, e a minha tese, de estarrecedora, passaria a ser considerada como o mais inocente, o mais inane, o mais estafado dos lugares comuns — que os meus críticos não deixariam de me exprobar, e com justiça, se ela não constituísse uma peça essencial do raciocínio na análise concreta de uma situação (1). Afinal de contas, e não obstante os boatos, mais uma vez estou de acordo com o sr. Bourbon e Meneses: «O génio é uma força da natureza que as circunstâncias podem, sem dúvida, desviar ou perder...» A crítica literária é uma dessas circunstâncias — seria interessante que o não fosse — e por isso todas as grandes épocas da literatura foram simultâneamente grandes épocas da crítica. Podem-se balisar os mais brilhantes períodos literários com o nome de um crítico: não é insensato dizer o século de Boileau, a época de Sainte-Beuve, de Taine. Hoje estão em França a pedir um *crítico* como o único meio de introduzir alguma ordem na anarquia literária que lá reina. Entre nós o lúcido espírito crítico de Moniz Barreto, uma das figuras mais interessantes do nosso século XIX, e decerto a inteligência mais viva, mais analítica, mais perspicaz que ele produziu, relampejou apenas por instantes (2), e António Sérgio só começa ainda... O mais que por aí se vê e se viu não tem classificação possível. Ah!, houvéssemos nós tido os críticos, e não teríamos assistido a essa injustiça que foi a glorificação exclusiva de Junqueiro, com prejuízo e até ofensa da memória de homens como Antero, Eça, Oliveira Martins — e, devo acrescentar, esse tão esquecido Ramalho, o mestre do estilo nítido e transpa-

(1) Quer dizer, um escritor de génio é natural que afirme sempre o seu génio, mesmo no meio mais hostil e in-crítico. Mas, no caso contrário, o seu génio poderia ter produzido melhor obra; o escritor poderia ter atingido um génio mais elevado e mais pleno.

(2) Poderia falar também aqui no brasileiro José Veríssimo.

Slhi

rente, luminoso e palpitante, disciplinado e sugestivo, cuja prosa segura e vernácula, expressiva e musculosa, deveria ser a escola onde todos os nossos escritores aprendessem a arte suprema da expressão correcta e clara, desse deslizar de límpida corrente que cada vez mais nos vai faltando. Tivéssemos nós finalmente os críticos, e não teria sido possível o espectáculo deprimente de um Junqueiro meio filósofo meio cabotino, mentindo ao seu génio (1), às suas tendências, ao seu carácter, aparecendo como um exemplo monstruoso de *bovarismo* literário, fazendo a todos os instantes a sua própria caricatura, renegando o que constituía as mais brilhantes facetas do seu talento, para assumir uma atitude postiça de ideólogo chocho e apóstolo de palavreado — ele, cuja verdadeira grandeza consistiria em não ocultar as mais profundas tendências do seu ser, em se mostrar tal como foi no fundo, sarcástico e cruel, sensual e veemente — e continuando a produzir as páginas estridentes que esmaltam, rútilas, as suas primeiras obras. Ele teria ostentado porventura até mais tarde todas as pujanças do seu talento — e a última fase da sua vida não teria sido, como foi, uma mentira. Ser fiel a si mesmo (2), ser fiel à verdade, é a primeira condição da beleza.

Mas até aqui, observo eu com alegria, o meu acordo com Bourbon e Meneses parece-me absoluto. E teríamos de cair nos braços um do outro, mais uma vez bramando contra as camuflagens da palavra, inventora de concor-

---

(1) Com mais coerência lógica com tudo o que precede, e mais de acordo com a ideia que eu formava de Junqueiro, deveria ter dito: «ao seu talento». Génio, repito, é, essencialmente, o poder de criar. Ali *génio* estava mais no sentido de carácter, de tipo mental e anímico.

(2) Isto, evidentemente, não envolve a asserção de que é ilegítima uma evolução de ideias ou de tendências literárias quando ela é imposta por boas razões. Quando se errou, há que mudar — podendo.

Slhi

dâncias e divergências fictícias, se não começasse agora a desenhar-se uma real divergência — ainda que residindo, em parte, também em palavras. Ah, meu amigo, se o pensamento se pudesse exprimir sem palavras, como as discussões se simplificariam!

«Para que um homem possua grandes faculdades intelectuais — pergunta Bourbon e Meneses — será indispensável que, sob o pretexto de que tropeça nas ideias, seja um banalão ou um desalinhado, falando, escrevendo e conversando?» Eu pergunto a mim mesmo se já alguma vez articulei as primeiras palavras, sequer, de tal desconchavo. Se afirmei que Guerra Junqueiro tinha grandes dotes expressionais, se sustentei que, faltando-lhe seguramente a intuição do génio, a profundeza do pensador, a emoção dos grandes poetas, deveria o tipo da sua imaginação ser rotulado de verbal, essas minhas afirmações não implicavam que, para ser considerado como génio, houvesse um escritor de ser destituído totalmente das faculdades mestras que apontava em Guerra Junqueiro. O sr. Bourbon e Meneses comete aqui um sofisma — que, visto a boa luz, é transparente.

«Nunca vi atribuir a Guerra Junqueiro» — continua o ilustre jornalista — «*as qualidades máximas do pensamento*». É que o distinto escritor não tem a memória fiel. Se bem me recordo, toda a gente chamou a Guerra Junqueiro *um grande espírito*. Quer citações? — Até lhe chamaram a *cerebração máxima, o maior génio da raça latina,* o que quer dizer — não é assim? — que lhe atribuíram um pensamento profundo, original, vasto ou subtil — numa palavra, *as qualidades máximas do pensamento*. Continua a querer mais citações?

«Se para se ser um grande poeta e um extraordinário artista é condição *sine qua non* possuir essas *qualidades máximas do pensamento,* para onde é que o criticismo implacável do sr. R. P. arremessa Hugo, e Musset, e

Vigny, e Baudelaire, e Verlaine, e Gomes Leal, e António Nobre, e tantos outros, numa palavra, todos os grandes Poetas?»

Em primeiro lugar, entendamo-nos. Quando falo, a propósito de Junqueiro, em qualidades do pensamento, não me refiro ao *pensamento rigorosamente organizado* dum filósofo, metódico, exaustivo, pertinaz, profundo, com um sistema definido do mundo e da vida, uma metafísica, uma teoria do conhecimento, um sistema de moral e uma teodiceia. Falo (e bem o declarei no meu artiguelho) no *pensamento poético,* na capacidade de concepção e de imaginação poéticas, no poder de arquitectar tipos, ficções, símbolos, imagens que se imponham pelo seu arrojo, profundidade ou grandeza. Falo ainda no *pensamento vulgar,* no sentido das contradições e das repugnâncias lógicas, que, sem erguer um espírito às supremas culminâncias da Inteligência, o não faz contradizer-se e negar-se a si mesmo. Exijo a Junqueiro o que exijo aos homens ordinários, e ainda o que exijo aos grandes poetas. Poderia exigir mais, pois não só Junqueiro se nos apresentou como filósofo, mas chegou a afirmar *urbe et orbi* que, se morresse sem nos ter legado o seu sistema filosófico, morreria desconhecido. Tinha o direito de criticar as suas pretensões, de indagar o que valiam. Não o fiz, porque seria uma tarefa inglória: na filosofia de Junqueiro não se deve tocar nem com uma flor. Limitei-me a afirmar que, absolutamente destituído de pensamento filosófico, falho e desordenado no pensamento vulgar, o seu pensamento poético era de ordem secundária: nunca ele se erguera às culminâncias a que têm ascendido os grandes poetas de todos os tempos (1).

(1) Lembro-me agora, para não sair dos exemplos citados pelo meu antagonista, das últimas obras de Hugo, das *Nuits* de Musset, da *Mort du loup* de Vigny, etc.

Slhi

Direi agora, para precisar as minhas ideias, que mais poetas do que ele se revelaram, certamente, Eça e Oliveira Martins (1).

E pergunta o sr. Bourbon e Menezes para onde relego Hugo, Musset, Vigny — e, depois de citar Baudelaire, Verlaine, Gomes Leal, Nobre, acrescenta — *numa palavra,* todos os grandes poetas? *Numa palavra* é um pouco apressado. Temos de ir mais devagarinho. Porque é que Bourbon e Meneses me não falou em Sófocles, Ésquilo, Dante, Shakespeare, Goethe, Camões, e quase apenas chamou a atenção para poetas de segunda ordem? Será acaso porque a verdade das distinções que eu sugerira lha tenha o seu inconsciente imposto duma maneira iniludível? Sim, Junqueiro é da família dos Baudelaire, nos Nobres, não dos Shakespeares e dos Camões. Decerto, dirá Bourbon. Mas a linguagem havida para com ele, replicarei, foi como se houvesse sido um super-Shakespeare e um super-Camões. Demais Hugo está tanto acima de Junqueiro como pensador-poeta que um dos maiores filósofos franceses, Renouvier, escreveu *Vítor Hugo, penseur,* e outro, Guyau, consagrou à «filosofia» hugoana numerosas páginas da sua obra. Quanto a alguns dos outros, creio que estarão ainda acima de Junqueiro, pela maior profundeza da emoção (Gomes Leal, Verlaine), muito maior elevação do pensamento poético (Vigny), mais estranha originalidade expressional (António Nobre). Dê ao *Só* uma regularidade desesperadora, tire-lhe as maiores excrescências da psicose, e terá os *Simples*. Os *Simples* são o *Só* numa camisa-de-forças.

---

(1) Esta atribuição de dons poéticos a Eça de Queirós é do próprio Junqueiro, num artigo que nos fala das páginas relativas às noites do Cairo na *Reliquia.*

Slhi

«Ouso formular novamente — continua o jornalista — outra tímida pergunta: onde está na obra poética de Antero — o formidável Antero dos Sonetos — *esse mínimo de necessidade lógica e de pensamento construtivo* que quase absolutamente falha na de Junqueiro? A despeito de Antero ter sido, no mais alto grau, um poeta de ideias, o que eu enxergo, através da longa série dos sonetos, debatendo-se na onda da sensibilidade do poeta, não são senão as contradições, ilogismos, desfalecimentos intelectuais!»

Escusava Bourbon e Meneses de formular tão tìmidamente uma pergunta a que dá, desde logo, uma resposta tão arriscada. Há por força aí um grande equívoco. Os *Sonetos* de Antero não são *uma obra* no sentido em que o são a *Morte de D. João, A Velhice do Padre Eterno* ou a *Pátria*. São um conjunto de composições desligadas, escritas no decurso de muitos anos, e em que se assiste à *evolução filosófica* do grande Poeta. Não se pode, pois, exigir aos *Sonetos* a coerência lógica, a unidade de pensamento de uma obra como qualquer das de Junqueiro. Aí não há contradição do pensamento consigo mesmo, mas ascensão gradual do pensamento, e todas as contradições resultam, não de um espírito que se nega a si próprio, mas que se afirma no mesmo passo que se debate, que procura a cada momento a máxima unidade e o pleno acordo, e se ergue à clara consciência das antinomias, sabendo que muda e se transforma. Tomado cada um dos sonetos ou das séries de sonetos de *per si*, isoladamente, a sua estrutura lógica é absolutamente irrepreensível. Não há aí um só *ilogismo*. Se assim não fosse, nunca Antero poderia ter sido, *no mais alto grau*, um «poeta de ideias», como admite Bourbon e Meneses, pois não se concebe um poeta de ideias dessa categoria a quem faltasse o que dá às ideias a sua unidade e a sua força.

Slhi

O contrário sucede em todos os livros de Junqueiro. Não há um único porventura em que a tese, a *ideia-mater,* o pensamento inicial não seja destruído pela própria urdidura do poema. Lançada na sarabanda oscilante e fulgurante da sua rica improvisação verbal, toda a ideia fica amarfanhada e despedaçada, como se a tivessem metido entre os cilindros triturantes dum mecanismo poderoso e irreprimível. Veja a *Pátria,* por exemplo. O que é o livro? Um ataque à monarquia. E o que seria preciso, segundo o posfácio do poeta? Um homem — um Rei. Contradições destas repetem-se em todo o decurso da sua obra, porque sempre o seu verbalismo coruscante e irrequieto o lançou para fora dos trilhos onde corre, límpido e cristalino, o pensamento claro e distinto.

Finalmente, o meu contraditor revolta-se contra a minha afirmação de que os *Simples* são uma obra de decadência. O meu distinto confrade aqui, diante da enormidade do meu juízo, não discute, indigna-se. Mas indignação não é razão.

Como se vê, Bourbon e Meneses não conseguiu demonstrar que eu fora injusto; que errara recusando a Guerra Junqueiro as qualidades dum génio universal, poderoso e omnímodo, humano e profundo, como aqueles que têm direito a passar nas barcas de regresso, auriflamantes, o negro rio do Esquecimento; que não fora com razão que me revoltara contra a ausência, mais uma vez manifestada, do exacto sentido das proporções, e o facto de se erguer à Inspiração verbal um preito mais entusiasta que ao Pensamento Profundo, ao Espírito Subtil, à Vasta Inteligência — que me parecia ver representadas distintamente na obra de um Antero, de um Eça ou de Martins. Creio que nos chegaremos a entender (ou Bourbon e Meneses não fosse uma pessoa argutamente inteligente), se procurarmos ver nas palavras de cada

Slhi

um de nós o que realmente elas exprimem, e não o que a nossa sensibilidade intrometediça lhes interpõe. Dispamos a discussão de todas as disputas verbais, da vestiária complicada dos acidentes, entremos no âmago do essencial, e Bourbon e Meneses não tardará a reconhecer que é urgente restabelecer a hierarquia na literatura portuguesa, fixar uma tabela de valores, resolver, também aqui, o problema da ordem, que é, como em toda a parte, um problema de inteligência e de justiça. Foi em nome dessa hierarquia ofendida e da verdade menosprezada que ergui a minha modesta voz afoitamente discordante, no meio do coro universal dos louvores. Nenhum ressentimento, que o não tinha, nenhum ódio, nenhum despeito, nenhuma inveja impeliram a minha pena — que foi, como procuro sempre que seja, sincera e verídica.

Se o meu antagonista insistir em demonstrar que Junqueiro é digno de uma viva admiração, não fará mais que *enfoncer une porte ouverte:* também eu, no meu artigo, me confessei admirador de Junqueiro. Toda a questão está em saber se o consenso geral o não colocou num plano que lhe não compete. Não fujamos, pois, daqui.

O sr. Bourbon e Meneses fecha a sua prosa com uma comovida evocação — uma nuvem ruborizada no céu sobre o Tejo, um panorama que com as sombras da noite se esvai no silêncio, um retrato de Junqueiro, com uma expressão de beatitude[?]... Também eu olho a estante, onde os meus pobres livros se enfileiram. Lá vejo um dos últimos volumes de Junqueiro, em que ele pôs a sua dedicatória. Mas lá fora, hoje, não há nuvens. Todo o céu é luminoso, como uma cúpula de lápis-lazúli. Como vêm longe as sombras da noite!...

(N.º 27, Outubro de 1923).

Slhj

Afonso Costa

Depois de uma longa ausência por terras estrangeiras voltou a Portugal o sr. Afonso Costa. Entendeu S. Ex.ª que era chegada a ocasião de aceder aos desejos, tantas vezes manifestados pelos seus correligionários, de se pôr novamente à frente dos destinos do país.

Não podemos deixar de rejubilar com semelhantes disposições, desde o momento em que o sr. Afonso Costa venha disposto, como parece, a enveredar por caminho diferente do que trilhou até aqui e a fazer tábua raza da velha e desconceituada política de expedientes e falsos radicalismos a que ligou o seu nome. A sua figura, deve reconhecer-se, sempre sobressaiu como a mais alta afirmação política da República. Dotado de excepcionais faculdades de trabalho, de um belo temperamento obstinado de actividade entusiasta, o sr. Afonso Costa bem depressa se ergueu acima das energias frouxas, dos temperamentos moles e dessorados, das almas sem confiança nem entusiasmo dos políticos que o rodeavam ou o combatiam, alguns dos quais, tidos como mais inteligentes ou mais cultos, se inutilizavam no entanto numa simples actividade crítica e dissolvente. Não pode esquecer-se a sua formidável obra de equilíbrio financeiro e a maneira como colaborou na nossa intervenção na guerra. Mas, a par dessas faculdades e destes serviços, quantos defeitos graves num estadista ele não revelou, e quantos malefícios para o país não resultaram da sua política! A Afonso Costa faltou sempre a visão arquitectónica, a capacidade das ideias largamente construtivas e a compreensão de um plano de conjunto. De visão rápida, percepção segura, firme energia, revelou-se, porém, sempre como um espírito unilateral, não vendo as coisas em globo, e não apreendendo os seus nexos necessários.

Slhi

Nunca concebeu, por isso, a política nacional como um todo orgânico, a salvação nacional como um sistema de soluções interdependentes. Nunca a ideia de uma reforma completa na estrutura mental e económica do país preocupou o seu espírito. Dir-se-ia que, para ele, estabelecida a República, todos os problemas nacionais se encontravam resolvidos. Manter o novo regime, equilibrar o orçamento, assegurar as alianças tradicionais, tais pareciam os únicos pontos basilares da sua política, que assim parecia reduzida a uma espécie de «economia doméstica», e inadequada portanto à verdadeira solução dos problemas nacionais. A verdade é que nunca a República podia ser outra coisa senão um *começo de soluções,* e, assim desvirtuado o seu significado, quebrado o forte impulso, o novo regime não fizera mais que perpetuar os vícios da monarquia e agravar ainda a crise tremenda em que nos debatíamos. Afonso Costa, erguido nos escudos de todas as esperanças nacionais, mas sem visão política, e rodeado de uma centena de imbecis e incompetentes, falhou a essas esperanças, sossobrou irremediàvelmente e teve uma queda desairosa e estrepitosa. Vieram depois o sidonismo, Monsanto, os governos-relâmpagos e as camionetas-fantasmas, e, finalmente, o sr. António Maria da Silva. Foi então que se deu esse estranho caso dos 50 milhões de dólares, perante o qual o sr. Afonso Costa manteve um silêncio que não foi de molde a fazer acreditar numa conversão do seu espírito e numa clara consciência dos deveres que, em toda a parte, aos seus políticos, impõe a democracia.

Estará o sr. Afonso Costa firmemente resolvido a abandonar a velha política tradicional e a enveredar pelo caminho das soluções necessárias? Terá meditado no seu longo exílio, e assim, a distância da acção política, terá podido apreender as linhas gerais de uma política nova e radical, sistemática e construtiva? Trará finalmente

Slhi

agora um plano de administração global formulado em face das necessidades totais do país, e não apenas pontos de vista fragmentários, soluções precárias, expedientes ilusórios, simples panaceias administrativas que não contendem com os males essenciais, orgânicos, de que enferma a nação? Adoçado o seu espírito em relação aos seus ódios e às suas antipatias pessoais, ao seu obcecado anticatolicismo, não terá, porém, perdido as reservas de energia que pressupõe a obra de ordem, de justiça e de maior equilíbrio social que há a realizar na sociedade portuguesa? Estará disposto a rodear-se dos melhores, enfrentar as oligarquias, exigir os sacrifícios necessários às classes conservadoras, fazer trabalhar os madraços, reduzir o exército — enfim, a *governar,* no amplo e inteiro sentido da palavra?

Oxalá assim seja. As suas primeiras palavras são animadoras. Pode dizer-se que S. Ex.ª entrou com o pé direito. Apenas não compreendemos a sua teimosia em não querer formar governo sem a participação dos nacionalistas. Pela nossa parte, estamos dispostos a prestar-lhe o nosso auxílio desde que tome o rumo salvador. É preciso que o sr. Afonso Costa não desminta mais uma vez as esperanças que nele depositou o país. É preciso que não caia novamente, agora de mais alto, para um charco talvez mais fundo. É preciso, finalmente, para parafrasear uma das célebres frases de Eça, que o sr. Afonso Costa não continue a ser *um prestígio à procura de uma ideia construtiva.*

(N.º 27, Outubro de 1923).

Slhi

Execução gráfica na
Sociedade Comercial de Papelarias Rabelo da
Beira Douro, Limitada
Rua João Ortigão Ramos, 17-A e 17-B—Lisboa
em Novembro de 1972

Slhi